

UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FFC- FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Maria Izabel Lagoa

**O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no  
Contexto de uma Esquerda em Crise**

Marília

Outubro de 2004

Maria Izabel Lagoa

O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no Contexto de  
uma Esquerda em Crise

Dissertação de mestrado apresentada  
para o exame de defesa do curso de pós-  
graduação em Ciências Sociais da  
Faculdade de Filosofia e Ciências da  
Universidade Estadual Paulista – UNESP –  
Campus Marília, sob a orientação do Prof.  
Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

Marília

Outubro de 2004

Maria Izabel Lagoa

O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no Contexto de  
uma Esquerda em Crise

Comissão Examinadora

**DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DE TÍTULO DE MESTRE**

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (Unesp/Marília – orientador)

.....

Prof. Dr. Lucio Flávio de Almeida Rodrigues (PUC/ São Paulo)

.....

Prof. Dr. Paulo Douglas Barsotti (FGV/ São Paulo)

.....

## **Agradecimentos**

Aos meus pais e irmãos, por tudo. Seria inútil tentar escrever a importância deles em minha vida em algumas poucas linhas, sem eles nada teria sido possível. Seu apoio incondicional foi uma força indispensável.

A todos os amigos que cultivei ao longo dos anos em Marília: Anderson Deo, Iael Souza, Ellen Camila, Mari, Érika Batista e Silvia Helena de Oliveira. Em especial a Silvia, minha amiga inseparável desde o primeiro dia em que a conheci. A todos eles meu carinho especial por terem se tornado a minha “família” em Marília, me ajudando e apoiando nos momentos mais críticos.

Aos professores da Unesp de Marília, que me acompanharam desde a graduação: Francisco Luis Corsi, Giovani Alves e Marcos Del Roio, interlocutores importantes para a minha formação teórica.

Ao meu orientador, Antonio Carlos Mazzeo que antes de tudo se tornou meu melhor amigo, meu confidente e companheiro de todas as horas. A ele, meu afeto especial por ter confiado em meu potencial e por ter tido uma participação fundamental no meu processo de formação política.

Aos Professores Lucio Flavio de Almeida Rodrigues e Paulo Barsotti, por participarem de minha banca examinadora.

A todos eles, meus sinceros agradecimentos.

*Mas quem é o partido?  
Ele fica sentado em uma casa com telefones?  
Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?  
Quem é ele?*

*Nós somos ele.  
Você, eu, vocês – nós todos.  
Ele veste sua roupa, camarada, e pensa com a sua cabeça  
Onde moro é a casa dele, e quando você é atacado ele luta.*

*Mostre-nos o caminho que devemos seguir, e nós  
O seguiremos com você, mas  
Não siga sem nós o caminho correto  
Ele é sem nós  
O mais errado.  
Não se afaste de nós!  
Podemos errar, e você pode ter razão, portanto  
Não se afaste de nós!*

*Que o caminho curto é o melhor que o longo, ninguém nega  
Mas quando alguém o conhece  
E não é capaz de mostrá-lo a nós, de que serve sua sabedoria?  
Seja sábio conosco!  
Não se afaste de nós!*

**Bertolt Brecht**

## **Resumo**

Este trabalho visa analisar o programa político do Partido dos Trabalhadores (PT), ressaltando o seu atual significado político frente a realidade econômico-social brasileira. Para isso buscamos compreender o processo histórico de formação política do partido levando em conta as suas inter-relações tanto com a especificidade da esquerda brasileira da qual emerge, quanto com o caráter da atual “esquerda democrática” no mundo. De modo que podemos observar que o PT, apesar de se propor como um partido inovador, engendra em si as mesmas questões que afligiram a esquerda em sua história. Entretanto enquanto um partido que se recusa a empreender uma análise teórica profunda da realidade se torna vítima de práticas eleitoreiras e de propostas de melhores formas de administração do Capital.

## **Abstract**

This work aims at analyze the political program of the Workers' Party (PT), sticking out the political meaning face the social-economic brazilian reality. For that we seek to comprehend the historical process of the political formation Party, considering its inter-relations with the brazilian left specific witch it emerges from, as well as the actual character of the “democratic left” in the world. By this way we can notice that the Party althought consider itself as an innovative Party, engender in itself the same questions that afflicted the left in its history. However, while a party that refuses to undertake a deep theoretical analysis of the reality, it becomes victim of the electoral practices and of proposes of better forms of administration of the Capital.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	09
<b>PARTE I - A construção da “esquerda democrática”</b> .....	17
<b>Capítulo 1- A emergência de uma nova esquerda</b> .....	18
1.1 – A esquerda comunista: a questão democrática.....	19
1.2 - Considerações histórico-políticas sobre o marxismo na Europa ocidental.....	27
1.3 – Elementos políticos sociais para a emergência da “crise do marxismo”.....	31
1.4– Conseqüências prático–teóricas da “crise do marxismo”: a emergência da “esquerda democrática” .....	35
<b>PARTE II – A construção do programa político petista</b> .....	44
<b>Capítulo 2 – Elementos histórico-políticos para a gênese do PT</b> .....	45
1.1 - A particularidade da esquerda comunista brasileira.....	46
1.1.1-Breves considerações acerca do Partido Comunista Brasileiro.....	55
1.2– As greves do ABC paulista .....	67
<b>Capítulo 3 – O PT dos anos 80</b> .....	73
1.1– O movimento pró-PT.....	78
1.2- Processo de Fundação do partido.....	83
1.3- Resoluções dos Encontros Nacionais (1981-1990).....	86
1.3.1 Resoluções políticas de 1987-1990: as delimitações de um novo PT.....	96
<b>Capítulo 4 – O PT dos anos 90</b> .....	109
1.1–Políticas neoliberais e reestruturação produtiva no Brasil: a crise das formas representativas do sindicalismo.....	110

1.2-Congressos e Resoluções dos Encontros Nacionais (1991-2001): uma esquerda em crise.....	115
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>138</b>
<b>Referencias bibliográficas.....</b>	<b>146</b>



# Introdução

No início da década de 80 surge no cenário político brasileiro o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao longo de seus 24 anos de existência o partido cresceu, consolidando-se hoje como o partido mais forte da esquerda brasileira e da América Latina. Compreender o atual programa político deste partido coloca-se então como necessário tanto no contexto político nacional quanto internacional. Todavia, apreender o significado de seu programa político é antes de tudo compreender que este não possui um significado em si mesmo, e, portanto só pode ser compreendido se analisado sob a luz do contexto histórico da esquerda nacional e internacional no seu processo de formação.

O caráter excepcional do surgimento do Partido encontra-se no fato de que este partido emerge justamente num momento de refluxo do movimento operário nacional e internacional. Apesar do PT não ser um partido de raiz nas principais orientações políticas do marxismo leninismo, insere-se num quadro mais geral dos partidos da esquerda trabalhista. De modo que no processo de sua formação política o PT herda tanto as questões referentes a esquerda brasileira quanto a “crise” que se inicia no ideário marxista internacional.

A teoria marxiana aparece marcada por um debate intenso entre a intelectualidade marxista. Essa amplitude das discussões encerra justamente a riqueza que a teoria social de Marx possui em analisar a dinâmica da realidade. Contudo, por mais positivo que seja a efervescência do debate, principalmente nos últimos 30 anos, introduziu-se nas discussões marxistas o ideário de que haveria uma “crise” na teoria marxista, que esta teria perdido sua validade, pois seus pressupostos não mais se adequariam à realidade.

O fracasso da esquerda em vários países da Europa, e principalmente o colapso dos países do “socialismo real” e a queda do muro de Berlim tornaram-se

momentos emblemáticos para justificar a emergência desta “crise” na teoria marxista.<sup>1</sup> Criaram-se as condições para certas parcelas dos intelectuais de esquerda realizarem uma “autocrítica” de seu passado e abandonar as determinações políticas de classe e de revolução social, como acentua Petras:

“Em todo os continentes, as forças revolucionárias bateram em retirada, derrotadas ou convertidas à política capitalista. Nunca nos últimos dois séculos, um processo contra-revolucionário tão abrupto e profundo teve tanto sucesso na alteração do mapa político”.<sup>2</sup>

A partir de uma revisão teórica muito mais preocupada em exorcizar fantasmas do passado do que criar uma nova prática política ofensiva ao Capital, esta parcela de intelectuais proporcionou a emergência de uma nova esquerda, a “esquerda democrática”. Procurando se reestruturar sobre novas bases esta esquerda terá como marca registrada o não reconhecimento da centralidade do mundo do trabalho no processo histórico, além de abstrair de suas teses a idéia de socialismo como teleologia da ação revolucionária, ressaltando em seu lugar a necessidade de se alargar a cidadania e a democracia em busca de um economia social de mercado. De modo que esta esquerda longe de propiciar um avanço do movimento operário, acabou por levar a esquerda a uma prática política defensiva, privilegiando o campo parlamentar e subalternizando a luta dos movimentos sociais.<sup>3</sup>

O aspecto dramático colocado por essa nova prática política de esquerda esta posto no avanço do neoliberalismo, pois, no momento em que a própria esquerda não mais se reconhece como agente da transformação social, libera o capital dos

---

<sup>1</sup> Anderson, P. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>2</sup> Cf. Petras, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995, pg. 17.

<sup>3</sup> Mézáros, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

limites que a “ameaça comunista”, enquanto seu maior oponente, colocava a sua completa dominação. Desse modo o Capital encontra-se sem nenhum entrave a não ser suas próprias contradições para materializar-se como “pensamento único” e intransponível.

No Brasil mais especificamente esta “autocrítica” pode ser percebida a partir das inúmeras dissidências dentro do mais importante e antigo partido político comunista no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entretanto, no escopo do que nos propomos analisar, o principal momento ocorre com a emergência do Partido dos Trabalhadores, uma vez que desde seu início procurou salientar sua total ruptura com a política pecebista. Todavia, isto não o salvou de ser herdeiro da história da esquerda brasileira, pois a maioria de seus militantes ou vieram diretamente do próprio PCB ou de organizações oriundas dele.<sup>4</sup> Dessa forma ao longo do amadurecimento político de seu programa o partido terá de lidar com as questões provenientes da particularidade histórica da formação política da esquerda no Brasil.

Particularmente no Brasil, o movimento de esquerda teve uma constituição diversa das do demais países de “tipo europeu”, devido a especificidade com que o capitalismo se objetivou no país. No Brasil a formação econômico-social capitalista apresentou a especificidade de ter desde sua origem se subordinado estruturalmente aos pólos mais avançados do capitalismo no mundo. Conseqüentemente, faltaram as condições econômico-sociais para a constituição de uma burguesia progressista, revolucionária, que completasse a constituição do capitalismo no país. Ao contrário encontraremos aqui uma burguesia geneticamente reacionária, que não será capaz de cumprir seu papel histórico de concluir uma

---

<sup>4</sup> Ozaí, A. *História das tendências do Brasil*. São Paulo: Proposta.

revolução democrático-burguesa. Será nessa lacuna deixada pela burguesia que nossa esquerda emergirá, com a responsabilidade de organizar a classe operária, a única realmente capaz de levar a cabo as tarefas inconclusas da burguesia brasileira. Todavia, como é sabido, a esquerda brasileira não conseguiu enfrentar tal questão na medida em que assumia para si o papel que deveria ser da burguesia, quando na realidade deveria transcender a revolução democrática.<sup>5</sup>

Assim, no momento em que o PT emerge da insatisfação dos trabalhadores durante as greves do ABC paulista de 78-80 e conforme outros movimentos políticos e sociais se aglutinam ao seu redor, seus dirigentes políticos se contrapõem a prática política do PCB, que desde 54 com a Declaração de Março e principalmente após a repressão exercida com o golpe de estado de 1964, procurava construir uma frente ampla pluriclassista para derrubar a ditadura, atuando dentro do MDB, privilegiando a ação institucional e a alianças de classes.<sup>6</sup>

Nos primeiros anos de existência — a década de 80 — o programa político-petista, ainda encontra-se muito permeado pelas características das greves do ABC paulista, as quais como aponta Antunes, principalmente as de 80, foram marcadas pela:

“[...] inexistência de uma teleologia consciente e onde o elemento espontâneo, presente na gênese da paralisação, metaforziou-se a partir da prevalência de uma concepção política com fortes componentes espontaneístas, introjetados no seio das lideranças do movimento[...].”<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Chasin, J. A “*politização*” da totalidade: oposição e discurso econômico. In: temas de Ciências Humanas, vol. 2, 1977.

<sup>6</sup> Mazzeo, A. C. *Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

<sup>7</sup> Ver Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC*. Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992, p.97. A respeito da espontaneidade das greves do ABC paulista ver também Frederico, C. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a reconstrução*. Vol 3. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.

Nesse sentido, o programa do partido neste período adotou um grande teor de radicalismo e confrontismo imediato<sup>8</sup> frente ao aparato estatal, característico destas greves. Além disso, em grande parte este programa será caracterizado por enfatizar constantemente a característica de novidade do partido em relação aos demais partidos de esquerda, sublinhando principalmente a ruptura realizada pelo partido com as elaborações teóricas essenciais do PCB.<sup>9</sup> O que fica evidente nestes programas políticos é a dificuldade do partido manter uma unidade política frente a sua constituição heterogênea, além de preservar o seu caráter espontaneísta que o impede de realizar uma análise mais mediatizada da realidade. Dessa maneira o partido fica preso a elaborações políticas genéricas, próprio da heterogeneidade e da imaturidade do partido, incapaz de criar as bases para um projeto estratégico.

No decorrer da década de 80 o PT cada vez mais foi conquistando vitórias em eleições municipais e estaduais e ampliando sua inserção na sociedade até os setores da classe média. Conforme o partido crescia tornava-se necessário um aprofundamento de seu programa político, até então muito genérico. A partir do I Congresso do partido em 1991, seu programa político começa a amadurecer, distanciando-se de meras enunciações genéricas. Nesse momento o partido tem de enfrentar o estopim da “crise do marxismo” e as novas questões colocadas pela nova “esquerda democrática”. No decorrer da década de 90 o partido absorverá os vícios do taticismo e do politicismo<sup>10</sup>, privilegiando a luta parlamentar e um discurso societário global. Nesta nova postura política do partido suas determinações de

---

<sup>8</sup> Imediato no sentido em que se baseia em uma consciência limitada aos aspectos fenomênicos da realidade.

<sup>9</sup> Como podemos ver nas resoluções do 1º Encontro Nacional, 1981, pg. 107: “O partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massa, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil, é um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária”.

<sup>10</sup> Entendemos taticismo no sentido de subordinar as lutas políticas dos movimentos sociais as lutas institucionais do partido.

classe e de revolução socialista quando não desaparecem do seu programa são utilizados como mera retórica. De modo que ao fim dos anos 90 o PT já se encontra prisioneiro do jogo eleitoral, e a tendência histórica da esquerda brasileira se agrava com o complexo regressivo da “esquerda democrática”, levando o PT a se deslocar cada vez mais para o pólo da mera radicalidade burguesa.

A escolha da análise do programa político do PT não é meramente casual, ela se deu através da compreensão de que este partido reflete todas as contradições da esquerda moderna mundial. Esta compreensão parte do entendimento de que o programa petista desenvolvido durante a década de 90 se aproxima das elaborações teóricas da “esquerda democrática”, uma vez que nesse momento o PT centra seu programa em torno da luta e respeito pela democracia e cidadania, assim como a diluição de seu discurso classista em troca de um mais global.

Diante deste cenário, buscaremos analisar mais a fundo as características e significados da “crise” da esquerda comunista, e a conseqüente emergência da “esquerda democrática”, para determinar os reflexos e determinações desta na configuração do atual programa do PT no Brasil. Nesse sentido partiremos da concepção que uma análise do atual programa do PT seria apreendê-lo como uma expressão categorial, produto das determinações materiais da concretude capitalista hodierna, como um todo articulado ao atual processo de revisão e rearticulação realizado pela “esquerda democrática”. De modo que, se de fato, como afirma Lucien Goldmann “todo fato social é um fato histórico e inversamente”,<sup>11</sup> compreender o atual programa político petista seria não apenas analisar a superficialidade de suas expressões fenomênicas e imediatas, mas sim investigar

---

<sup>11</sup> Goldmann, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. 7ª. ed., São Paulo, Difel, 1979, pg.15.

sua estrutura compositiva, evolutiva e determinante. Assim, busca-se respeitar o pressuposto de Gramsci de que: “(...) escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico”.<sup>12</sup> Nessa direção, investigaremos a particularidade do atual programa do PT sem perder de vista seus vínculos com o passado e o presente do modo pelo qual se estruturou e se estrutura a esquerda brasileira e mundial.

---

<sup>12</sup>Ver Gramsci, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 2, pg.24.



## **PARTE I**

### **A Construção da “esquerda moderna”**

## **Capítulo 1**

### **A emergência de uma nova esquerda**

## 1.1 - A esquerda comunista: a questão democrática

O desenvolvimento histórico da esquerda de cariz comunista foi marcado por inúmeros debates teóricos entre seus militantes. Ao expor as principais diretrizes estabelecidas pelo movimento comunista internacional, não estamos desconsiderando esses debates, mas salientando o que acreditamos compor a linha teórica homogênea. Dessa forma ressaltamos três aspectos teóricos fundamentais que compõem a esquerda comunista: os limites da democracia na sociedade capitalista, a construção da hegemonia de classe da classe operária e a construção do partido revolucionário.<sup>13</sup>

Ao realizar sua análise sobre a formação social capitalista, Marx aponta que a sociedade civil apresenta-se com o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si, na produção material, numa determinada fase da história. Por se constituir como a base material das relações sociais, esta seria a dimensão social fundante. Seria a partir dela - sem esquecer que sempre de forma mediada - que surgiriam as outras esferas da atividade humana, cada uma com sua função específica. Uma dessas esferas seria a da política e a do Estado, que na fase histórica da sociedade capitalista, seria também integrada pela democracia e pela cidadania. A origem e natureza desta esfera estaria sempre vinculada a estrutura da sociedade civil - a base material das relações humanas -, que no capitalismo se apresentaria dividida em classes sociais antagônicas, resultado do próprio modo de produção capitalista que se caracteriza pela apropriação privada dos meios de produção. Dessa forma o Estado, poder político enquanto síntese das contradições existentes na sociedade civil, apresenta-se como defensor dos interesses da classe

---

<sup>13</sup> Nesse sentido consideramos as perspectivas teóricas elaboradas principalmente por Marx, Lênin, Lukács e Gramsci.

dominante.<sup>14</sup> A forma como esta defesa é exercida, seja sobre forma coercitiva ou pelo consenso, não implica numa mudança de sua natureza, ainda que influencie nas formas de luta social.

A partir dessa compreensão de Estado e sociedade civil, observa-se que a estrutura econômica que é própria ao modo de produção capitalista impõe à democracia um limite absoluto. A democracia apenas se generaliza e “universaliza” enquanto não se corra o risco de ir além de um ordenamento que se baseie na igualdade jurídico-formal.<sup>15</sup> Ou seja, uma vez que a estrutura econômico-social do capitalismo se baseia na desigualdade entre os indivíduos dentro da sociedade civil, - consequência da apropriação privada dos meios de produção – a democracia só pode ser realizada enquanto abstração, visto que sua efetiva realização destruiria as bases em que se estrutura o sistema capitalista, a desigualdade material entre os homens. De modo que a liberdade sob a forma democrática por mais ampla que seja sempre terá um limite intransponível, constituído por algo que procedeu do homem, mas se tornou estranho a ele: o Capital.<sup>16</sup>

Utilizando as formulações elaboradas por Cerroni de democracia método e democracia condição social,<sup>17</sup> pode-se afirmar que a estrutura capitalista viabiliza um ordenamento democrático restrito a democracia-método. Essa articulação ocorre porque as estruturas econômicas capitalistas somente são compatíveis com

---

<sup>14</sup> Marx, K. *A questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>15</sup> Como salienta Wood: “ As relações de classe entre Capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta.” Cf Wood, E M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, pg 184.

<sup>16</sup> Tonet, Ivo. *Democracia ou liberdade*. Maceió: Edufal, 1997. Ver Também, Lenine, V.I. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Estampa, 1975.

<sup>17</sup> Democracia método é o conjunto de mecanismos institucionais que sob formas diversas numa dada sociedade, permitem por sobre a vigência de garantias individuais a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais. A democracia condição social não é um simples conjunto de instituições cívicas organizadas num dado ordenamento político, mas um ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais tem iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social. Ver em Cerroni, U. *Para uma teoria Del partido político*. In: Teoria marxista del partido político. Cordoba: Ed. Passado y Presente, 1971.

ordenamentos políticos democráticos restritos, uma vez que manter essas restritividade é para elas uma questão vital.<sup>18</sup>

Dessa forma, podemos dizer que a democracia sob a formação social capitalista não vai além da emancipação política<sup>19</sup>, que apesar de sua grande importância na trajetória da humanidade, tem como base fundante a compra e venda da força de trabalho. Conseqüentemente, obstante o seu caráter progressista, a própria natureza da democracia lhe impões um limite essencial, não passando assim de ser uma forma de liberdade particular, e não o que Marx apontou como emancipação humana - liberdade plena – que tem como base fundante o trabalho associado. Somente com a emancipação humana o homem alcançaria o patamar mais alto da liberdade humana: autodeterminação.

Todavia, apesar de restrita, a luta pela democracia é necessária, uma vez que a universalização e a consolidação dos institutos democráticos permitem as classes e grupos sociais anticapitalistas reduzir a legitimidade e a viabilidade das reações restritivas do Capital. Essa luta deve dirigir-se à objetivação da democracia como condição social, pois é esta que organiza um ordenamento sócio-político que inaugura a etapa de desenvolvimento da sociedade humana. Somente nesta forma de democracia que leva a cabo a destruição do caráter alienado do poder político, se criará as condições para a supressão do Estado e o fim da separação entre governantes e governados.<sup>20</sup>

A questão da democracia é crucial para a teoria revolucionária, não porque seja um valor abstrato, mas porque é parte importante do processo revolucionário.

---

<sup>18</sup> Cerroni, U. *Para uma teoria Del partido político*. In: Teoria marxista del partido político. Cordoba: Ed. Passado y Presente, 1971, p.11-56. E também ver Netto, J. P. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

<sup>19</sup> Marx, K. *A questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>20</sup> Netto, J. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*.op.cit. Ver também, Marx, K. *A questão Judaica*.op. cit.

Fora dos quadros da democracia política é impossível uma organização eficiente da força político-social das classes interessadas na liquidação da estrutura capitalista. Desta forma, a democracia não pode ser compreendida como uma mera tática de luta, uma vez que a relação entre os meios e os fins é dialética. Assim elimina-se a hipostasia da democracia ao compreendê-la como um momento inserido na dinâmica do processo revolucionário.<sup>21</sup>

Tomar a democracia como um valor em si mesmo ossifica o seu conteúdo debilitando a dinâmica do processo revolucionário. De modo que a via mais correta esta em determinar concretamente a sua função e avaliação no curso dos processos revolucionários reais no sentido de avaliar a relação das partes com os objetivos macroscópicos, a revolução socialista. Desta forma, compreender o processo revolucionário é entendê-lo como um processo totalizante, dentro do qual existem diversos componentes de significados variados, mas que só podem ser compreendidos nas suas múltiplas relações com o sentido e direção global do processo.

A revolução democrática ainda que limitada aparece como condição de luta e passagem para o socialismo. Na direção de Lênin, o proletariado, principalmente no caso dos países em que a burguesia não realizou plenamente suas tarefas históricas, em geral, nos países de capitalismo retardatário, não deve se afastar da revolução burguesa deixando a sua direção à burguesia, ao contrário, deve ser sujeito ativo, que luta por um alargamento da democracia em direção ao socialismo. Disso resulta a necessidade da construção de uma hegemonia, isto é, a capacidade dirigente do proletariado na fase da revolução democrático-burguesa.

---

<sup>21</sup> Netto, J, *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Op.cit. Ver também Lênin, V. I. *Dos táticas de la socialdemocracia en la revolucion democrática*. In: Obras escogidas. Moscu: Instituto de marxismo-leninismo del CC del PCUS, 1960.

Contrariamente ao mito hodierno, a classe operaria não desapareceu, antes alargou-se em direção às novas camadas de trabalhadores intelectuais e se aproximou de um bom número de camadas assalariadas.<sup>22</sup> Deste modo a questão da construção de uma hegemonia da classe proletária se coloca na realidade de forma ainda mais profunda. O conceito de hegemonia está relacionado com a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológico-cultural. Deste modo a construção da hegemonia proletária desencadearia conseqüências não apenas no plano material da economia e da política, mas também no nível moral e filosófico. É partindo desta concepção que Gramsci considera a construção da hegemonia como uma reforma intelectual e moral da sociedade. Essa reforma seria algo que atuaria sobre a estrutura econômica e política, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.<sup>23</sup> De modo que *ela vai além de uma mera realização prática*, ela se apresenta como um evento político-filosófico.

Todavia para que a hegemonia enquanto direção política, moral, cultural e ideológica seja construída é necessário que os sujeitos adquiram uma consciência política capaz de compreenderem a si mesmos e ao mundo ao seu redor. Contudo, a classe operária não alcança espontaneamente a consciência de classe, a consciência política, a teoria revolucionária. Entregue a espontaneidade, a classe operária alcança consciência até certo ponto, o antagonismo em relação ao patrão, mas não vai além do nível da consciência econômico-sindical, não chega ao nível

---

<sup>22</sup> “Engenheiros politécnicos dirigindo juntamente com técnicos especializados, instalações automatizadas; “operários” programados, num microprocessador, um ciclo de produções – eis a nova classe operária deste século” Lojkine, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990, pg 15. Para compreender esse processo ver também: Braverman, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>23</sup> Gruppi, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal., 2000.

político. Para se chegar a uma luta revolucionária é preciso enxergar para além do padrão, é preciso especificar as classes sociais, os partidos políticos e sua função, compreender o que é o poder político, o Estado, entender como o padrão se sustenta através da estrutura social. Esse tipo de consciência é impossível de ser adquirido através da experiência imediata, pois apenas a elaboração científica proporciona uma visão mais ampla e orgânica.

Na formulação clássica leniniana, o partido de “novo tipo” caracteriza-se fundamentalmente por ser uma organização de vanguarda que proporciona a ligação entre a teoria revolucionária e o movimento das massas. Essa organização tem a função de criar uma hegemonia dos trabalhadores contraposta à ordem social dominante, onde a consciência espontânea dos movimentos de massas deveria ser elevada pelo partido em teoria de ação política. Esta consciência espontânea corresponde à própria práxis utilitária na qual o proletariado se encontra arremetido em seu cotidiano. Como aponta Kosik, esta práxis se caracteriza por revelar a realidade como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer estas. Assim, o indivíduo nesta situação cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. De modo que coloca o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporciona uma compreensão das coisas e da realidade. Nesse sentido, as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade, pois o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Como coloca Kosic, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pg.14. Ver também Lukács. *Estética: a peculiaridade de lo estético*. Barcelona: Grijalbo, 1966, p 45: “Es parte de la necesaria economia de la vida cotidiana el que, por término medio, todo su entorno – en la medida



Nesta perspectiva, isolado no aspecto fenomênico da realidade, a consciência espontânea não consegue compreender a essência das coisas, uma vez que esta não se manifesta imediatamente, mas sim é mediada pelo fenômeno. Assim, segundo a visão leniniana, para a elevação da consciência espontânea das massas em ação política seria necessário que na construção da hegemonia proletária, a consciência espontânea a qual se encontram arremetidos seja elevada pelo partido a uma compreensão mais mediada do real. De modo que é o partido que possibilita o salto de qualidade da consciência da classe operária.

Esta concepção de partido rompe com a noção de que a consciência da classe operária é produto mecânico de sua situação de classe, uma vez que, segundo Lênin, devido a espontaneidade dos movimentos econômicos da classe operária, não é possível que eles tenham consciência das conexões sociais, das finalidades que fundamentam a imediatez. Isto ocorre porque uma consciência global da realidade somente pode surgir através de um profundo conhecimento científico.<sup>25</sup> Nesse sentido, a classe operária não pode chegar a tal consciência uma vez que dentro do conjunto das relações de classe do sistema capitalista, os que portam o conhecimento são os intelectuais burgueses.<sup>26</sup> Desse modo, a consciência não surgiria espontaneamente na classe operária, mas seria um elemento importado de fora até ela.<sup>27</sup> Contudo “de fora” não significa fora da luta operária, mas sim “de

---

en que funcione bien – no se recoja ni estime sino en base a su funcionamiento práctico ( y no en base a su esencia objetiva)”.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Na direção de Lênin, Koscic coloca: “como a essência -ao contrário dos fenômenos - não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade particular, tem de existir a ciência e a filosofia”. Idem pg. 17.

<sup>26</sup> Conhecimento científico entendido aqui tal qual Lukács desenvolve, como uma reflexão complexa da realidade objetiva que permita uma real compreensão das mediações que permeiam a vida cotidiana, afastando-se de sua imediatez característica.

<sup>27</sup> Como ressalta Lênin “[...] a consciência socialista de hoje não pode surgir senão á base de um profundo conhecimento científico. De fato, a ciência econômica contemporânea constitui tanto uma condição da produção socialista como, por exemplo, a técnica moderna, e, apesar de todo seu desejo, o proletariado não pode criá-las: ambas surgem do processo social contemporâneo. Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses: foi do cérebro de certos indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo, e forma eles que o transmitiram

fora” da luta meramente econômica, “de fora” da relação imediata entre operário e patrão, no sentido de que indo além dessa relação econômico-imediata enxerga-se as relações de todas as classes sociais entre si, no sentido de uma visão global da sociedade.

Desta forma, de acordo com esta visão, o partido não representa o proletariado “em si”, dominado econômica, política e ideologicamente, mas sim o proletariado “para si”, consciente do lugar que ocupa no processo de produção e de seus próprios interesses. Assim, o partido se apresenta como a fusão entre o movimento operário e o socialismo, e a relação entre eles é que conforma o caráter revolucionário do partido.

Conseqüentemente Lênin sublinha a enorme importância que o programa de ação política do partido assume. O programa seria o *momento da tomada de consciência*, no qual o partido se define e fixa o seu modo de ser, distinguindo-se assim do movimento das massas e estabelecendo sua relação com ele. Justamente por isso o programa não deveria de modo algum consistir em mera enunciação de princípios gerais, mas sim de indicações das tarefas políticas concretas que se colocam a frente da classe operária em cada situação específica. Portanto é função do partido elaborar seu programa político sempre atrelado à análise concreta da realidade, pois além de ser resultado de uma visão geral do desenvolvimento do capitalismo, o programa deve também sublinhar a forma como ele vem se desenvolvendo no terreno nacional em sua especificidade. Assim cada partido deve realizar uma análise autônoma frente ao terreno nacional ao qual se encontra para a

---

aos proletariados intelectualmente mais evoluídos, que o introduziram, em seguida, na luta de classe do proletariado onde as condições o permitiram. Assim, pois, a consciência socialista é um elemento importado de fora na luta de classe do proletariado, e não algo que surgiu espontaneamente”. Ver Lênin, V. *Que Fazer*. São Paulo: Hucitec, 1988, pg 31.

elaboração de uma política que seja eficiente porque adequada concretamente a uma determinada situação histórica.<sup>28</sup>

No decorrer do desenvolvimento histórico do movimento comunista internacional os partidos políticos comunistas irão angariar fracassos em algumas regiões da Europa ocidental, o que estimulará um processo de revisão à estas elaborações teóricas fundamentais da esquerda comunista.

## **1.2 - Considerações histórico-políticas sobre o marxismo na Europa Ocidental**

Segundo Anderson, a “crise do marxismo”<sup>29</sup> teve sua gênese dentro do espaço geográfico da Europa ocidental, mais precisamente na região latina, formada pela Itália, Espanha e França. A especificidade desta região que tornou possível a emergência deste fenômeno se encontra no processo histórico social por qual passou esta esquerda até os anos 90, processo este que teve o destino do movimento comunista internacional como sua grande influência.

Na tradição marxista ocidental, existia uma filiação que desde seu início nos anos 20 encarnava suas esperanças e aspirações por uma democracia socialista desenvolvida, que até então vinha sendo esmagada na URSS pelo estalinismo. Todavia, esta tradição compreendia que apesar das deformações, a revolução russa representava a única alternativa de ruptura real com a ordem do capital conhecida até então no século XX, e, portanto, realizava suas críticas com prudência. Além

---

<sup>28</sup> Ver : Gruppi, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Para informações mais detalhadas sobre a organização do partido ver Lênin, V. *Carta a um camarada*. In: Escrita Ensaio, nº 8, 1981.

<sup>29</sup> Entendemos “crise do marxismo” como um movimento de revisão da teoria marxista baseado na sua perda de validade frente a realidade. Todavia, baseia-se muito mais em uma recusa desta teoria do que numa revisão crítica sobre ela.

disso, visto que a alternativa existente no movimento operário, a socialdemocracia, perdera qualquer tipo de caráter de oposição real ao capital, as únicas organizações que se colocavam em oposição à ordem eram os partidos comunistas subordinados a URSS, o que contribuía para atenuar ainda mais as críticas a URSS.

As esperanças desta tradição foram reacesas quando com as denúncias de Kruchev, de 54 a 60, a sociedade soviética parecia estar se afastando do estalinismo. Todavia elas foram aniquiladas com o avanço conservador que se seguiu. Nesta perspectiva, tal desilusão com as reformas na URSS:

“(…) criou as condições nas quais o lançamento, por Mao, de uma “revolução cultural”, oficialmente proclamada na China, veio a parecer uma forma superior de ruptura com a herança institucional da industrialização e burocratização estalinista”.<sup>30</sup>

Dessa forma, a simpatia pela “revolução cultural” fez com que grande número de intelectuais socialistas a apoiasse. Todavia, no decorrer da experiência maoísta, as imagens e ideais que conquistaram a simpatia internacional apresentaram-se muito diferentes. O impacto desta inversão da “revolução cultural” sobre o marxismo ocidental que a observava foi muito grande e marcante.

Ao impacto da frustração com a “revolução cultural” chinesa, acrescentou-se também uma outra experiência, o eurocomunismo.<sup>31</sup> Esta experiência, assim como a “revolução cultural”, surge a partir de uma crítica a herança estalinista na URSS e ao fracasso das reformas propostas. A alternativa eurocomunista ao modelo soviético,

---

<sup>30</sup>Ver Perry, Anderson. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pg. 84.

<sup>31</sup> Não nos propomos realizar uma análise crítica do movimento eurocomunista, apenas mostrar o impacto de seu fracasso no movimento comunista internacional. Para uma análise crítica desse movimento ver especialmente: Mandel, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.

cristalizada nos meados dos anos 70, enfatizava principalmente a necessidade de se:

“(…) preservar a série completa de liberdades cívicas, característica da ordem capitalista, em qualquer socialismo a ser realizado no ocidente, numa ordem política que defendesse igualmente os direitos individuais e a pluralidade partidária, mantendo as instituições parlamentares e repudiando qualquer ruptura súbita ou violenta com a propriedade privada dos meios de produção.”<sup>32</sup>

Nesse sentido o eurocomunismo se diferenciava das orientações da Revolução de outubro e o regime que dela se derivou, defendendo em contrapartida uma via pacífica, gradual e constitucional para o socialismo.

Segundo Anderson, a adoção das posições eurocomunistas pelos partidos comunistas da Europa ocidental foi grande, principalmente pelos partidos da Itália, França e Espanha. Essa adoção teria sido exaltada por duas circunstâncias. A primeira diz respeito a semelhança, abstraindo a diferença de conteúdo, entre o maoísmo e o eurocomunismo, ou seja, a crítica a URSS. Anderson coloca que quando a China perdeu a simpatia no exterior, foi muito frequente uma evolução do maoísmo para o eurocomunismo, mediada pela rejeição comum a experiência soviética.<sup>33</sup> A segunda circunstância, e para Anderson talvez a principal, foi a própria situação política na região sul da Europa. Na região sul o desenvolvimento da esquerda seguiu um caminho diverso da do norte, que teve na socialdemocracia sua força de esquerda mais relevante. Diferentemente do norte – socialdemocrata -

---

<sup>32</sup> Perry, Anderson. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. Op. Cit. pg. 86.

<sup>33</sup> Perry, Anderson. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. Op.Cit, pg.87.

nessa região era o anarco-sindicalismo assim como os partidos comunistas formados pela III Internacional que constituíam importantes forças de esquerda. Todavia, apesar de se apresentar como uma esquerda mais radical que a do norte, ela era estruturalmente mais fraca uma vez que essa região se encontrava em situação mais atrasada economicamente que o norte, levando a disposição de uma direita forte no pós-guerra. Entretanto, conforme a economia foi se recuperando, o desenvolvimento econômico e a mudança social começaram a desestruturar gradualmente as fundações da ordem dominante.<sup>34</sup> Assim, com a queda dos regimes ditatoriais abriu-se diante desta esquerda finalmente a possibilidade de apresentar suas alternativas dentro do campo parlamentar. Todavia, o que se apresentava como uma grande oportunidade para essa esquerda radical, acabou transformando-se em seu carrasco:

“Na principal trinca de Estados, os partidos comunistas tentaram se estabelecer como candidatos naturais para uma mudança de poder mediante a adoção de um constitucionalismo conciliatório, em conformidade com as tradições ocidentais (em contraposição às soviéticas). Mas a tentativa eurocomunista de se ajustar às novas condições malogrou em toda parte. Apresentando-se numa gama de colorações, todas socialdemocratas pelos padrões da III Internacional, os partido italiano, francês e espanhol tiveram que competir com concorrentes genuinamente socialdemocratas, que, embora inicialmente muito mais fracos, não tinham as desvantagens da burocracia interna e da associação externa com os regimes da Europa Oriental. Todos foram rapidamente superados pela passagem dessas formações euro-socialistas – PS (na

---

<sup>34</sup> Segundo Anderson, isto pode ser verificado já na segunda metade dos anos 70 com o fim dos regimes Franco, Salazar e Papadopolos. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*, Op. Cit. pg. 11.

França), PSOE (na Espanha), PSI na Itália) – para o centro da cena nacional.”<sup>35</sup>

### **1.3 - Elementos políticos sociais para a emergência da “crise do marxismo”**

As derrotas acumuladas pela esquerda nos diversos países do sul europeu representaram um golpe desmoralizante para todos aqueles que esperavam um novo despertar do movimento operário europeu, e, portanto, foi aqui que a “crise do marxismo” teve sua origem e significado. As causas para o seu surgimento teriam sido uma dupla decepção: a alternativa chinesa e o eurocomunismo como alternativa ocidental a experiência da URSS. Todavia a decepção com o eurocomunismo parece ter sido mais decisiva, pois afetava diretamente todas as perspectivas socialistas dos países da região sul que no desenrolar de seu processo histórico social de formação, apresentavam as maiores oportunidades para uma emergência significativa do movimento operário no ocidente.<sup>36</sup> Assim, a emergência da “crise do marxismo” foi um fenômeno latino, pois foi justamente nos três principais países - França, Itália e Espanha - que as oportunidades do eurocomunismo pareciam maiores e onde o esvaziamento da esquerda foi mais acentuado.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Anderson, P. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*, Op. Cit, pg.11-12.

<sup>36</sup> Na França depois de duas décadas de governo ininterrupto a direita se afundava no descrédito. Na Itália a corrupção incompetência da democracia cristã gerava protestos cada vez mais amplos, fornecendo eleitorado para o PCI. Na Espanha, Portugal e Grécia as ditaduras fascistas e militares estavam no final de suas forças. Ver Anderson, P. *Um mapa da esquerda na Europa ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>37</sup> *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*, Op. Cit.

Ao contrário, o processo histórico social de formação da esquerda na região norte da Europa não possibilitou as mesmas condições para a emergência da “crise do marxismo”. Na região norte foram os partidos herdeiros da II internacional que obtiveram maior amplitude, se tornando uma força regular de governo principalmente após a II Guerra mundial. A característica principal da socialdemocracia do norte foi ter edificado o *Welfare state*, com pleno emprego e amplos serviços sociais. Esta política socialdemocrata teve seu apogeu nos anos 70, entretanto ao mesmo tempo em que seu auge político era alcançado, as condições econômicas que sustentavam o sucesso desse reformismo enfraqueciam-se. Nesse momento o capital entra em crise, apresentando queda no crescimento, alta inflação e aumento do desemprego. Diante deste cenário, a socialdemocracia se viu incapaz de oferecer soluções, uma vez que se encontrava associada a esta crise pelo ressurgimento do monetarismo que escolheu os gastos estatais excessivos e os sindicatos superpoderosos como os causadores da estagflação. A consequência desta conclusão levou a uma perda do consenso sobre o *Welfare state*, resultando em uma ofensiva dos partidos de direita que adquiriram o poder por toda região, como o início em 70 do regime Thatcher na Grã-Bretanha. Assim, sem conseguir dar respostas que fossem além do âmbito parlamentar aos problemas que se colocavam naquele momento, a esquerda perdeu terreno político e intelectual para uma direita fortalecida que procurava agora desmontar todos os serviços desempenhados até então pela socialdemocracia.<sup>38</sup>

Deste modo, tanto a esquerda do sul quanto a do norte falharam ao proporem a reunificação da teoria marxista com a prática em um movimento revolucionário de

---

<sup>38</sup> O PCF rompeu com a União de Esquerda quando ela ainda era uma organização sólida, precipitando assim a derrota eleitoral em 1978, para entrar no governo somente 3anos depois agora enfraquecido e subordinado. O PCI desperdiçou suas forças na busca infrutífera de uma aliança minoritária com a principal organização da burguesia italiana o Partido social cristão. O PCE acabou reunindo-se à monarquia legada por Franco apenas para se encontrar marginalizado e em inferioridade numérica frente a um partido socialista inativo durante a ditadura. Ver Perry Anderson. *Um mapa da esquerda na Europa ocidental* .Op.cit.pg.10-11.



massas através de um reformismo que buscava privilegiar o campo do parlamento. Sem dúvidas, alguns privilégios foram alcançados para a classe trabalhadora, como a implantação de políticas de assistência social articulada a uma política econômica que associava emprego, investimento e consumo. Entretanto, em momento algum esta esquerda foi capaz de articular as condições para a construção da hegemonia do movimento operário que possibilitasse a superação de sua subalternidade frente ao capital. Dessa maneira, sem a articulação por estes partidos de um projeto político de ruptura com a ordem do capital, propiciou que:

“O custo para o capital da absorção de quase todo o movimento operário, no interior da ordem determinada pela sua ação sócio-histórica, foi a concessão de direitos sociais e a expansão significativa do estatuto da cidadania como base de um governo representativo”.<sup>39</sup>

Assim, uma vez perdida a perspectiva de se criar uma hegemonia operária capaz de fazer frente ao capital, em troca da possibilidade de participação no parlamento, os partidos socialdemocratas (sob uma variedade de nomes, incluindo os dos antigos partidos comunistas hoje rebatizados), como acentua Mészáros:

“(…) limitam-se atualmente à entrega do trabalho ao capital e a usar as pessoas como forragem eleitoral para os propósitos de legitimação espúria do status quo perpetuado sob o pretexto do processo eleitoral “aberto” e “plenamente democrático”.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Ver Del Roio. *A crise do movimento operário*. Freitas, M.C. (org). A reinvenção do futuro. São Paulo: Cortez, 1996, pg. 191.

<sup>40</sup> Ver Mészáros. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. In: Para além do capital.: São Paulo: Boitempo, 2002, pg. 826.

Tal acomodação parlamentar pautada na aceitação de que a prática parlamentar é a única maneira legítima de contestar a ordem do capital, acarretou em um conseqüente enfraquecimento das potencialidades de luta do mundo do trabalho. Segundo Mészáros, isto significou uma cisão no movimento entre o “braço político” e o “braço sindical” do trabalho, onde ao “braço político” caberia o papel de servir ou representar, codificando legislativamente, os interesses da classe trabalhadora organizada nas empresas industriais capitalistas pelos sindicatos de cada ramo do “braço sindical”.<sup>41</sup> Entretanto, com o tempo esta ilusão foi desmantelada, pois o “braço político” não utilizou de seu mandato político em colaboração com o “braço sindical”, mas ao invés disso utilizou das regras do jogo parlamentar com a finalidade de subordinar os sindicatos a seu favor e das determinações políticas finais do capital, impostas através do Parlamento.<sup>42</sup>

De modo que ao não vislumbrar que a luta do movimento operário tanto no âmbito da política quanto no econômico constituem-se como momentos inseridos em um mesmo processo, estes partidos acabaram por limitar a capacidade de luta dos sindicatos, conferindo a eles as disputas estritamente econômicas do trabalho, ou seja, acabaram por desempenhar justamente o interesse do capital de “banir a ação sindical politicamente motivada” como categoria inadmissível numa “sociedade democrática”.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Idem, pg. 834.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Mészáros. *Atualidade histórica da ofensiva socialista. Op. Cit.*

#### **1.4 - Conseqüências prático-teóricas da “crise do marxismo”: a emergência da “esquerda democrática”**

A consequência do fracasso de tentar adequar uma política revolucionária com uma prática revolucionária foi necessariamente uma ausência geral de um pensamento estratégico pela esquerda dos países avançados. Este processo se agrava com o colapso do “socialismo real”, simbolizado pela queda do muro de Berlim e pela dissolução da URSS, aonde a esquerda tradicional, de cariz comunista, que já vinha sendo alvo de inúmeras críticas e revisões enfrenta agora sua maior revisão, justamente por aqueles intelectuais que assumiram a idéia da existência de uma “crise do marxismo”. Todavia, ao ser realizada por uma esquerda reformista, que antes de procurar construir as bases para uma prática ofensiva frente ao capital, adotou uma prática defensiva que acabava por reproduzir a subalternidade do mundo do trabalho dentro do sistema, essas críticas e revisões longe de apresentarem uma positividade para a luta pela emancipação do homem, acabaram por levar a esquerda a um total retrocesso. Esta retração do pensamento de esquerda acontece quando parte da direção político-cultural do movimento operário comunista pretende evitar que os erros cometidos no passado sejam repetidos, entretanto ao invés de elaborar uma reflexão consistente, contenta-se em recusar sem nenhum tipo de mediação a prática vencida, o que não propiciou nenhum tipo de esclarecimento e, portanto nenhuma proteção quanto a possibilidade de repetir o mesmos erros.<sup>44</sup> Assim, ao formular uma crítica

---

<sup>44</sup> Ver Chasin. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. São Paulo: Ensaio n° 17/18, pg. 59.

<sup>45</sup> Não compreende que a crise que abalou os diversos sistemas “socialistas” não se remete ao projeto socialista revolucionário e a constatação da impossibilidade da transição socialista, mas sim a uma crise de uma determinada forma histórica de transição. A esse respeito ver José Paulo Netto. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2001.

superficial<sup>45</sup> sobre o passado, preocupada muito mais em exorcizar seus fantasmas, esta esquerda acaba reconhecendo a insuperabilidade da ordem capitalista e da institucionalidade liberal-democrática, apresentando-se então como uma “esquerda democrática”.<sup>46</sup> Como realça Petras, para parcelas desta esquerda se torna necessário se desvincular de quaisquer similaridades com os princípios propostos pelo movimento comunista internacional:

“Marxismo converteu-se num termo vergonhoso, imperialismo foi substituído por referências vagas, socialismo é usualmente colocado entre aspas e as agudas lamentações pela crise ideológica foram substituídas por reclamações de fracasso, desintegração e morte”.<sup>47</sup>

A marca registrada desta moderna esquerda, que será responsável pelo enfraquecimento do movimento operário revolucionário, esta em não reconhecer a centralidade do mundo do trabalho no processo histórico, além de abstrair de suas teses a idéia de socialismo como teleologia da ação revolucionária, ressaltando em seu lugar a centralidade da política e a necessidade de se alargar a cidadania e a democracia em busca de uma “economia social de mercado”.

De acordo com esta esquerda, o comunismo fracassou politicamente devido à forma de organização política, centrada num único partido, que obstruiu a democracia; e economicamente devido a sua forma de organização econômica baseada na propriedade estatal que não propiciou uma eficiência e produtividade da produção. Nessa perspectiva esta esquerda coloca que o socialismo que deve ser desenvolvido nos dias de hoje deve engendrar fundamentalmente uma luta por

---

<sup>46</sup>Ver Ivo Tonet. *Socialismo e Democracia*. <http://rvpraxis.hpg.ig.com.br/revista/8/democracia.html>. Na América Latina Jorge G. Castaneda é o principal precursor desta esquerda, ver: Castaneda, J. G. *Utopia desarmada*. São Paulo: Cia. das letras, 1994. Para uma crítica a este livro ver: Ivo Tonet, *Utopia Mal armada*. <http://www.rvpraxis.hpg.ig.com.br/revista/3/utopia.html>

<sup>47</sup> Ver Petras, J. op. Cit pg. 64.

maior democracia que respeite os diferentes sujeitos sociais, ou seja, uma democracia pluralista, e a utilização de certos recursos capitalistas no seu âmbito econômico<sup>48</sup>. Deste modo a transformação da sociedade só poderia ser realizada com sucesso, através de uma “lenta, gradual e segura” transição e sem ferir em nenhum momento a legalidade democrática.

Para esta esquerda o conceito de Estado e sociedade civil elaborado por Marx não mais apreende as mudanças da realidade. O Estado teria se ampliado de tal maneira que já não mais corresponderia ao conceito de dominação da classe dominante, pois teriam surgido esferas particulares relativamente autônomas, que vão desde os sindicatos até grupos organizados e grupos não organizados entre outros, as quais se interporiam entre o Estado e o sistema produtivo. Conseqüentemente a governabilidade dependeria muito mais do consenso do que da coerção. Apesar desta não ter sido completamente abandonada, a obtenção da hegemonia por via do consenso seria o principal investimento de qualquer classe ou grupo de classes sociais que quisesse liderar o processo social. Nesse sentido, uma vez que a natureza do Estado teria se alterado, a própria estratégia revolucionária teria mudado.<sup>49</sup>

A própria sociedade civil era agora encarada como um conjunto de organismos não estatais criados pelos indivíduos para lutar por seus interesses e direitos. Assim apesar de não se contestar a prioridade da economia, ela era colocada a sombra para em seu lugar se ressaltar a importância da nova sociedade civil em processo. Dessa maneira a oposição deixa de estar dentro da sociedade civil, âmbito material das contradições entre as classes, e passa agora a ser

---

<sup>48</sup> Conforme a questão é desenvolvida em :Blackburn,R. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2ªed. trad: Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992. Ver também Sader: Emir (org.) *O mundo depois da queda*.São Paulo: Paz e Terra, 1995.

<sup>49</sup> Tonet, I. *Socialismo e Democracia*. Op. Cit.

entendida com uma oposição entre o Estado e a nova sociedade civil. Conseqüentemente, quanto mais organizada, consciente e atuante fosse a sociedade civil, melhor esta poderia controlar o Estado e orientá-lo na direção dos interesses de quem conseguisse alcançar a hegemonia do processo social.<sup>50</sup>

Partindo disso coloca-se que o melhor modo de se organizar esta sociedade é fazer com que o sistema político permita aos vários grupos que se expressem politicamente, participem, direta ou indiretamente, na formação da vontade coletiva. Segundo esta concepção, tal forma de organização da sociedade se constitui como uma antítese a toda forma de despotismo<sup>51</sup>. Assim esta esquerda evoca um estado de coisas onde não haja um poder monolítico, onde o indivíduo tenha a máxima possibilidade de participar na formação das deliberações que lhe dizem respeito, o que se apresenta como a essência da democracia.<sup>52</sup>

Nesse sentido tais elaborações se diferenciam totalmente das elaborações teóricas da esquerda comunista<sup>53</sup>, tanto em relação a concepção da sociedade e Estado quanto a concepção de partido. Para a esquerda moderna, a sociedade se constitui em uma multiplicidade de grupos portadores de interesses diferentes, mas não necessariamente antagônicos. Nesse sentido o partido teria função mediadora e representativa entre esses grupos.<sup>54</sup> Entretanto ao enfatizar a necessidade de incorporar esses “novos sujeitos”<sup>55</sup>, esta esquerda não percebe que a emergência de novos grupos dentro da sociedade é resultado da complexização do ser social no sistema capitalista, e, portanto não possuem um significado em si mesmos, pois a

---

<sup>50</sup>Tonet, I. *Socialismo e Democracia*. Op. Cit.

<sup>51</sup>Bobbio, N. *As Ideologias e o Poder em Crise*. Brasília: Unb, 1990, p.16.

<sup>52</sup>Bobbio, N. *As Ideologias e o Poder em Crise*.op.cit.

<sup>53</sup>Aqui entendida com aquela esquerda baseada nas premissas teóricas verdadeiramente marxianas.

<sup>54</sup>Bobbio,N. op. cit, p.24

<sup>55</sup>Aqui refere-se a: jovens, mulheres, negros, índios, meio ambiente, etc.

sua emergência e processualidade estão subsumidas a contradição central do sistema capitalista, entre capital e trabalho.<sup>56</sup>

Devido as mudanças sociais o caminho revolucionário consistiria agora na conquista, pelas forças progressistas, da hegemonia na nova sociedade civil e também no interior dos aparelhos de Estado, de modo a colocar este último a serviço da mudança social – tudo dentro da lei e da ordem. Tal alteração na compreensão da natureza do Estado transforma-o apenas no resultado de uma correlação de forças que pode ser hegemonizada por classes sociais diferentes, rompendo assim com a compreensão marxiana de dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil, e no caso desta formação social, a dependência essencial do Estado para com o Capital.<sup>57</sup>

Sem dúvida alguma a sociedade se tornou muito mais complexa a partir da segunda metade do século XIX, e entre o Estado e a sociedade civil realmente surgiram inúmeros organismo sociais. Entretanto, não obstante ser necessário levar em conta tais mudanças, a natureza do Estado não se alterou a ponto de deslocar a oposição social decisiva para o terreno do enfrentamento entre o Estado e a nova sociedade civil. Pelo contrário a oposição permanece a se dar no âmbito das relações de produção, portanto todas as demais lutas continuam a ter como eixo esta oposição.

Com tal concepção pluralista da sociedade, a “esquerda democrática” dilui a noção de luta de classes, pois ao proclamar a necessidade de se reconhecer a autonomia e a diversidade dos múltiplos sujeitos coletivos, coloca que a questão se limita apenas a diferenças entre os diversos sujeitos coletivos, e não um

---

<sup>56</sup> A respeito das mudanças no complexo da classe trabalhadora e seu significado político ver: Lojkine, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte:Oficina de Livros, 1990. Ver Também, Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>57</sup> Tonet, I. *Socialismo e Democracia*. Op. cit..op.cit.

antagonismo entre classes sociais. Tal concepção teórica leva os diversos partidos que se aglutinam ao redor desta esquerda a uma postura política que:

“(...) se desvencilha do discurso classista e, para se adaptar aos novos tempos, passaram a defender políticas compensatórias que minorassem os efeitos devastadores do redimensionamento do mercado da força de trabalho”.<sup>58</sup>

Todavia, ao deixar de lado a luta pela construção de uma hegemonia proletária, a esquerda moderna deixa de lado uma questão fundamental, “(...) que o capital continua sendo a contradição em processo, enquanto tem no trabalho produtivo sua fonte e medida de valorização(...)”.<sup>59</sup>

Como consequência das alterações dos conceitos de Estado e sociedade civil, a própria noção de democracia é alterada. Ela deixa de ser compreendida como um valor particular, e passa a ser considerada como um valor universal, um instrumento capaz de contribuir para o enriquecimento do gênero humano. Nessa perspectiva, ao enfatizar a democracia como um valor universal<sup>60</sup> e se afastar do socialismo como estratégia de luta, esta esquerda acaba por diluir-se em um taticismo que a levará a atuar de forma politicista, ou seja, cada vez mais tentará subordinar os movimentos sociais que lhe sustenta às lutas institucionais do partido, ou seja, aprofunda ainda mais a cisão entre o “braço político” e o “braço sindical” do movimento.

---

<sup>58</sup>Ver Del Roio. *Política operária: Há futuro?* Organizações & Democracia, n°2, 2001, pg. 67.

<sup>59</sup>Idem, pg. 62.

<sup>60</sup> Valor universal no sentido em que se considera a democracia como a forma mais plena de liberdade, e, portanto “o” caminho para o socialismo, velando-se que apesar de seu caráter progressista, a sua própria natureza lhe impõe limites essenciais. Ver Coutinho, C. N. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992



Esta prática centrada apenas no âmbito da política renega a centralidade do mundo do trabalho ao favorecer a luta exclusivamente parlamentar. Isto ocorre, principalmente, pois esta “esquerda democrática” não reconhece a existência de uma dicotomia entre a sociedade civil, âmbito das contradições e o Estado, âmbito da igualdade ideal. Assim, na busca por um alargamento da democracia, esta esquerda não percebe que a democracia dentro do sistema capitalista apresenta-se de maneira formal, ou seja, mesmo o Estado democrático sustentando a igualdade entre os homens, quando nos remetemos à sociedade civil percebemos que tal igualdade não existe concretamente, percebemos que na realidade a sociedade é formada por classes sociais antagônicas. Desta maneira, concordamos com José Paulo Neto quando este afirma que:

“(...) as análises das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um limite absoluto: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção”.<sup>61</sup>

Ao insistir na democracia como “o” caminho revolucionário, perde-se a noção de que sendo o trabalho a dimensão social fundante do ser social, o eixo norteador da luta deveria estar fora do parlamento, pois:

“(...) a luta no interior deste muito antes de ser a síntese das demandas dos vários sujeitos coletivos, deveria ser a expressão e estar a

---

<sup>61</sup>Ver Netto, J. P. *Democracia e transição socialista*. Op.cit, pg. 76.

serviço da luta extra-parlamentar. Quando o eixo da luta esta no parlamento, o reformismo é uma tendência inevitável.”<sup>62</sup>

Desta forma, ao não compreender esse limite estrutural da democracia no capitalismo, esta esquerda moderna ao enfatizar a democracia dentro da institucionalidade não rompe com o que Marx aponta como a essência do Estado burguês: a emancipação política.<sup>63</sup> Portanto, por mais que se lute por uma maior democratização, e esta luta é tão necessária quanto importante, não se deve esquecer que, como ressalta Mészáros:

“(…) o postulado de “igualdade” e “imparcialidade”, com base no qual nem o trabalho nem o capital estão diretamente representados no domínio legislativo, supostamente regulado por algum misterioso “processo próprio de lei”, em sintonia com a idéia de Max Weber de que os “juristas” são os criadores autônomos do “Estado ocidental”, não é nada mais que uma camuflagem mentirosa e interesseira das relações de poder existentes”.<sup>64</sup>

Assim, acreditar que devido a diretrizes democráticas o capital venha a abdicar de seus poderes sócio-reprodutivos em favor do mundo do trabalho apresenta-se como uma grande ilusão, uma vez que isto significaria a própria destruição do capital, pois este tem sua existência estruturada na subjugação do mundo do trabalho a ele.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> Tonet, I. *Socialismo e Democracia*. Op. Cit, pg. 8.

<sup>63</sup> Ver Marx. *A Questão judaica*.op.cit.

<sup>64</sup> Ver Mészáros, op. cit. pg. 838.

<sup>65</sup> A respeito da contradição desta forma de luta com as reais determinações sociais da sociedade capitalista Tonet coloca: “ Teria sido essa estratégia comunicada aos detentores do Capital e teriam eles concordado com a supressão democrática de seus interesses?” *Socialismo e Democracia*, op. Cit.

Dessa forma o que podemos constatar com essa nova prática política da “esquerda democrática” é que esta tende a esquecer ou ignorar que a questão decisiva diz respeito à autoconstrução do homem como ser livre. Com a desculpa de ser realista, esta esquerda rebaixa o horizonte humano “à tarefa de encontrar um lugar ao sol na selva brutal do capitalismo contemporâneo”.<sup>66</sup> A “esquerda democrática” perde-se no momento em que aceita que a disputa entre capitalismo e socialismo foi definitivamente resolvida a favor do primeiro restando apenas a luta para humanizá-lo. Dessa maneira com o pretexto de combater o dogmatismo e sectarismo de grupos e partidos da esquerda, a esquerda democrática, armada com um instrumental que lhe faz ver o processo social de forma economicista e politicista, “cai numa abertura indiscriminada, que nada mais é do que uma humilhante adesão à causa burguesa”.<sup>67</sup>

Assim é preciso ressaltar o verdadeiro caráter do socialismo:

“Utopia? Ideal romântico? De modo nenhum. Pelo contrário, se há alguma utopia, isso é, algo impossível de ser realizado, é uma sociedade capitalista mundial harmônica e democrática. O capitalismo é, por sua essência, desumanizador e gerador de desigualdades sociais. Até os fatos empíricos brutos indicam isso. Repetimos: socialismo é uma possibilidade, complexa, difícil, remota, mas uma possibilidade; capitalismo, como uma forma de sociabilidade que permita ao homem ser realmente livre é uma impossibilidade absoluta.”<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Ivo Tonet. *Utopia mal armada*. Op. Cit.

<sup>67</sup> Idem

<sup>68</sup> Op.cit, pg. 13.

## **Parte II**

### **A construção do programa político petista**

## **Capítulo 4**

### **Elementos histórico-políticos para a gênese do**

**PT**

## 1.1– O caráter particular da esquerda comunista brasileira

A gênese particular de nossa esquerda não pode ser compreendida sem a apreensão da forma como o capitalismo foi objetivado em nosso país e, portanto a própria forma como a contradição Capital-trabalho foi aqui desenvolvida. Dessa forma a particularidade de nossa esquerda esta diretamente relacionada com a própria particularidade de nossa burguesia, uma vez que é no processo de antagonismo desta que nossa esquerda emerge.<sup>69</sup>

A história sobre o processo de formação do capitalismo no Brasil e o complexo social que dela se constituiu, apresenta inúmeros dilemas que resultaram em diferentes interpretações teóricas. No entanto, visto a complexidade deste debate e a necessidade de manter-nos centrados no objetivo de nossa pesquisa, seguiremos a corrente que acreditamos melhor explica o conjunto de questões postas pela realidade brasileira. De acordo com o pressuposto de que a melhor maneira de compreender a realidade é analisar sua estrutura compositiva, dinâmica e determinante, adotaremos principalmente a interpretação iniciada por Caio Prado Jr., que relaciona a colonização do Brasil a própria expansão do capitalismo mundial.<sup>70</sup>

Essa afirmação baseia-se na análise histórica da formação econômica das colônias americanas, que surgem justamente no momento de expansão capitalista. As colônias foram utilizadas desde sua origem como grandes centros produtores de

---

<sup>69</sup>Uma análise importante sobre a particularidade da objetivação do capitalismo no Brasil e seu reflexo sobre a questão nacional pode ser encontrada em: Borges, Maria Angélica. *Particularidade e objetivação do Capitalismo. In: Escrita. Ensaio, n° 8, 1981. De acordo com a autora: "É na forma particular do processo de constituição do capitalismo no Brasil que encontraremos as explicações do caráter das manifestações que, aqui, abraçaram e abraçam os problemas nacionais."* Pg. 74

<sup>70</sup> Ver principalmente Prado Jr, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1971. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. *História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

mercadorias. Desse modo, a formação política-econômica do Brasil se dá no bojo da expansão ultramarina.<sup>71</sup> Esse aspecto é crucial, pois irá condicionar a colonização do Brasil no sentido de satisfazer os interesses comerciais internacionais. Todavia a história do desenvolvimento capitalista apresenta-se em cada país de formas diferentes, o que confere a objetivação do capitalismo no Brasil uma particularidade histórica. Nesta perspectiva, não podemos deixar de considerar, ainda que possuindo determinantes específico-particulares, que o Brasil, assim como os demais países da América Latina, esteve desde sua gênese dialeticamente articulado com o desenvolvimento do capitalismo no mundo, pois ainda que sua formação econômica apresente uma particularidade histórica, esta faz parte da totalidade capitalista. Nesse sentido, a particularidade da formação do capitalismo no Brasil esta justamente no sentido de sua colonização, ou seja, a sociedade brasileira surge e se desenvolve sobre as premissas de fornecer mercadorias para o mercado externo. Esse aspecto da sociedade brasileira será reforçado pela própria diferença entre a sua formação e a dos demais países da Ásia, pois estes já possuíam uma sociedade estruturada, o que ocasionou grandes choques culturais. No Brasil, não existia uma sociedade organizada deste tipo, o que condicionou a constituição de uma nacionalidade sob as égides do próprio sentido de sua formação, ou seja, fornecer mercadorias para mercado externo.<sup>72</sup>

Deste modo, a economia colonial será condicionada de tal modo que toda a organização da produção se dará nos marcos da sedimentação do capitalismo no mundo, tendo como orientação se constituir como um centro fornecedor de

---

<sup>71</sup> Como salienta Florestan Fernandes: “Os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização. Fernandes, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pg 22.

<sup>72</sup> Prado, Jr., Caio. *A revolução brasileira*, op.cit.

mercadorias a partir da exploração agrária.<sup>73</sup> Deste modo o próprio trabalho escravo aqui implantado longe de se apresentar com uma estrutura produtiva diferente do modo de produção capitalista, ressalta a especificidade do capitalismo aqui estruturado. No processo de desenvolvimento capitalista, são apropriadas formas de trabalho e de produção de modos de produção anteriores, criando a partir delas novas formas de apropriação de mais-valia diferentes das clássicas formas existentes na Europa. Nesse sentido compreendemos a escravidão colonial como parte do processo que Marx chamará de “subsunção do trabalho ao capital”<sup>74</sup>, onde o capital incorpora formas produtivas que não lhe pertence dando a elas conteúdos capitalistas.<sup>75</sup>

Como podemos perceber a consolidação do capitalismo no Brasil diferenciase da forma clássica encontradas principalmente na Inglaterra e na França. Nesse caminho, o desenvolvimento do capitalismo ocorre por meio de revoluções burguesas calcadas na ideologia liberal, respectivamente em 1640 e 1789, que conquistam o poder político através do confronto direto com o poder feudal, instituindo um capitalismo e uma burguesia forte, de caráter verdadeiramente nacional.<sup>76</sup> No Brasil não ocorreu uma ruptura revolucionária com o “velho”, aqui representado pelo escravismo colonial, ao contrário, ocorreu a permanência do velho com o novo, o capitalismo. Esse caráter conservador da sociedade brasileira se

---

<sup>73</sup> Como coloca Prado Jr, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*, op.cit. pg.. 61. “É para fornecer açúcar, ouro e diamantes e mais alguns poucos produtos primários ao comércio internacional, que se ocupou e povoou o território que constituiria o Brasil e se instalou nele uma sociedade humana”.

<sup>74</sup> Marx. K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes, 1985, p. 87: “É a forma *geral* de qualquer processo capitalista de produção, é, porém, simultaneamente, uma forma *particular* em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém não inclui necessariamente o segundo”.

<sup>75</sup> Mazzeo, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil: as origens da autocracia burguesa*. 2ªed.São Paulo: Cortez, 1997.

<sup>76</sup> Idem.



configura pela própria inexistência de condições históricas que permitissem o surgimento de uma burguesia revolucionária, afinal como Marx já apontou:

“(...) O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.<sup>77</sup>

Uma vez que a burguesia brasileira tem sua gênese no próprio caráter subordinado da economia do país, esta fica impossibilitada de adquirir um caráter nacional que possibilitasse uma ruptura com a metrópole e conseqüentemente com a política econômica da colônia.<sup>78</sup> Esse caráter conservador de nossa burguesia, que temia qualquer alteração de caráter revolucionário que pudesse por em risco a base das relações de produção existentes, levando ao fim a estrutura latifundiária e escravista, assim como com o seu poderio político será responsável pelo adequamento do ideário liberal ao atraso do país. Assim em conformidade com a reação conservadora que já se processava na Europa através da transformação do liberalismo revolucionário em conservador, a burguesia brasileira absorve tal ideário em sua última forma, conservando apenas o aspecto econômico do liberalismo, o livre comércio, e suprimindo seu caráter ideológico, principalmente no que se refere a idéia de “universalidade” burguesa, o que condicionará a construção de uma

---

<sup>77</sup> Marx, K. *Prefacio a Critica da Economia Política*. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999, pg.52.

<sup>78</sup> Como ressalta Chasin, J. *A sucessão na crise e a crise da esquerda*. São Paulo: Ensaio, nº17/18, p.49: “ (...) a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana e nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria exclusão do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais” .

sociedade civil conservadora onde apenas serão considerados cidadãos aqueles que possuem poder econômico, enquanto grande parcela da população fica marginalizada de todo o processo político da vida nacional. Além disso, o próprio caráter tardio da formação capitalista brasileira, impossibilitará a existência, nesse momento, de relações capitalistas industriais e, portanto de um proletariado que estabelecesse relações sociais com perspectivas liberal-revolucionárias.<sup>79</sup> Em seu lugar apresentaremos uma burguesia conservadora e autocrática, em total conformidade e subordinação com os interesses dos grandes pólos avançados do capitalismo mundial, que a todo o momento sustentará um controle e alijamento social das massas populares.<sup>80</sup> Assim, teremos uma burguesia que em sua ascensão não arrastará o conjunto das categorias sociais do país, reduzindo assim milhares a miséria física e espiritual.

A unidade dialética entre particularidade histórica da formação econômica brasileira associada com a debilidade de nossa burguesia impedirá a todo o momento a configuração do país enquanto nação. Assim, o desenvolvimento econômico-social do Brasil encontra sua barreira na própria estrutura em que foi constituído, pois:

“Esse sistema, uma vez estabelecido e organizado da melhor forma possível para atender os objetivos visados, fica limitado a eles porque retroage sobre o próprio processo de seu desenvolvimento, tendendo assim a se consolidar cada vez mais e a se fazer mais exclusivo. Resiste a

---

<sup>79</sup> Mazzeo, A.C. *Estado e Burguesia: origens Da autocracia burguesa*, op cit., e *Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

<sup>80</sup> Como coloca Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. Cit. pg.213: “(...) as tendências autocráticas e reacionárias da burguesia faziam parte de seu próprio estilo de atuação histórica. O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da “velha” e da “nova” oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária” .

qualquer diversificação e se restringe unicamente à função para a qual fora criado”.<sup>81</sup>

Deste modo, a sua permanente subordinação aos interesses comerciais internacionais impedirá a construção de um mercado interno realmente amplo que absorva a grande massa de excluídos, ao invés de uma pequena parcela privilegiada da população. Sem a criação de um mercado verdadeiramente integrado, apresenta-se incapaz de lançar as bases de uma economia nacional, possibilitando assim uma ruptura com a subordinação aos pólos centrais do capitalismo. Incapaz de criar as bases de sua autonomia, e, portanto, alterar a posição que o país ocupa no conjunto do sistema capitalista, seu passado colonial se mostra como um traço permanente na sociedade brasileira. Mesmo com as mudanças no cenário econômico do país propiciadas com a mudança da mão de obra escrava para livre, e posteriormente com a industrialização e o crescimento do mercado interno, e as alterações no próprio contexto político, quando a partir dos anos 30 ocorre um rearranjo entre as facções burguesas, o caráter genético do capitalismo brasileiro permanece, pois alteraram-se suas determinantes, mas manteve-se intactas a sua essência, o caráter subordinado de nossa economia e o caráter autocrático de nossa burguesia. Nesse sentido toda a “modernização” do Brasil é realizada sem que organização produtiva do país seja alterada.

Na verdade o que encontramos são os limites postos por uma estrutura econômica arcaica e subsumida aos grandes centros comerciais que determinaram o surgimento de um pensamento político extremamente conservador. Uma burguesia de tal forma autocrática e conservadora que prefere ceder o poder

---

<sup>81</sup> Prado Jr., Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para o desenvolvimento brasileiro*, op. Cit., pg.69-70.

econômico do país aos grandes centros internacionais do capitalismo para manter o seu poder político. Assim, com uma burguesia geneticamente subordinada, conservadora e contra-revolucionária, esta, enquanto classe social, apresenta-se incapaz de exercer seu papel histórico de levar até o fim a formação do capitalismo no Brasil e conseqüentemente completar a revolução burguesa no país.<sup>82</sup>

A relação dialética entre uma base material constituída por um capitalismo hipertardio, subordinado e excludente, e uma superestrutura composta por uma classe dominante débil e autocrática, condicionarão a conformação de uma estrutura política a sua imagem e semelhança. Nesse sentido o processo histórico-político brasileiro será marcado por oscilações entre formas de governo bonapartista e de autocracia burguesa institucionalizada.<sup>83</sup> Frente a esse ser-precisamente-assim de nossa burguesia e sua prática-política orientada pela concepção de que a questão social deve ser considerada como uma “questão de polícia”, esta se apresenta incapaz de realizar o seu papel histórico de construção de um Estado democrático-burguês.

Esse caráter conservador da burguesia brasileira esta relacionada com o próprio momento histórico do capitalismo mundial. Ora, a industrialização brasileira ocorre tão tardiamente, até mais que na Itália e na Alemanha, que as primeiras batalhas teóricas e práticas do proletariado já haviam sido travadas e o capitalismo já se encontrava em sua fase de acumulação monopolista avançada, e, portanto a

---

<sup>82</sup> Ver Chasin, J. *sucessão na crise e a crise da esquerda*. op. cit. Ver também Fernandes, F, op.cit. pg.220: “ (...) o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se(...) Não só porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de dete-la. Mas, também, porque ela não tem como conciliar o modelo neo-imperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de revolução Burguesa nacional-democrática”.

<sup>83</sup> Ver Mazzeo, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Op.cit. e Chasin, J. *sucessão na crise e a crise da esquerda*, op. Cit.

contradição capital-trabalho já se encontrava amplamente consolidada.<sup>84</sup> Nesse sentido a época das grandes revoluções burguesas havia chegado ao fim e a burguesia já aparecia como classe dominante, adotando agora uma postura defensiva frente a qualquer perspectiva de alteração da ordem estabelecida. Dessa forma, quando a burguesia brasileira surge, ela se constitui na senda da virada conservadora da burguesia internacional. Será justamente pelo caráter de sua constituição que a burguesia brasileira se absterá de um caráter progressista, incapacitando-a de realizar tarefas democráticas.

Desta forma, entendemos que a realização das tarefas democráticas de nosso país se torna responsabilidade do conjunto da classe trabalhadora, pois no contexto de um capitalismo amplamente desenvolvido esta se apresenta como a única classe progressista, uma vez que suas necessidades somente podem ser satisfeitas no marco de uma sociedade concretamente democrática. Todavia as tarefas democráticas a cargo do proletariado como um todo, não podem se limitar a mera realização da democracia burguesa, pois esta por seus próprios limites intrínsecos ainda não proporcionaria a superação das contradições impostas pelo caráter genético da nossa formação econômico-social. De modo que a revolução democrática e a revolução socialista devem ser consideradas como momentos integrantes de um mesmo processo revolucionário. Isso porque não se trata de dois momentos distintos, mas sim do alargamento da revolução democrática até a sua concreta efetivação através da revolução socialista. Assim é justamente por se tratar de um mesmo processo que a hegemonia do proletariado na luta pela revolução democrática é crucial, pois uma vez que esta não é capaz de ir além imediatamente dos marcos da sociedade capitalista e suas contradições estruturais, cabe ao

---

<sup>84</sup> Chasin, J. A *“politização” da totalidade: oposição e discurso econômico*. In : Terma nº02. São Paulo: Grijalbo, 1977.

proletariado impulsionar para frente esta revolução dando a ela formas mais convenientes para o êxito na luta que há de se seguir pela revolução socialista.<sup>85</sup> Nesse sentido as tarefas democráticas do proletariado devem ultrapassar os limites próprios da democracia burguesa e adquirir uma identificação nacional centrada no estatuto popular, rompendo com as mudanças estritamente institucionais e com o caráter excludente da nossa sociedade, estabelecendo condições concretas para a efetivação de uma democratização da própria estrutura produtiva da sociedade, onde os trabalhadores alcançariam a real possibilidade de participar e decidir em todas as instâncias da vida nacional.<sup>86</sup>

O surgimento e configuração da esquerda<sup>87</sup> brasileira apresentam um caráter particular, resultado da própria base material específica da qual emerge. Como pudemos verificar, nos países que confluíram para o capitalismo através da “via clássica”, a burguesia apresentava um caráter revolucionário, todavia uma vez alcançado os seus objetivos particulares esta classe tornou-se contra-revolucionária.<sup>88</sup> Será justamente a partir deste momento que a esquerda emergirá, enquanto continuidade crítica de uma burguesia que se tornava contra-revolucionária. De maneira que, como diz Chasin: “(...) a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital”.<sup>89</sup>

Entretanto a particularidade histórica da formação econômica do Brasil não proporcionará as mesmas condições encontradas nos países europeus para a emergência da esquerda. Como já ressaltamos, as condições materiais aqui encontradas não ofereceram condições concretas que possibilitassem a constituição

---

<sup>85</sup> Lênin. *Que Fazer*. Op.cit.

<sup>86</sup> Chasin, J. *Sucessão na crise e a crise da esquerda*. Op. cit.

<sup>87</sup> Aqui entendida como crítica prática e teórica irradiada a partir da lógica do trabalho.

<sup>88</sup> “(...) las revoluciones de 1830 y mas aún las de 1848 atestiguan que la burguesia perdió el lugar que ocupaba a la cabeza Del progreso social(...) El combate de la burguesia contra los restos del feudalismo há terminado ya: lo reemplaza ahora la actitud defensiva frente al proletariado ascendente.” Lukacs, G. *La crisis de la Filosofía burguesa*. Buenos Aires: Siglo Veinte, pg. 24.

<sup>89</sup> Chasin, J. *A sucessão dna crise e a crise da esquerda*, op. Cit, pg. 58.

de uma burguesia de caráter revolucionário, o que inviabilizou que a esquerda surgisse por onde a crítica burguesa findasse. Somente a partir do final do século XIX com o início do processo de industrialização no país começam a ser delineadas as condições para a transição da economia agrário-mercantil para uma plenamente capitalista, o que proporcionou a constituição de um proletariado moderno. Será justamente com o surgimento desse proletariado que chegará ao Brasil as ideologias a ela vinculadas.<sup>90</sup>

Diante destas condições, a esquerda brasileira surgirá na lacuna deixada por uma burguesia incompleta e por um complexo teórico ainda muito deficitário visto a sua constituição tardia.<sup>91</sup> Esta origem e o posterior desenvolvimento histórico da esquerda comunista brasileira<sup>92</sup>, aqui entendido principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), contribuirá para que a esquerda brasileira não consiga elaborar uma análise concreta da realidade do país, levando-a na maioria das vezes a assumir uma prática-política que deveria ser própria da burguesia brasileira, de completar o capitalismo e a revolução burguesa no país.

### *1.1.1- Breves considerações a cerca do Partido Comunista Brasileiro*

O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em março de 1922 como resultado de um acúmulo das lutas dos trabalhadores que se desenvolveram ao longo do

---

<sup>90</sup> Mazzeo, A. C. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*, op. Cit.; , Del Roio, M. T. *Os comunistas, a luta social e o marxismo*. In: História do Marxismo no Brasil vol V. Campinas: Unicamp, 2002.

<sup>91</sup> Sobre a maneira como a teoria marxista penetra no Brasil ver: Mazzeo, A. C., Lagoa, M.I. (orgs). *Corações vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.; e Del Roio, "Os comunistas, a luta social e o marxismo", In: Ridenti, M. Aarão, D. História do marxismo. Campinas: Ed, Unicamp, 2002 vol.V.

<sup>92</sup> Para uma análise do desenvolvimento histórico-político do PCB ver Mazzeo, A.C.. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999; Segatto, J.A. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989; Segatto, J. A. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; e Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

início do século. O partido surge como uma seção da Internacional Comunista (IC) o que permitiu que as elaborações teóricas desenvolvidas pela IC fossem absorvidas pelos comunistas brasileiros, além de submeter o partido as diretrizes do Movimento Comunista Internacional (MCI). Nesse sentido, o PCB emerge na realidade brasileira como uma organização de vanguarda voltada para a ação revolucionária, com o papel de construir uma hegemonia dos trabalhadores contraposta à ordem social dominante capaz de criar condições para a transformação radical da realidade em direção a uma sociedade socialista. Todavia, se por um lado essa importação teórica proporcionará um avanço na organização dos trabalhadores, por outro limitará a realização de uma análise da particularidade histórica da realidade brasileira.

Ao elaborar o seu programa político, o partido segue as orientações teóricas da IC, que longe de proporcionar uma real compreensão da especificidade histórica dos diferentes países, como o Brasil, propõe universalizar a forma particular de desenvolvimento capitalista típico dos países europeus, deixando para trás a necessidade de uma análise concreta da questão nacional. Essa rigidez do modelo teórico imposto pela IC e a própria debilidade teórica da esquerda brasileira naquele momento, impedirá uma real compreensão das relações econômico-sociais brasileiras e conseqüentemente conduzirão o partido a práticas-políticas contraditórias ao seu objetivo estratégico.

Em suma, as orientações teóricas da IC determinavam que a humanidade e cada país necessariamente passariam por estágios, sendo que os anteriores ao socialismo seriam o feudalismo e o capitalismo. Nesse sentido, a evolução histórica dessas duas etapas levaria ao socialismo. A aplicação desta teoria à realidade brasileira foi elaborada conjuntamente com a dos demais países coloniais ou semi-coloniais e dependentes. Dentro desta elaboração colocava-se que o baixo nível de



desenvolvimento destes países não possibilitava a assimilação deles com os países de economia desenvolvida em alto ou em médio grau. Deste modo, presumiu-se que não encontrando naqueles países coloniais ou semi-coloniais e dependentes - incluía-se nestes o Brasil e os demais países da América Latina - um desenvolvimento econômico apreciável, eles se encontrariam em transição do feudalismo para o capitalismo.<sup>93</sup> Desta maneira, por apresentarem relações de produção predominantemente asiáticas ou feudais em suas economias e na sua superestrutura política, requisitavam que a luta fosse fundamentalmente contra o feudalismo e as formas pré-capitalistas de produção. Dentro deste esquema estabelecido, a luta pelo socialismo somente seria possível através de etapas preparatórias, como resultado de um grande período de transformações da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Além disso, também se acrescentou a análise das classes sociais baseadas nos países asiáticos e na Rússia czarista: latifundiários, uma burguesia retrógrada aliada aos latifundiários e junto com estes ao imperialismo e um setor progressista da burguesia, a “burguesia nacional”, que se apresentaria como eventual aliado do proletariado na revolução burguesa.<sup>94</sup>

À luz deste esquema teórico o partido desenvolverá a sua orientação política, sendo a Declaração de março de 1958 um dos documentos mais importantes, pois nele serão dadas as bases para a prática-política do partido ao longo dos anos posteriores. Em suma, admitia-se que o capitalismo vinha se desenvolvendo no Brasil por trilhas não previstas e de forma irreversível, se constituindo como um elemento progressista. Isto estaria ocorrendo porque o desenvolvimento das forças produtivas estaria fazendo surgir no Brasil uma burguesia nacional e progressista

---

<sup>93</sup> Conforme Caio Prado Jr, *A revolução brasileira*, op.cit. pg.39-46.

<sup>94</sup> Idem, pg.105.

que estaria em contradição com o imperialismo ao mesmo tempo em que aumentava o contingente de proletariado urbano e rural. Nessa nova condição do capitalismo brasileiro o regime político e a composição do governo se alteravam, pois deixavam de participar apenas latifundiários e os grandes capitalistas em defesa do capitalismo, favorecendo desta forma a luta pelo progresso e pela democracia.<sup>95</sup>

A partir desta percepção da realidade brasileira, colocava-se que o desenvolvimento capitalista entrava em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, visto que estas se constituíam como um obstáculo para o desenvolvimento capitalista no Brasil, provocando seu atraso.<sup>96</sup> Diante disso criava-se a necessidade de orientar tal desenvolvimento em um sentido nacional e progressista para expulsar as forças do atraso em favor do progresso. Para que a orientação do desenvolvimento brasileiro seguisse esse sentido era preciso resolver duas contradições fundamentais que estariam presentes na atual etapa da revolução. A primeira seria a contradição entre a nação e o imperialismo e seus agentes internos, e a segunda seria a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção semifeudais na agricultura.<sup>97</sup>

Partindo da orientação de que no presente momento a contradição fundamental se encontrava entre a burguesia nacional e progressista e os agentes do imperialismo, colocava-se o antagonismo entre classe proletária e classe burguesa como secundário, ou seja, o antagonismo não desapareceria, mas não exigiria uma solução imediata.<sup>98</sup> Tal adiamento na resolução da contradição entre proletariado e burguesia seria justificado no interesse comum que a burguesia e o proletariado teriam em que o capitalismo brasileiro se desenvolvesse. Dessa

---

<sup>95</sup> Mazzeo, A. C. *Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil*. Op.cit.

<sup>96</sup> Conforme Reis, *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>97</sup> Ver Segatto. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB:1954-1964*, op. cit.

<sup>98</sup> Ver Reis, op.cit.

maneira o proletariado e a burguesia longe de se oporem, neste momento se unem em torno de objetivos comuns para desencadear uma luta por um desenvolvimento capitalista independente e progressista contra as forças de atraso, o imperialismo e os “restos feudais”. Entretanto, como resultado de tal política o partido propiciava a diluição da luta de classes e o surgimento de uma política de colaboração entre as classes.

Assim, atrelada ainda à velha concepção de revolução em etapas proposta pela IC, esta orientação colocava que no atual momento a revolução brasileira deveria ser de caráter antiimperialista, antifeudal, nacionalista e democrática, sendo que a realização de tal etapa seria feita através da implantação de um governo nacionalista democrático, sendo admitido que sua implementação fosse realizada dentro do atual regime, através de uma ação legal. A atuação do PCB para realizar seus objetivos deveria ser feita através de uma frente nacionalista e democrática fundamentada na aliança entre a burguesia nacional, pequena burguesia e o proletariado urbano e rural. Desse modo, o PCB deixa de privilegiar a disputa pela hegemonia no movimento sindical para favorecer seu campo de alianças, subordinando com isso a luta do proletariado ao politicismo de viés liberal e institucional. Com essa política, a questão da hegemonia na frente era deixada para o futuro, visto que segundo tal orientação a hegemonia do proletariado seria alcançada através de graduais conquistas democráticas as quais estavam sendo favorecidas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil.<sup>99</sup> Deste modo, percebe-se a perda do caráter classista do partido, uma vez que com tal compreensão da realidade brasileira não se entendia a construção da hegemonia proletária como essencial no momento.

---

<sup>99</sup>Ver Mazzeo, A.C. *Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil*. Op.cit

De acordo com essa linha política a realidade naquele momento oferecia condições de uma via pacífica para a revolução brasileira, deixando para trás a antiga concepção de enfrentamento violento com o regime. Esse caráter pacífico se justificava numa ilusão sobre a crescente democratização da vida política, o que favorecia a atuação dentro da legalidade democrática e constitucional.<sup>100</sup>

Com a concepção de via pacífica, o processo eleitoral passa a ter grande importância na atuação do partido, uma vez que tal processo é entendido como meio legal de intervenção política. Assim, as eleições seriam um fator importante para a mobilização e politização das massas, um instrumento para transformações democráticas e progressistas e principalmente para a acumulação de forças visando à tomada do poder.<sup>101</sup> A partir desta concepção o PCB propõe a tomada do poder através da vitória eleitoral e da resistência das massas populares aliadas às forças nacionalistas no Congresso.<sup>102</sup> Nessa perspectiva, a orientação política do PCB prioriza a ação parlamentar para a realização de mudanças colocando em segundo plano os demais meios de ação, procurando estar sempre dentro da legalidade. Além disso, ao colocar como essencial a aliança com a classe burguesa para a realização da primeira etapa da revolução o proletariado se encontra subordinado a ela, pois o partido coloca na burguesia as condições para superação desta etapa da revolução.

Assim, condicionado pelos modelos teóricos provindos da realidade europeia, o PCB não foi capaz de construir uma visão que levasse em conta o processo histórico nacional. Com tal análise da realidade brasileira enrijecida, o PCB não percebeu o equívoco de se estabelecer a existência de restos feudais no Brasil, pois

---

<sup>100</sup> Ver Segatto, J. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964*, op.cit.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Ver Chilcote, *Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

com tal análise favorecia a aliança com a “burguesia nacional” entendida como uma classe progressista que por estar em contradições com os “restos feudais”, conjuntamente com o proletariado, incentivaria o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. Preso a uma análise equivocada da realidade nacional, o PCB não consegue perceber o verdadeiro caráter da burguesia brasileira, que:

“{...}se desenvolveu na esteira de uma economia agrária e exportadora e na senda de uma prática política conservadora e contra-revolucionária, não poderia jamais, como não pode até os dias de hoje, realizar avanços democráticos, dados seus limites historicamente postos{...}”<sup>103</sup>

O golpe de abril de 1964 mostrou que as análises do PCB estavam equivocadas, pois sofrendo pressões da burguesia nacional e do imperialismo, principalmente dos EUA, que se opunham ao projeto de reformas, o governo de João Goulart não encontrou no movimento popular uma organização que fosse forte e organizada o suficiente para impedir a tentativa de golpe, revelando a debilidade em que se encontrava a democracia brasileira daquele momento, assim como a deficiência de organização do movimento popular pela esquerda.<sup>104</sup> Assim, ao não adaptar sua linha política a realidade que lhe era imposta, ao aplicar mecanicamente as concepções elaboradas pela IC, o PCB deixa de perceber a debilidade do movimento popular, a verdadeira posição dos militares e principalmente o verdadeiro caráter da burguesia nacional e do capitalismo brasileiro. Dessa maneira, quando o golpe de 1964 foi consolidado, o projeto político nacional e democrático do PCB foi destruído, uma vez que o golpe foi fruto da burguesia brasileira de origem

---

<sup>103</sup> Mazzeo, A.C. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995, pg. 72.

<sup>104</sup> Idem.

colonial<sup>105</sup>, que devido sua fraqueza estrutural mostrou-se incapaz de realizar suas tarefas econômicas e políticas, recorrendo e transferindo para o aparato do Estado as atividades básicas propulsoras do processo de industrialização e modernização.<sup>106</sup>

Apesar do golpe ter exposto a fragilidade das posições políticas pecebistas, a posição do PCB não se alterou, uma vez que a partir de seus limites de instrumentos analíticos não vislumbrava suas orientações políticas de privilegiar a ação na legalidade e pacífica e a aliança com a burguesia nacional como equivocadas. Pelo contrário, colocou que a derrota sofrida pelo golpe militar fora resultado de uma falha no mecanismo de direção política, portanto poderia ser corrigida com as mesmas premissas.<sup>107</sup>

O período ditatorial foi marcado por uma grande repressão frente às esquerdas. Dessa forma, com seus acessos políticos e sindicais restritos, e seguindo sua concepção teórica de atuar dentro da legalidade, o PCB começou a atuar dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>108</sup>, que durante esse período se tornou o caudatário das insatisfações populares.<sup>109</sup> Tal atuação buscava uma possibilidade legal de intervenção e de unidade do movimento democrático.

Quanto a sua política sindical, a cúpula pecebista optará por atividades mais cautelosas e menos agressivas, uma vez que responsabilizava as posições esquerdistas de setores do partido pelos equívocos anteriores ao golpe. Assim,

---

<sup>105</sup> Esta burguesia se configura através de uma formação social capitalista débil na cadeia imperialista, não superando sua condição de colônia. Tal debilidade econômica não permite que a burguesia brasileira instale na vida política elementos democráticos como o fez as demais burguesias que alcançaram o poder. Assim esta burguesia procura sempre afastar as massas trabalhadoras do processo político para poder manter seu status quo econômico e político. Ver Mazzeo, A.C. *Estado e Burguesia no Brasil: as origens da autocracia burguesa*, São Paulo: Cortez, 1997.

<sup>106</sup> Ver Antunes, R. *Rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.

<sup>107</sup> Ver Reis, op.cit.

<sup>108</sup> Um dos partidos gerados pela extinção dos partidos anteriores a 1964 e a implementação do bipartidarismo.

<sup>109</sup> Ver Mazzeo, A.C. *Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil*, op.cit.

preferiam-se práticas menos combativas como “abaixos assinados articulados pelas lideranças sindicais e o trabalho de mais longo prazo de articulação dentro das fábricas do que a articulação de greves”.<sup>110</sup>

Deste modo, sem alterar a sua orientação política até então, atrelado as suas velhas concepções de que o capitalismo no Brasil estava bloqueado pela sua contradição com o imperialismo, o PCB foi incapaz de perceber que o capitalismo brasileiro estava se recuperando protegido pelos militares. Nesse sentido, faltou ao PCB a percepção de que longe de estar bloqueado, o capitalismo no Brasil estava se desenvolvendo, e que ao invés de estar se fragmentando o bloco do poder estava cada vez mais coeso.<sup>111</sup>.

Apesar desta prática política pecebista ter seu lado positivo no sentido de que procurou construir um amplo leque de forças antiditatoriais objetivando derrotar o regime implantado pelo golpe, o PCB ao mesmo tempo:

“(...) foi vítima de seu próprio pragmatismo e acabou diluindo-se no amálgama ideológico do PMDB, transformando sua tática em estratégia e perdendo a perspectiva da transformação revolucionária da sociedade brasileira na direção ao socialismo”.<sup>112</sup>

Com tal prática política o PCB deixou de se inserir no movimento operário para impulsionar suas lutas e criar as bases de uma hegemonia da classe proletária, em seu lugar procurou trazer o movimento para o partido no sentido dele atuar de acordo com as lutas do partido. De modo que acabou por dissociar a relação dialética entre a luta pela democracia e pelo socialismo, formulando um projeto de

---

<sup>110</sup> Santana, M. A. *Homens e Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p.163.

<sup>111</sup> Ver, Reis, op. cit.

<sup>112</sup> Ver Mazzeo, A.C. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995, pg.85.

desenvolvimento social democrático burguês, onde a centralidade da luta estaria nas mãos da burguesia e não dos trabalhadores, ignorando assim o caráter da burguesia brasileira, que por sua incompletude genética, não tinha e não tem capacidade de exercer um papel democrático. Por fim, armado com uma orientação e prática política desconexa com a realidade concreta brasileira, onde a questão nacional era deixada de lado, o partido acaba sucumbindo a uma prática taticista e a uma combatividade meramente retórica, contribuindo para o desencantamento e desorientação do conjunto dos trabalhadores.

Após o golpe de 1964 acentuou-se o processo de contestação às orientações pecebistas que levou a fragmentação do partido em diversas organizações. No âmbito interno, esse processo foi agravado devido a permanência da política reformista da Declaração de março e o impacto do golpe de 1964. No âmbito internacional, ocorreu a emergência de modelos e referências alternativas com a Revolução Cubana e a Revolução Chinesa.

As novas organizações não concordavam com a orientação de acordos com parte da burguesia, a via pacífica para o socialismo e com a participação no jogo eleitoral. Em contraposição enfatizavam o caminho da luta armada, inspirados pelas revoluções cubana e chinesa que propunham a luta armada e criticavam as estruturas partidárias tradicionais, e a luta do Vietnã que demonstrava a possibilidade de inverter situações desfavoráveis através das armas<sup>113</sup>.

Entretanto apesar das críticas quanto a ineficácia das orientações pecebistas, estas organizações também não foram capazes de propiciar o fortalecimento do movimento operário. Segundo Ridenti, este fracasso ocorre devido a falta de uma política de massas por parte dessas organizações, até porque não se preocupavam

---

<sup>113</sup> Ver Reis, op. Cit. p.70



com as discussões teóricas. Os grupos armados possuíam uma visão imediatista, e, portanto não procuravam desenvolver um trabalho de conscientização das massas. Tal prática levou a um grande abismo na relação dessas organizações com a classe trabalhadora<sup>114</sup>. Além disso, apesar de se apresentarem como organizações críticas à política do PCB, suas diferenças em relação ao partido se baseavam fundamentalmente quanto a tática proposta, uma vez que partiam da mesma compreensão da realidade brasileira.<sup>115</sup>

Com a implementação do AI-5 o espaço de ação desses grupos tornou-se quase inexistente. Assim, ao deixarem de ver o real contexto político e continuarem com suas concepções de enfrentamento aberto com o regime eles logo foram extintos.

No período de maior efervescência do movimento operário, as greves do final dos anos 70 e começo dos 80, o PCB longe de ter uma participação ativa, impulsionando esses movimentos, se afastou do movimento. Isto porque o PCB continuava atrelado a sua linha política do V Congresso que priorizava a construção de uma frente ampla que englobasse setores diversos da sociedade, que garantisse o enfraquecimento do regime e desse sustentação para a transição e subsidiasse o regime democrático.<sup>116</sup>

Quando surgem as greves no ABC, o PCB mesmo partindo de perspectivas diferentes a direção do movimento grevista, não deixou de dar apoio e cobertura. O PCB colocava que a greve assumia um papel importante na medida em que sua derrota representaria uma derrota da classe operária brasileira e do movimento democrático. Assim, o apoio às greves visava primordialmente impedir que sua possível derrota se estendesse ao movimento democrático. Entretanto, o apoio às

---

<sup>114</sup>Ver Ridenti, op. Cit.

<sup>115</sup>Ver Reis, op. Cit.

<sup>116</sup>Ver Santana, *Homens e Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, op. cit.

greves não era incondicional, mas tudo que pudesse afetar e prejudicar não apenas o sindicalismo, mas também e principalmente o movimento democrático, exigiria uma solução negociada para o movimento grevista. Segunda a leitura pecebista, a correlação de forças no interior da sociedade não permitiria certas posições de confronto direto com o regime, e, portanto o PCB procura articular a greve com o quadro geral da frente ampla (MDB) para obter um saldo político positivo dela. Nesse sentido, mesmo que o ganho econômico-sindical fosse reduzido, e para o PCB ele seria devido a correlação de forças no momento, era preciso priorizar o ganho político e arrancar dos movimentos mobilizatórios vitórias pontuais, que se somariam a outras e enfraqueceriam cada vez mais o regime ditatorial.<sup>117</sup>

Faltou ao PCB perceber claramente que o desenvolvimento da economia brasileira propiciou a formação de uma classe operária moderna, e que as greves que surgiam no ABC colocando no centro da política nacional esse operariado, ressaltava justamente a sua qualidade adquirida a partir dos anos 60<sup>118</sup>. Assim, enquanto os setores mais combativos do movimento sindical, que posteriormente criariam o PT, atuavam na lógica de um enfrentamento direto com o regime, as análises pecebista levaram o partido a uma atuação de enfrentamento indireto, institucionalizado, tendo como centro a frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional, uma vez que para o PCB o movimento operário e sindical deveria estar subordinado às ações da frente com um todo.<sup>119</sup>

Seguindo essa linha política, o PCB tentou trazer o movimento operário que se manifestava naquele momento para a frente pluriclassista que procurava construir. Dessa maneira, ao invés de incentivar o movimento grevista visando a constituição de um bloco operário-popular que possuísse um programa próprio e um

---

<sup>117</sup> Ver Santana, op. Cit.

<sup>118</sup> Ver Mazzeo, *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*, op. cit.

<sup>119</sup> Ver Santana, op. cit.

caráter de classe definido, o PCB preferiu defender a manutenção da forma-partido do MDB <sup>120</sup>. Assim, atrelado a sua política de frente ampla o PCB procura trazer o movimento grevista para a frente, não percebendo que esta se encontrava esgotada e que o movimento mostrava qualidades do operariado que necessitava serem desenvolvidas.

Nesse sentido, agindo de acordo com suas elaborações teóricas enrijecidas baseadas na Declaração de Março, o PCB não foi capaz de acompanhar a processualidade histórica da realidade brasileira, e com isso não pode dar as greves operárias do ABC um respaldo teórico, proporcionando a perda da hegemonia do partido como representante dos interesses dos trabalhadores no plano político mais geral.

## **1.2- As greves do ABC paulista**

O período anterior ao golpe de 64 foi marcado por uma estagnação econômica e uma desarticulação política das frações burguesas. Diante dessa desarticulação a burguesia brasileira, incapaz geneticamente de ser agente da constituição de um capitalismo em bases nacionais, opta novamente por reafirmar, sob condição de parceira subordinada, a aliança com a burguesia monopolista estrangeira, dando continuidade ao mesmo padrão de acumulação. Todavia, essa burguesia, débil por natureza, se apresentava incapaz de exercer uma hegemonia política e ideológica, ao mesmo tempo em que necessitava manter o seu domínio político. Nesse sentido, com a necessidade de continuar com seu papel de classe dominante, as várias frações da burguesia brasileira recorreram as forças militares

---

<sup>120</sup> Ver Mazzeo, *Sinfonia Inacabada: a política dos comunista no Brasil*, op.cit..

para criar um Estado de caráter bonapartista<sup>121</sup> capaz de proporcionar as condições institucionais indispensáveis a reorganização das frações burguesas e a continuidade da acumulação de capital.

Uma vez assegurada o seu domínio político, as frações burguesas iniciaram um processo de expansão e aprofundamento do padrão de acumulação centrado na produção do DIII<sup>122</sup>. Nesse sentido, foram adotadas diversas medidas para o rebaixamento salarial da força de trabalho, com a intenção de proporcionar internamente uma maior acumulação, o que interessava aos setores monopolistas nacionais e internacionais, e permitia que externamente os produtos fossem vendidos a preços competitivos. A recorrência ao capital externo para a compra de bens de produção ainda era necessária uma vez que as exportações não conseguiam suprir a desproporcionalidade entre os setores. Assim, com o aprofundamento do padrão de acumulação, a contenção salarial, a intensificação da jornada de trabalho e o incremento tecnológico se constituíram como importantes instrumentos para o arrocho.<sup>123</sup> O padrão de acumulação teve na superexploração do trabalho<sup>124</sup> a sua base fundante, uma vez que no decorrer de sua vigência houve uma enorme queda no poder de compra dos salários. Assim enquanto o arrocho salarial sustentava o modelo econômico, ele também resultava em um crescente empobrecimento das massas assalariadas.<sup>125</sup>

---

<sup>121</sup> O bonapartismo é produto de uma situação em que a classe dominante da sociedade capitalista já não é capaz de manter seu domínio por meios constitucionais e parlamentares. Assim refere-se a uma forma de regime político da sociedade capitalista na qual a parte executiva do Estado alcança poder ditatorial sobre todas as outras partes do Estado e sobre a sociedade. Sobre o caráter particular do bonapartismo no Brasil ver Mazzeo, A.C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Op. cit.

<sup>122</sup> Utilizaremos aqui a mesma terminologia adotada por Francisco de Oliveira: DI refere-se ao departamento produtor de bens de produção, DII ao produtor de bens de consumo não-duráveis e DIII ao produtor de bens de consumo duráveis.

<sup>123</sup> Ver AntunesR. *A rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC*, op. cit.

<sup>124</sup> Superexploração do trabalho entendida como a articulação de uma jornada prolongada de trabalho com uma intensidade extenuante do processo produtivo que levava ao limite o grau de exploração da força de trabalho.

<sup>125</sup> AntunesR. *A rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC*, op. cit .

Conjuntamente com essa nova política econômica, uma grande repressão recaiu sobre o movimento operário, sendo sua ação limitada, suas lideranças presas e as organizações sindicais extintas. A repressão também fez com que fosse cumprida a legislação sindical que defendia a paz social e negava a luta de classes, além disso, o papel do sindicato foi reformado se tornando um órgão assistencialista, um agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora. O direito de greve foi proibido e a fixação dos índices salariais deixou de ser feita através da negociação entre operários e patronato e passou a ser tarefa do Estado.<sup>126</sup> Com o desenvolvimento econômico, aumentou enormemente o contingente da classe operária, principalmente nos setores de metalurgia, química e outros.<sup>127</sup> Entretanto, em 1975 o milagre econômico começa a chegar ao fim, uma vez que não era mais possível financiar o déficit na balança de pagamento resultado da desproporcionalidade entre o que Marx chamou de DI e o DII da produção que exigia uma constante importação de bens de produção que não era suprida pelas exportações, e então se recorria ao capital externo. Tal ciclo vicioso entra em colapso uma vez que os investimentos externos que alimentavam nossa economia começam a refluir com a crise mundial do capitalismo que ganha intensidade a partir de 1972. Assim, em busca de manter o desenvolvimento econômico, o governo expande o arrocho salarial até classe média, mas tal medida não foi suficiente para garantir a sustentação do modelo econômico do milagre.<sup>128</sup>

Em fins de 1977 o governo sofre outro golpe. Nesse momento vem à tona a denúncia de que o governo tinha usurpado e manipulado significativa parcela do salário real dos operários.<sup>129</sup> A oposição ao regime ditatorial cresce em diversos

---

<sup>126</sup> Ver Antunes, R. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>127</sup> Ver Harnegger, M. *O sonho era possível*. São Paulo, 1994.

<sup>128</sup> Ver Mazzeo, A.C. *Sociologia política marxista*, op.cit.

<sup>129</sup> Ver, Antunes, R. *O que é sindicalismo*, op.cit.

setores da sociedade, principalmente o movimento grevista que alcança seu auge na movimentação sindical do final dos anos 70 e início de 80 no ABC paulista. Tal região, principalmente São Bernardo do Campo, se caracterizava por ser uma região com alta concentração operária, com empresas ligadas ao capital estrangeiro e com técnicas modernas para o padrão nacional.<sup>130</sup> Esse movimento grevista que se inicia no final dos anos 70 coloca no centro da política nacional os trabalhadores, fazendo ressaltar o aspecto qualitativo do novo proletariado que se conforma a partir dos anos 60.<sup>131</sup> Essa classe operária que se conforma no ABC paulista surge justamente em uma região de maior tecnologia de ponta no país, o que possibilita justamente a eclosão das greves nessa região. Todavia apesar dessa característica proporcionar a esse operariado uma maior consciência de sua condição social, ela é ao mesmo tempo resultado de um período político em que o socialismo é afastado de qualquer discussão devido a repressão política. Esse aspecto é fundamental para compreendermos que apesar de ser uma classe operária que avança no momento em que retira o movimento operário brasileiro de sua letargia, é também uma classe operária sem cultura socialista ou comunista e mesmo até sem cultura política.<sup>132</sup>

As greves que eclodiram em maio de 1978 tiveram grande importância, pois significaram a volta da classe operária à cena política nacional, que até então com a grande repressão que lhe recaía, se encontrava limitada e isolada.<sup>133</sup>

As denúncias sobre a manipulação dos índices de variação de preços que usurpou grande parcela do salário dos operários, a revolta frente o arrocho salarial e as constantes negativas patronais levaram os operários a dar um salto qualitativo em

---

<sup>130</sup>Ver Berbel, M. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação de Mestrado, SP, FFLCH, Dept. de História, USP, 1991.

<sup>131</sup> Ver Antunes, R. *O que é sindicalismo*. op.cit..

<sup>132</sup> Ver Oliveira, F. *Qual é a do PT?*. In: E agora PT?: caráter e identidade. São Paulo Brasiliense, 1986.

<sup>133</sup> Berbel, M. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Op.cit

sua resistência. Os operários não aceitaram passivamente a situação e iniciaram um intenso processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial, o que preparou o terreno para que em maio de 1978 os operários iniciassem as paralisações inicialmente no ABC paulista se espalhando posteriormente para todo o estado.<sup>134</sup> Assim, em 12 de maio de 1978 o operariado da indústria automobilística ressurgia na cena política nacional através da eclosão da greve na indústria da Scania.

A motivação das greves de 1978 manifestava-se pelas necessidades materiais básicas do operariado, como coloca Chasin, “o chão da greve é a fome e o chão da fome é o arrocho, sendo que a raiz do arrocho é a própria plataforma econômica do regime implantado em 64”.<sup>135</sup> Assim, conforme Antunes, as greves não possuíam apenas caráter econômico, uma vez que insurgindo contra a política de arrocho salarial os operários confrontavam a política econômica do governo, com isso as greves adquiriam um caráter político.<sup>136</sup> Todavia esse caráter político foi atingido intuitivamente, pois o operariado ainda encontrava-se muito ligado a sua própria cotidianidade, e apesar de perceberem os conflitos de classe não compreendiam a fundo a essência de tais conflitos dentro do sistema capitalista.

Nesse sentido, essas greves foram resultado da espontaneidade do operariado, uma vez que apesar de na época o sindicato estar estreitando os laços com a base, ele não participou na preparação nem na deflagração do movimento.<sup>137</sup> Não existiu uma direção consciente das greves, mas ao contrário, elas foram

---

<sup>134</sup> Idem

<sup>135</sup> Como desenvolve Chasin em: *As máquinas param: germina a democracia*. In revista Ensaio nº 7. São Paulo: Ed, escrita, abril 1980.

<sup>136</sup> Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op. cit.

<sup>137</sup> Como coloca Celso Frederico: “Os operários limitaram-se a cruzar os braços diante das máquinas e permaneceram nessa posição silenciosa de recusa e rebeldia”. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a reconstrução*. Vol 3. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991, p14.

dirigidas “pela dura realidade do cotidiano do operário”.<sup>138</sup> Assim com a falta de uma direção consciente, a greve teve sua teleologia calcada na intuição e espontaneidade das massas, e não em uma prévia ideação resultada de uma análise científica da realidade.<sup>139</sup>

O resultado dessas greves foi positivo para a classe operária. Ela não apenas pegou os patrões de surpresa ao paralisarem as atividades dentro das fábricas, como com sua vitória iniciou uma luta profunda contra o arrocho salarial que era o eixo da política econômica da ditadura. Além disso, derrubaram a legislação repressiva que não permitia as greves, iniciando uma atividade de rompimento com a estrutura sindical atrelada ao Estado.<sup>140</sup>

Os sindicatos apesar de não terem participado da eclosão das greves tiveram importante papel durante o movimento, tendo grande destaque o sindicato de São Bernardo do Campo, então com Lula como presidente.<sup>141</sup>

Após as greves, Lula e outros dirigentes começam a pensar sobre a possibilidade de fundar um partido político. No começo do ano de 1979 estipula-se que para integrar-se ao Movimento pró-PT não bastaria apenas ser sindicalista, mas seria necessário também estar vinculado a luta pela autonomia sindical. Procurava-se com tal resolução afastar os sindicalistas tradicionais.<sup>142</sup>

---

<sup>138</sup> Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op. cit..

<sup>139</sup> Como podemos verificar no depoimento recolhido por Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*, op. cit. P.33: “[...] a greve de 78 não foi em primeiro lugar uma orientação centralizada que partiu de alguém assim: Vocês vão fazer greve. Acho que foi a primeira reação que teve o conjunto da classe de fazer greve. Aqueles que tinham trabalho dentro da fábrica tentaram organiza-la”. Osmar Mendonça em *O arrocho treme*.

<sup>140</sup> Conforme Antunes, R. *O que é sindicalismo* Op. cit..

<sup>141</sup> Como podemos verificar no depoimento de Lula a folha de S. Paulo em 4/06/78 citado por Antunes, *A Rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*, op. cit. Pg.35: “Apesar do sindicato não ter decretado a greve, ele procurou levar mensagens ao trabalhador, fazendo com que ele sentisse a necessidade de chegar às paralisações. Todas as vezes em que o trabalhador precisou do sindicato, ele compareceu negociando em nome do trabalhador”

<sup>142</sup> Berbel, op. cit.



Em 1979 o sindicato de São Bernardo com a acumulada experiência das greves de 78, começou a se preparar para a greve intensificando o trabalho sindical junto às fábricas e realizando grandes assembléias. Todavia também o patronato estava se preparando, disposto a utilizar grande repressão.<sup>143</sup>

Apesar da motivação para a greve ter sido a mesma que em 78, a luta contra o arrocho salarial, as greves de 79 significaram um avanço em relação a 78. Mesmo atendo-se ao plano da imediatividade, essas greves ao surgirem, feriram o plano da materialidade do ordenamento social delineando uma dimensão política. Dessa maneira, mais que nas greves de 78, as greves de 79 vivenciaram “uma situação declarada de confronto entre os operários metalúrgicos de um lado e o capital e o seu Estado bonapartista de outro”.<sup>144</sup>

Da mesma forma que as greves de 78, esta também foi resultado da espontaneidade das massas, faltando a elas uma direção consciente. A singularidade desta greve em relação as greves anteriores esta em que apesar de sua dimensão espontânea, contou com a liderança ativa do sindicato operário de São Bernardo e de uma parte de Santo André. A presença do sindicato e particularmente de Lula, então presidente do sindicato de São Bernardo foi constante em todo o movimento.<sup>145</sup> Entretanto essa liderança não implicou em uma direção consciente, uma vez que esta só é possível através de uma orientação política elaborada cientificamente, a partir de uma articulação entre ação e reflexão complexa da realidade.

---

<sup>143</sup> Antunes, R. *O que é sindicalismo*. Op. cit.

<sup>144</sup> Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op.cit., pg. 55. Aqui Antunes utiliza a expressão bonapartismo como uma forma de governo que surge do caráter contra revolucionário da burguesia nas condições de transformações democráticas e de uma revolução democrática. Outros autores trabalham com a noção de bonapartismo, como Chasin, Carlos Nelson Coutinho, Mazzeo, etc.

<sup>145</sup> Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op.cit.

Mesmo com a forte repressão do aparato estatal as greves continuaram conquistando o apoio e solidariedade de grande parte dos setores democráticos da sociedade brasileira. Além disso, Lula consolidou sua liderança contando com a solidariedade de todos os sindicatos do país.

Diante da força do movimento, o patronato e o governo foram forçados a negociar com os operários que conseguiram a volta das lideranças sindicais. Assim, as greves de 1979 apesar de não terem conseguido com que todas as reivindicações materiais fossem atendidas, ela foi vitoriosa em diversos aspectos. Essas greves alcançaram grande significação política ao recuperar os sindicatos operários e restituí-los as suas diretorias. Além disso, foram vitoriosas por seu aspecto generalizante do movimento reivindicatório dos assalariados, que ao ganhar novo impulso a partir dos operários do ABC aumentou em intensidade e dimensão a onda grevista. No plano da consciência estas greves também foram vitoriosas, pois começou a desmascarar o verdadeiro caráter do estado ditatorial, seu vínculo com o capital monopolista e sua dimensão repressiva.<sup>146</sup>

Durante seu desenvolvimento, as greves de 79 assumiram um caráter de ofensividade, colocando o “poder político frente a uma realidade ausente no universo das possibilidades previstas pela dominação burguesa”.<sup>147</sup> Desse modo, no ano de 1979 a luta sindical alcança grande importância uma vez que a dimensão das greves insurgidas colocou o movimento operário em patamar muito superior em sua luta contra o poder ditatorial.<sup>148</sup>

No ano de 1980, tanto o operariado quanto o patronato começaram a se preparar para um novo embate. O movimento grevista dotado da experiência acumulada com as greves anteriores dotou o movimento grevista de um

---

<sup>146</sup>Idem.

<sup>147</sup>Idem, pg. 64.

<sup>148</sup>Antunes, R.O *que é sindicalismo*, op. cit.

ordenamento capaz de sustentar a greve por muito tempo se necessário. Todavia, o capital e seus representantes políticos não estavam dispostos a admitir uma nova vitória do operariado, uma vez que uma nova vitória poderia trazer consequências insuportáveis a sua política econômica. Nessa linha de pensamento, o patronato e o Estado não pretendiam ceder a nenhuma reivindicação que pudesse significar alguma vitória ao operariado.<sup>149</sup>

As greves de 1980 foram diferentes das anteriores, pois a liderança de Lula já se consolidava nacionalmente e o PT estruturava-se pelo país. Assim, as greves contaram com uma liderança sindical que preparou cuidadosamente o movimento. Todavia, tais greves também foram marcadas pela espontaneidade, até mais do que nas anteriores, pois foram caracterizadas pela realização de grandes assembleias plebiscitárias que deixaram a direção da greve nas mãos da espontaneidade das massas, e a direção limitava-se a executar as decisões tomadas pelo movimento.<sup>150</sup>

Nesse sentido, quando as greves de 80 chegaram ao seu fim pouco foi alcançado de favorável aos operários. Segundo Ricardo Antunes, esse fracasso ocorreu em parte pela falta de uma direção consciente da greve por suas lideranças que tivesse uma real compreensão da contextualidade política em que a greve se inseria. Faltou a percepção da íntima relação existente entre o patronato da indústria automobilística e o Estado ditatorial.<sup>151</sup>

Deste modo, as greves de 80 como as anteriores apesar de marcadas por uma concepção do antagonismo entre os operários e os patrões, ainda não expressavam uma consciência total da realidade, ou seja, a oposição irreduzível entre eles e do interesse dos patrões com a ordem econômica vigente. Assim, uma

---

<sup>149</sup> Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op.cit .

<sup>150</sup> Ver Frederico, C. *A esquerda e o movimento operário*, op. cit., pg.16 Ver também Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op.cit, e Mazzeo, A.C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Op. cit. .

<sup>151</sup> Conforme Antunes, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC*. Op.cit.

vez que o operariado agia intuitivamente, no plano da cotidianidade das relações entre capital e trabalho, não foi possível uma concreta análise das correlações de forças daquele momento. Nesse sentido, sem uma análise da realidade que percebesse e fosse além das meras manifestações fenomênicas da essencialidade do capitalismo, o operariado não teve condições de organizar uma ação que partindo de uma prévia ideação baseada na análise objetiva da realidade possibilitasse atingir a materialidade do sistema capitalista, e com isso não foi capaz de propiciar uma direção consciente que:

“(...)realizasse a mediação entre as manifestações da consciência imediata com uma ação mediada por uma política que permitisse o desenvolvimento das imensas potencialidades imanentes daqueles movimentos”.<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Ver Mazzeo, A.C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Op. cit., pg.159

## **Capítulo 3**

### **O PT dos anos 80**

### 1.1.O Movimento Pró-PT

A intenção de organizar um partido que fosse voltado aos interesses dos trabalhadores já pode ser identificada desde as greves de 78 quando os líderes de diversos sindicatos começam a discutir sua possibilidade. Os principais líderes sindicais, entre eles Lula, Olívio Dutra e João Paulo Vasconcelos, iniciaram dentro das fábricas e associações de trabalhadores a idéia de construção de um novo partido. Primeiramente a ação foi concentrada nas regiões sul e sudeste do país, onde se encontravam as principais indústrias de ponta no país e os sindicatos com maior força política e de mobilização. Eles acreditavam na força do movimento operário, contrariando o pensamento de grande parte da esquerda brasileira, principalmente o PCB. Os participantes do movimento pela fundação de um partido dos trabalhadores iam de encontro com a estrutura sindical oficial, não se contentavam com o pouco que era conseguido com os acordos com o Estado, e, portanto não davam margem para uma ação mais flexível.<sup>153</sup> Com essa linha de enfrentamento, esse movimento pró-PT recusava qualquer aliança com os setores progressistas das classes dominantes, o que conforme vimos era defendido pelo PCB que de acordo com sua política de frente ampla desde 65 atuava dentro do MDB.<sup>154</sup>

Diante das propostas apresentadas, o PT se tornou um grande pólo aglutinador de militantes de esquerda que após a repressão procuravam uma alternativa. Dentre as diversas forças políticas que aderiram ao movimento,

---

<sup>153</sup> Ver Berbel, op. cit.

<sup>154</sup> Nesse momento o PCB seguia sua linha política estabelecida pela Declaração de Março de 1958 que defendia a formação de uma frente ampla que englobasse setores de diversos da sociedade, que garantisse o enfraquecimento do regime e desse sustentação para a transição e subsidiasse o regime democrático.

destacam-se as organizações da esquerda clandestina<sup>155</sup>, parte dos “autênticos” do MDB e grande parte dos movimentos ligados à Igreja católica.<sup>156</sup> Conjuntamente com o grupo de sindicalistas – que possuíam uma escassa formação política – que impulsionavam o caráter espontaneísta do movimento, as correntes socialdemocratas de esquerda, as organizações armadas e principalmente os militantes católicos também viriam a corroborar com o espontaneísmo do partido. Os diferentes intelectuais e militantes com experiência política e cultural socialista anterior também rejeitam a história política do operariado precedente, pois acreditam que o próprio PCB não foi suficientemente obreirista para merecer o caráter de partido da classe operária.<sup>157</sup> Além disso, os próprios setores dos movimentos sociais que aderem ao PT carecem, ao seu modo, de uma cultura política socialista. Dessa forma a hegemonia construída no partido se estruturou em torno de uma grande rejeição ao conceito de vanguarda, própria de uma cultura política que nega a mediação teleológica como instrumento privilegiado de ação na realidade.

O movimento Pró-PT, como ficou conhecida a articulação que propunha a formação do Partido dos Trabalhadores elaborou diversos documentos que explicavam a necessidade da formação do partido e qual o caráter que ele assumiria. Dentro desses documentos os mais importantes foram: Carta de Princípios, Declaração Política e Plataforma Política.

No documento lançado em 1 de maio de 1979, Carta de Princípios, fica claro o motivo que coloca a necessidade da criação do partido, assim como o caráter que

---

<sup>155</sup> Ação Popular(AP), Ala Vermelha, MEP, Convergência Socialista, Democracia Socialista, Organização Socialista Internacionalista (OSI), Libelu, POR-T, PCBR, ANL. Muitas dessas organizações surgiram de rachas do PCB. A respeito das diversas organizações e suas adesões ao PT ver *Berbel, op. cit. e Ozaí, A. História das tendências no Brasil*. São Paulo: Proposta.

<sup>156</sup> A adesão ao PT pelos militantes católicos foi intensificada após declarações favoráveis de Frei Betto ao PT. Ver *Berbel, op cit.*

<sup>157</sup> Ver Oliveira, F. *Qual é a do PT*. In: *E agora PT?: caráter e identidade*. Op.cit. pg.15 Como o próprio autor salienta essa negação reflete na verdade o desconhecimento da história do PCB, que apesar de seus diversos erros táticos e estratégicos apresentou em diversos momentos um caráter obreirista.

pretende adotar. Este documento coloca que o motivo para a criação do Partido dos Trabalhadores está na debilidade dos partidos e governos que criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, não são capazes de propiciar o acesso às conquistas da civilização e a plena participação política ao povo. Assim, coloca que “os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação”, e o instrumento capaz de propiciar essa participação seria o Partido dos Trabalhadores.<sup>158</sup> Assim, percebe-se a rejeição dos petistas aos partidos existentes e particularmente ao PCB enquanto representante da classe operária.

A Carta nega qualquer possibilidade de aliança com o MDB. Segundo esse documento, o MDB possuía limitações que comprometiam as lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático realmente popular. Estas limitações seriam resultado da sua composição “altamente heterogênea e sob o controle e direção de elites liberais e conservadoras”. Dessa maneira, o PT afasta a possibilidade de aliança com o MDB concebendo este como uma via imprópria para a “expressão dos reais interesses das massas exploradas”.<sup>159</sup>

O documento sublinha o caráter classista que o partido deveria assumir, uma vez que dentro da perspectiva do partido, apenas as “massas exploradas do campo e das cidades” seriam capazes de construir uma democracia realmente estável. O PT nesse momento entende que a emancipação dos trabalhadores somente pode ser realizada pelos próprios trabalhadores, e não devem esperar que as elites

---

<sup>158</sup> Ver *Carta de Princípios*, 1979, pg. 50.

<sup>159</sup> *Idem*, pg. 52.



privilegiadas realizem algo para solucionar os problemas dos trabalhadores. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores deveria ser um “partido sem patrões”.<sup>160</sup>

Outro aspecto importante que a Carta de Princípios ressalva é a concepção de que a “participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas”. O PT centraria sua luta na intenção de se:

“(…) apoderar do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta”.<sup>161</sup>

A Declaração Política, lançada em 13 de outubro de 1979, novamente enfatiza a ligação do partido com o movimento sindical e a necessidade da constituição do partido para alcançar uma melhoria de vida para o povo brasileiro. Também sublinha o caráter classista do PT, ao colocar que o partido deveria atuar como uma expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo. Nesse sentido, defende a autonomia e independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais tanto ao Estado quanto ao partido. Além disso, a luta do PT apresenta-se como uma luta genérica por um poder econômico e político exercido diretamente pelos trabalhadores, “a única maneira de pôr fim à exploração e à opressão”.<sup>162</sup> Segundo a Declaração, o PT atuaria com o objetivo de criar condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas.

---

<sup>160</sup> *Carta de Princípios*, op. cit, pg.53.

<sup>161</sup> *Idem*, pg. 53.

<sup>162</sup> *Declaração Política*, 1979. pg.56.

Tanto na Carta quanto na Declaração percebe-se que o PT ainda que permeado por uma análise imediatista da realidade, ou seja, não centrada em uma análise complexa que permitisse uma total percepção das mediações que perpassam a realidade, consegue estabelecer uma crítica ao projeto pecebista que continuava com a concepção de oposição a ditadura ainda baseada na sua política de frente ampla que se mostrava esgotada, além de propor uma alternativa que comportasse o elemento classista. Entretanto, nota-se que a análise da realidade feita pelo PT ainda encontra-se muito permeada pela consciência espontânea característica das greves do ABC, uma vez que a percepção dos antagonismos entre a classe operária e os patrões se mantêm no âmbito da cotidianidade dos operários, ou seja, esta muito ligada ao “chão da fábrica”, e, portanto não consegue elaborar uma percepção mais complexa desse antagonismo, verificando-o também nas diversas relações que conformam a sociedade. Isso é significativo, pois impede que o partido seja uma instrumento efetivo para a construção de uma hegemonia da classe operária capaz de fazer frente a hegemonia burguesa.

Na Plataforma Política, lançada juntamente com a Declaração Política, optou-se por não enfatizar a perspectiva de socialismo, enfatizando em seu lugar a concepção de liberdades democráticas, melhores condições de vida e trabalho e a questão nacional. Nessa perspectiva, ao invés de abordar o socialismo como nos documentos anteriores, este mencionava a luta “por um governo dos trabalhadores”.<sup>163</sup> A questão referente a colocar ou não a palavra socialismo no documento foi polêmica, pois se temia que os trabalhadores entendessem socialismo como sinônimo de antidemocracia.<sup>164</sup> Isso mostra que os próprios membros do partido tinham consciência da falta de cultura política dos

---

<sup>163</sup> *Plataforma Política*, 1979, pg.79.

<sup>164</sup> Ver Gadotti, M; Pereira, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. Cortez: São Paulo, 1989, pg. 42.

trabalhadores, todavia ao preferir omitir a questão do socialismo de seu documento deixa de exercer o necessário papel de esclarecer as massas. A própria composição heterogênea do partido estimula esta falta de esclarecimento, pois resulta na pretensão dos diversos setores de encontrar no PT um partido que se adequasse as suas concepções. Com essa composição heterogênea o PT procura delinear uma linha política que comportasse as diferentes formas de pensar o socialismo, assim, se pronuncia socialista, mas não define o que entende por socialismo para que consiga comportar as diversas concepções que compõem o partido.

## **1.2 - Processo de fundação do partido**

A fundação do Partido dos Trabalhadores ocorre em 10 de fevereiro de 1980. O PT é criado no momento em que o regime militar está em crise e está se iniciando um período de transição para um regime democrático, e com isso se abre a possibilidade institucional para sua fundação com o fim do bipartidarismo político.

O PT nasce se dizendo um partido novo, amplo, aberto, de massa, confrontando-se com a esquerda tradicional.<sup>165</sup> Assim, se diz um partido novo, e com isso renega que possua semelhanças com os partidos de esquerda até então existentes no Brasil. Essa recusa à história do movimento operário anterior ao partido, resultado do próprio caráter dos diversos setores que conformam o partido, se tornará potencialmente perigosa na medida em que desconsidera uma análise dos erros cometidos no passado, deixando o partido predisposto a cometer os mesmos erros.

No ato de fundação é aprovado o Manifesto de Lançamento que reafirma a necessidade do partido para que os direitos e interesses dos trabalhadores sejam

---

<sup>165</sup> Conforme Harnecker, op. cit.

conquistados.

Neste

documento

o

PT

no

---

<sup>166</sup> Ver Manifesto de Lançamento, 1980, pg. 65.

e a vontade de atuar não apenas nos momentos de eleições, mas principalmente no sentido de organizar “as massas exploradas e suas lutas”.<sup>167</sup> Desse modo, reafirma sua relação direta com os movimentos populares, colocando-os como os agentes da transformação.

Em 1º de junho de 1980 foi realizada a Reunião Nacional de fundação do PT, onde foi aprovado o Programa e o Plano de Ação e o Estatuto do partido. Nesses documentos o que prevalece é a definição de um partido que se contrapõe a ditadura militar. Nesse sentido, diferentemente dos documentos anteriores, nestes as formulações de “partido sem padrões”, governo dos trabalhadores e “socialismo” somem, uma vez que o partido necessita estabelecer uma linha política que atenda a todas as concepções políticas que o compõe.<sup>168</sup>

No Programa o PT coloca que seu programa “não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores”<sup>169</sup>. Assim essa indefinição do programa permite que as várias perspectivas dentro do partido convivam em condições de igualdade, baseadas em regras democráticas. Além disso, verifica-se a permanência das concepções espontaneístas características das greves, uma vez que não se coloca claramente um projeto de transformação social.

O Programa ainda mantém a concepção de enfrentamento com o regime a necessidade da criação de um bloco operário ao colocar que:

“(…) somente uma participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de

---

<sup>167</sup> Idem, pg. 66.

<sup>168</sup> Conforme Harnecker, op. cit.

<sup>169</sup> Ver Programa, 1980, pg. 68.

movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força verdadeiramente expressiva em nossa sociedade”.<sup>170</sup>

O Programa aponta que a luta do PT deve ser direcionada para a construção de “uma alternativa de poder econômico e político” e que na luta pela construção de uma sociedade sem exploradores e explorados os trabalhadores tem claro que “essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional”.<sup>171</sup> Para se atingir essa sociedade sem exploradores e sem explorados o partido deveria se preparar para propor profundas alterações políticas e econômicas na sociedade brasileira, e que a estratégia do partido para atingir esse fim dependeria de sua permanente ligação com os movimentos sindicais e populares. Todavia em nenhum momento se coloca a concepção de uma sociedade socialista ou de um governo de trabalhadores. Esta indefinição era vantajosa para o PT, pois ao não se definir como socialista, não se colocava a questão de como atingi-lo, permitindo a convivência em seu interior de agrupamentos revolucionários e até daqueles que não pretendiam o assalto ao poder.<sup>172</sup>

O caráter espontaneísta do partido, somada a heterogeneidade da sua constituição que impede que se delimite um programa estratégico preciso, contribui para que o caráter classista que o partido incentiva não vá além do que Gramsci formulou como o momento da consciência econômico corporativa, ou seja, não conseguem alcançar a consciência política da totalidade das forças que compõem o Estado.<sup>173</sup> Essa limitação do partido resultará na dificuldade da elaboração das mediações necessárias para a construção de uma hegemonia do movimento operário

---

<sup>170</sup> Idem, pg. 68.

<sup>171</sup> Idem, pg. 69.

<sup>172</sup> Berbel, op. cit.

<sup>173</sup> Ver Gramsci. A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, vol 3, pg.49-50

### 1.3 - Resoluções dos Encontros Nacionais (1981-1990)

Em 1981, no seu Encontro Nacional, o PT volta a afirmar a sua combatividade, colocando que o partido procura mudar a relação entre capital e trabalho. Somado a isto ressalva o caráter classista do partido, reafirmando a autonomia do movimento sindical ao partido e expressando sua diferença aos partidos tradicionais. A relação do partido com os movimentos sociais seria estabelecida através dos núcleos de base. Os núcleos eram concebidos como formas organizativas estruturadas para aliviar a contradição entre partido militante e institucional, rompendo com a legislação que estabelecia o limite do partido aos diretórios. Todavia os núcleos se diferenciavam do tipo de organização comunista em células, sendo os núcleos órgãos de massas com poder apenas indicativo. Além disso, a atuação do partido nos núcleos não deveria interferir na espontaneidade desses movimentos. Isto deixa claro que o partido permanece permeado com concepções imediatistas que reduzem a realidade brasileira às relações de dentro da fábrica.<sup>174</sup>

Quanto a questão eleitoral, a posição petista continua a colocá-la como um instrumento de luta do partido, mas não o único e nem o primordial, uma vez que existem como instrumentos principais o fortalecimento do movimento operário e dos sindicatos, ressaltando o papel principal que as massas desempenham na atuação do partido.<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> Como podemos ver nas *Resoluções do 1º Encontro Nacional*, 1981, pg.107-8: “no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro”.

<sup>175</sup> *Resoluções do 1º Encontro Nacional*, op. cit., pg. 112.



A abordagem que o partido dá a questão do socialismo não apenas expressa a sua espontaneidade na falta de um programa de transformação social que conduza a ação do partido na sociedade, como demonstra a falta de clareza e indefinição do partido quanto ao que se entende por socialismo:

“O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.<sup>176</sup>

Sem dúvida, ao colocar que a proposta de socialismo do PT nascerá do próprio movimento espontâneo dos trabalhadores fica pouco claro que tipo de proposta poderá emergir de um movimento operário que justamente carece de uma cultura política socialista. Além disso, apesar de sua estreita relação com os movimentos sociais, essa relação de maneira alguma se caracterizaria no sentido de formação das massas, visto a ojeriza a formação de um partido de quadros – típico dos partidos comunistas.

No Encontro de 1982, momento caracterizado pelas eleições, pouca coisa se alterou em relação aos outros documentos do partido. Manteve-se o seu teor combativo e seu caráter de partido ligado ao movimento sindical e popular, preservando a sua autonomia.

A respeito da questão eleitoral percebe-se uma maior elaboração do partido, que coloca que neste momento a participação do partido deve ser de alavancar a organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva de construção de um

---

<sup>176</sup> Idem, pg. 114.

governo popular.<sup>177</sup> Entretanto alavancar o movimento no sentido de apoiá-lo em suas lutas, sem interferir na sua dinâmica. Todavia, essa maior preocupação petista com as eleições mantém o caráter de confrontismo e combatividade iniciado com as greves operárias, colocando que o partido visa “romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço”.<sup>178</sup>

Neste momento, apesar do pleito ser disputado por mais partidos, a polarização dominante ainda se constituía entre governo X oposição – historicamente representada pelo PMDB. Esta polarização dificultou o desejo do partido de se apresentar à sociedade como uma alternativa diferente. Mesmo assim o partido preferiu apresentar candidatos próprios, o que favoreceu que o PMDB pregasse a idéia de “voto útil” das oposições contra o governo federal representado pelo PDS.<sup>179</sup>

Nesse sentido, a política petista no atual quadro político da realidade brasileira, caracterizada pela tentativa das forças sociais burguesas de realizarem uma transição democrática de forma que seu poder político não fosse ameaçado, ainda que espontaneamente, foi capaz de acertadamente perceber a necessidade de se criar uma ação baseada na movimentação popular, contrariando o PCB que ao combater a ditadura centrava sua luta pela democracia se atendo ao plano das alianças táticas.<sup>180</sup> Entretanto, também devido a suas concepções imediatistas não

---

<sup>177</sup> Ver *Resoluções do 2º Encontro Nacional*, 1982, pg. 130.

<sup>178</sup> Idem, pg.131.

<sup>179</sup> Cf. salienta Amaral. Oswaldo M. E. *As mudanças no PT: um estudo dos programas de governo de 1989 e 1998*. Dissertação de mestrado PUC-SP, 2002, pg. 26: “As discussões do PT com o PMDB chegaram ao ápice em maio de 1982, quando em uma entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, Lula declarou que o PMDB era o principal adversário do PT, embora o PDS continuasse a ser o principal inimigo”.

<sup>180</sup> Como coloca Florestan, Fernandes. *A ditadura em questão*. 2ªed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, pg.68-9: “[...] combater contra a ditadura não equivale por si só a lutar pela democracia. É preciso acertar com o sentido do fluxo do novo movimento ascensional da revolução da sociedade civil para servir à história onde ela está no movimento, nas presentes condições do Brasil. Só assim se poderá

foi capaz de perceber que o atual momento, em que as alterações de estrutura da sociedade civil eram essenciais para todos os trabalhadores e condicionaria a reorganização do cenário político, exigia uma política de aliança tática que englobasse toda a classe trabalhadora. Desta forma, não percebeu que naquele momento se colocava como necessário combinar ações dentro da legalidade burguesa através de uma aliança com o PMDB, que diferentemente do PCB, impusesse nesta aliança e na sua ação unitária a sua real força política, ou seja, a força dos movimentos sociais.<sup>181</sup>

Em relação ao socialismo o partido ainda permeado pela espontaneidade das greves e pela sua estrutura heterogênea reafirma que será definido por todo o povo, nas lutas do dia-a-dia, e não por nenhum decreto ou por nenhuma fórmula importada de qualquer país.<sup>182</sup> Essa recusa pelas experiências socialistas internacionais velam na verdade a falta de cultura socialista no partido, pois a cultura socialista faz parte da história do movimento operário, sendo, portanto impossível a construção de qualquer nova cultura política sem se levar em conta as experiências existentes na história. Além do mais, ao negar as experiências socialistas históricas o partido livra-se de ter de debater questões postas por elas e assim aprofundar a sua concepção de socialismo.<sup>183</sup>

Na prática eleitoral o partido adotou posturas contraditórias, pois no início da disputa afirmava que concorria para consolidar a organização partidária já que não se podia esperar que as eleições proporcionassem mudanças reais aos

---

atacar a cidadela do terrorismo burguês e simultaneamente reencitar a construção de efetiva democracia de participação ampliada que possa servir de base e ponto de partida de uma revolução conduzida pela maioria”.

<sup>181</sup> Nesse sentido Florestan coloca: “A primeira grande derrota da burguesia tem de ocorrer no plano político e deverá consistir no esfarelamento de qualquer forma de manifestação da ditadura de classe, esconda-se ela sob a república institucional ou sob simulações democráticas mais ou menos sutis. Estes fatos sugerem que os partidos operários devem aproveitar todo o campo que estiver ao seu alcance para se organizar e crescer legalmente”. *A ditadura em questão*, Op. cit., pg.76

<sup>182</sup> *Resoluções do 2º Encontro Nacional*, 1982, pg. 126.

<sup>183</sup> Oliveira, F. *Qual é a do PT*. In : *E agora PT?: caráter e identidade*. Op.cit.

trabalhadores, todavia mais tarde – principalmente em São Paulo – afirmou que concorria para ganhar. Além disso, o papel dos núcleos foi invertido durante as eleições na medida em que muitos foram diluídos na campanha eleitoral, transformados em comitês de apoio a determinados candidatos.<sup>184</sup> Desta forma o partido oscilou entre um discurso centrado na problemática de classe e um discurso mais amplo centrado nas questões de participação política e cidadania.<sup>185</sup> Todavia mesmo com essas mudanças para ampliar as chances de sucesso nas eleições, o partido angariou poucos resultados. Com o fracasso nas eleições o partido foi estremecido por uma crise em sua organização: diretórios foram fechados; a militância desanimou e muitos se afastaram do partido e acirrou-se a luta interna entre as diferentes avaliações sobre a atuação do partido.<sup>186</sup>

Será no meio de uma crise estrutural que surgirá dentro do partido, em meados de 1983, um movimento de resgate das origens do partido que irá culminar na elaboração de um documento chamado “Manifesto dos 113” que marcará a criação da tendência Articulação (ART). A ART nasce para combater tanto as posições que vêem o partido como vanguarda atuando em nome dos trabalhadores quanto os que o enfatizavam principalmente o seu papel institucional. Nesse sentido a formação da ART será uma tentativa de dar uma unidade ao partido após a sua desarticulação a partir de 1982. A composição dos que propunham a formação da

---

<sup>184</sup> Ozai, A. *Partido de massas e Partido de quadros: a social democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996. Além disso, como coloca Ozai frente a situação dos núcleos “nos anos seguintes, acentuou-se as debilidades organizativas - paradoxalmente na proporção do crescimento eleitoral”. Pg. 146.

<sup>185</sup> Keck, M. *PT: a lógica da diferença: O Partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>186</sup> De acordo com Marossi, Tânia Maria. *Utopia e realidade: os núcleos de base do partido dos trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80*. Dissertação de mestrado PUC-SP, 2000. “(...) é bastante significativo que após 1982 não se encontram nos jornais do partido referências aos núcleos de base” pg 105.

ART naquele momento era bastante heterogênea. Compunham essa formação membros da ala sindical, militantes católicos e intelectuais.<sup>187</sup>

A formação da ART inaugurará um período de bipolarização interna, de um lado ela e do outro as tendências minoritárias. Nesse momento, dentro do partido ser “petista” será sinônimo de militância na ART. Segundo a ART, a esquerda organizada dentro do partido não se submetia a democracia interna, mas sim a comando paralelos que priorizavam a divulgação de suas posições em detrimento das posições do partido. De forma que a própria ART não se via como uma tendência, mas sim como a única força dentro do partido autenticamente petista.<sup>188</sup>

Na convenção de 1983, a eleição do diretório de São Paulo, a chapa apresentada pela ART ganhou maioria absoluta dos cargos, sendo esta hegemonia aos poucos reproduzida em nível nacional. Isto pode ser percebido pelas votações de delegados para o 3º Encontro Nacional, na qual apesar de enfrentar a oposição unificada da esquerda partidária, a Articulação ganha com facilidade, 65,8% dos seus delegados eleitos.

No período em que se realiza o 3º Encontro Nacional em 1984, o partido passa por uma autocrítica após o fracasso nas urnas em 1982, colocando em pauta a inserção do partido na sociedade, a qual é avaliada como insuficiente.<sup>189</sup> Deste modo o PT coloca a necessidade de se melhorar as relações com seus núcleos de base, mas sem que se interferisse na sua própria dinâmica. Assim, novamente volta

---

<sup>187</sup> Como ressalta Keck, M. Op. cit., pg. 192: “A formação de uma coalizão dominante, a Articulação, foi uma tentativa, por parte de sua liderança de consolidar a identidade do partido de modo a garantir a sua sobrevivência. O desejo de traçar para o partido uma rota a meio caminho entre a esquerda revolucionária e os que procuravam uma definição mais solidamente ancorada no plano institucional e eleitoral levou a preservação de uma dose substancial de ambigüidade; os membros da Articulação estavam decididos a preservar a idéia do partido como movimento, mesmo enquanto promoviam dentro dele um maior grau de institucionalização formal”.

<sup>188</sup> Ozaí, A. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores: uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT*. In: Revista Espaço Acadêmico, Ano II, nº22, março de 2003.

<sup>189</sup> *Resoluções do 3º Encontro Nacional*, op.cit, pg. 142-3.

a criticar a política tradicional, compreendendo a necessidade de amadurecer a atividade política de seus militantes através da melhor formação política destes.<sup>190</sup>

A questão da institucionalidade é novamente aprofundada neste momento colocando uma menor rejeição do partido na atuação parlamentar, assim como a necessidade de se combater esse repúdio a institucionalidade dentro do partido.<sup>191</sup>

A combatividade de suas posições permanece com propostas como o rompimento com os acordos com o FMI e a suspensão da dívida externa. Além disso, mantém o vínculo de suas reivindicações com as do movimento sindical, lutando contra a política salarial, o desemprego e a estrutura sindical atrelada ao Estado<sup>192</sup>. Entretanto apesar do caráter combativo de suas propostas, o partido ainda se encontra muito permeado por suas concepções imediatistas não conseguindo elaborar propostas que calcadas numa profunda análise da realidade brasileira consiga compreender o verdadeiro caráter de antagonismos intransponíveis que a conformam. Desta forma, as suas propostas de governo permanecem dentro das margens do sistema capitalista.<sup>193</sup>

Em 1985 realiza-se no partido um Encontro Extraordinário, o qual foi marcado principalmente pelo repúdio do partido a aliar-se com o PMDB e o PCB na luta pelas eleições livres, atacando esses partidos como coniventes à hegemonia burguesa, e, portanto encara estas possíveis alianças como “traição” aos trabalhadores.<sup>194</sup> Em

---

<sup>190</sup> Idem, pg.145.

<sup>191</sup> Conforme se posiciona no documento: “Em relação aos seus próprios parlamentares, o PT deve estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no parlamento e as suas relações com o próprio Partido. Ainda existem concepções que subestimam a atuação parlamentar ou que temem sua excessiva influência nas decisões partidárias. E há os que julgam ser generalizada, no PT uma postura antiparlamentar. As duas concepções estão equivocadas e precisam ser combatidas”. Idem, pg.146.

<sup>192</sup> *Resoluções do 3º Encontro Nacional*, op.cit , pg.151.

<sup>193</sup> Como podemos notar nas propostas inseridas no documento: “O nosso governo deve assumir as principais bandeiras dos trabalhadores do campo e da cidade, e lutar para acabar com a fome, o desemprego, a miséria, o analfabetismo, os preconceitos raciais, a criminalidade, as epidemias e, em especial, a corrupção”. *Resoluções do 3º Encontro Nacional*, op cit, pg.154.

<sup>194</sup> Ver *Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário*, 1985, pg. 180.

contraposição coloca que as mudanças devem vir das mãos do movimento popular e sindical, e, portanto o partido deveria privilegiar esta esfera de ação à institucionalidade. Aqui, novamente critica a atuação pecebista dentro da frente ampla, uma vez que entende que tais frentes parlamentares não seriam capazes de resolver os problemas do país, mas apenas se tais frentes se baseassem no movimento popular e sindical e na pressão de suas formas de luta.<sup>195</sup> Todavia apesar da importante alusão a necessidade da força das massas para ocasionar as mudanças, o partido reafirma a sua relação com os movimentos em suas bases espontaneístas, ou seja, sem qualquer proposta de formação política desses movimentos sociais. Desta forma, mais uma vez vítima de suas concepções imediatistas o PT não consegue perceber a necessidade de se criar um bloco de alianças que centrada na força do partido junto aos movimentos sociais pudesse se contrapor a política de transição democrática lenta e gradual proposta pelas forças sociais da burguesia.

As eleições de 1985 eram vistas como um importante teste de viabilidade do partido após o fracasso nas eleições de 1982. Nestas eleições, as primeiras eleições diretas desde o regime militar para prefeitos das capitais estaduais, zonas de segurança nacional e estâncias hidrominerais, o partido veiculou sua imagem como um partido aberto, dirigido a amplos setores sociais, inclusive a classe média. Além disso, apresentou candidatos principalmente advindos da classe média, desaparecendo o apelo de “trabalhador vota em trabalhador” característico das outras eleições.<sup>196</sup>

O sucesso das eleições foi visto pelo partido como resultado das mudanças no tom da campanha, que se caracterizou por mostrar um partido mais aberto,

---

<sup>195</sup> Idem, pg.189.

<sup>196</sup> Ver Meneguello, R. *PT: A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Ver Também Keck, M. Op. cit.

menos sectário, misturando humor as sua mensagem programática.<sup>197</sup> Assim, se por um lado o partido teve de atenuar a ênfase em seu conteúdo programático por outro lado estendeu a sua capacidade eleitoral.<sup>198</sup>

O resultado destas eleições marcou o início do crescimento eleitoral do partido nas metrópoles. A prática partidária foi muito influenciada por esse crescimento eleitoral, facilitando as condições de negociação das coligações, que deixam de ser vistas como um tabu dentro do partido, e os líderes do partido passam a se esforçar mais na organização partidária e na política eleitoral.<sup>199</sup>

Em 1986, quando é realizado o 4º Encontro Nacional do partido, novamente na disputa interna das tendências a Articulação é vitoriosa com 72,2% dos seus delegados eleitos. Neste Encontro o partido centra sua preocupação na relação entre os sindicatos e o partido. O partido coloca que sua atuação deve visar o fortalecimento e o crescimento da organização sindical, sem que esta seja utilizada para os fins do partido, ou seja, deve-se respeitar a sua autonomia. Assim, o partido deve incentivar a participação de todos, independente de suas posições partidárias e procurar não substituir o sindicato, procurando sempre atuar de acordo com as orientações que as assembléias decidirem.<sup>200</sup> Deste modo nota-se que permanece a concepção de que as massas pela própria espontaneidade de sua dinâmica alcançariam uma consciência política.

Concomitantemente, o PT coloca que é necessário elaborar e apresentar a sociedade um projeto alternativo de transformação a curto e médio prazo da sociedade, e, portanto elabora um plano de ação para os anos seguintes. Este plano

---

<sup>197</sup> KecK, M. Op cit., pg.192: “O fracasso de um discurso eleitoral de base classista em 1982 produziu, a partir de 1985 uma disposição para um chamamento partidário de um eleitorado mais amplo. Nesse contexto mais amplo, o discurso sobre a cidadania e o acesso ao poder, que em 1982 havia sido subsumido pelo discurso de classe, ganhou vida própria” .

<sup>198</sup> Meneguello, R. Op. cit.

<sup>199</sup> Amaral, Oswaldo M.E. Op. cit.

<sup>200</sup> Conforme as *Resoluções do 4º Encontro Nacional*, 1986, pg. 206.



é acompanhado de uma maior análise da realidade brasileira, colocando que no atual estágio da realidade brasileira a classe trabalhadora tem ainda um longo e difícil processo de acumulação de forças pela frente, tendo que combinar desde já conquistas reais no plano político econômico e social que lhe permitam avançar no caminho do socialismo. Todavia, admite que a implantação do socialismo coloca-se de forma potencial e não de modo imediato. Assim, trata-se no momento de avançar na direção de conquistas sociais econômicas e democráticas que apontam para o socialismo.<sup>201</sup> Entretanto, este socialismo definido pelo PT continua sem muita clareza definindo-se basicamente como democrático e libertário, além de reafirmar que somente será definido pelo movimento espontâneo das massas.<sup>202</sup>

No plano institucional, o partido admite a possibilidade de alianças e acordos, mas rejeita que estes sejam feitos com a burguesia. Além disso, coloca que a conquista de um governo petista não significaria uma mudança real, portanto a vitória eleita  
??

---

<sup>201</sup> Idem, pg.279.

<sup>202</sup> *Resoluções do 4º Encontro Nacional, op. Cit, pg.252.*

<sup>203</sup> Idem, pg.283.



---

<sup>204</sup> idem, pg.278.

## 90): as delimitações de um novo PT

Até 1987 as forças políticas dentro do partido lutavam entre si pela hegemonia, quadro que muda drasticamente a partir de 1987 com a afirmação majoritária da ART. No período anterior a 87 a ART ainda que majoritária, estava se definindo politicamente ocasionando assim diversos rachas e adesões. Nesse momento a ART canaliza seus esforços para consolidar um núcleo dirigente no partido. No processo de sua constituição a ART se torna principal porta de entrada para o novo contingente de trabalhadores que desperta para a vida política e para muitos que acabaram de assumir a militância partidária. Desta forma a ART incorpora a maior parte dos militantes que não passaram pela experiência anterior ao golpe de 1964, sendo esta formada principalmente no final da ditadura, carecendo assim de uma cultura socialista.<sup>205</sup> Em torno de Lula a ART se constituirá de sindicalista, setores da Igreja progressista e incorporará quadros da corrente O Trabalho. Além desses setores no seu processo de formação a ART será marcadamente influenciada por marxistas dissidentes do PCB e do Pc do B, parte expressiva da ALN e também de outras vertentes marxista, como Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Luis Gushiken, Vito Letizia, José Dirceu, Rui Falcão, Wladimir Pomar, David Capistrano entre outros. Todavia não se pode dizer que se configurou um núcleo marxista devido a própria configuração heterogênea da ART.<sup>206</sup>

Será no período que antecede o 5º Encontro Nacional que a ART efetivará a sua plena hegemonia no partido, como fica demonstrado pela composição da

---

<sup>205</sup> Ozaí, A. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores: uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT*. Op. cit.

<sup>206</sup> Como nos mostra os dados apresentados por Ozaí, o número de militantes dentro da ART com até 10 anos de militância perfazem mais de 54,5%, ale, de mostrar que é um partido preponderantemente jovem com 63% dos partícipes com até 35 anos. Esses dados mostram a falta de cultura socialista que a maior parte da militância do partido e dentro da ART possuem. Ver Ozaí, A. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores: uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT*. Op. cit.

Comissão Executiva Nacional, formada apenas por militantes da ART. Além disso será neste Encontro que será efetivada uma regulamentação das tendências, reconhecendo o direito de seus filiados de se agruparem em tendências, salientando seu caráter interno.

O 5º Encontro Nacional ocorre em um momento em que a realidade brasileira e o próprio partido exigem definições mais precisas. As mudanças na realidade e no partido foram ocorrendo na medida em que o PT se firmava como opção de partido político frente a sociedade brasileira. Dessa forma, o contexto nesse momento é diferente dos anos anteriores, pois o PT agora se tornara uma sigla partidária importante, expressiva, governando pequenas e grandes cidades e disputando com chances de vitória governos estaduais e até a presidência do país. Assim o partido se vê forçado a avançar na formulação de um projeto estratégico mais preciso, desafio que a ART assumirá enquanto liderança do partido.<sup>207</sup>

A partir de 1987 a linha política petista começa a mudar radicalmente estabelecendo um marco em seu processo de construção. Essa linha começa a ser expressa nas resoluções do 5º Encontro Nacional do partido, sendo mais tarde complementada nas resoluções do 6º e 7º Encontros.

Nas resoluções do 5º Encontro Nacional em 1987, o partido expôs a sua estratégia:

“O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização

---

<sup>207</sup> Ozaí, A. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores: uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT*. Op. cit.

radical do espaço e da sociedade - tarefas estas que se articula com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo”.<sup>208</sup>

O desenvolvimento deste programa leva o PT a elaborar a questão das alianças. Nesse sentido, a questão começa a ser introduzida a partir de uma análise da estruturas de classe da sociedade:

“(...)o desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexas, em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classes com interesses contraditórios em relação às classes dominantes”.<sup>209</sup>

Seguindo essa compreensão, essa resolução coloca que é necessário criar duas frentes de aliança: a frente única classista e a frente democrática popular. A primeira seria formada pelas alianças de forças que atuam no movimento operário e popular e principalmente do movimento sindical. Todavia, essa frente não seria suficiente para derrotar a dominação burguesa, sendo preciso constituir a frente democrática e popular. Essa frente contaria com aliança de todos os setores que por suas contradições com a burguesia estivessem dispostos a lutar com os trabalhadores pelo poder. Em relação a hegemonia dessa frente, caberia a classe trabalhadora forjar sua unidade interna para a conquista da hegemonia no conjunto da frente.<sup>210</sup> Assim, o confrontismo, a refutação de alianças com setores da burguesia que caracterizava a linha política petista em sua fundação começa já nessas resoluções a desaparecer, admitindo alianças táticas com setores da burguesia.

---

<sup>208</sup>Ver *Resoluções do 5º Encontro Nacional*, 1987, pg.309.

<sup>209</sup> *Resoluções do 5º Encontro Nacional*, op. cit, pg.324.

<sup>210</sup> Idem.

Em consonância com essa política de alianças, essa nova orientação política coloca que na luta pelo socialismo deveriam ser levados em consideração as reivindicações e interesses de outros setores populares que são afastados de seus direitos, oprimidos e injustiçados pela violência do sistema capitalista.<sup>211</sup> Assim, percebe-se o alargamento de seu caráter classista, colocando a necessidade de se ampliar a plataforma política do partido para outros setores da sociedade como a classe média e micro e pequenos empresários urbanos e rurais. Esse novo caráter pode ser notado na análise de Francisco de Oliveira quanto a disputa eleitoral pela prefeitura de São Paulo:

“O recente desempenho e, sobretudo o discurso do PT na campanha para a prefeitura de São Paulo mostrou essa necessidade de transitar de um discurso obreirista para um discurso societário global. Repete-se hoje às vésperas da escolha do candidato do PT ao governo de São Paulo, o mesmo problema: não se fala em candidato operário, tal como era avassaladora a candidatura de Lula em 1982, mas o debate está centrado em torno de personalidades do partido que são típicas expressões das classes médias”.<sup>212</sup>

Deste modo, percebe-se que o PT afasta-se de seu imediatismo que apenas possibilitava a percepção dos antagonismos sociais a partir do cotidiano da fábrica, no sentido em que se afasta de seu confrontismo imediato e passa a admitir a possibilidade de alianças com outros setores sociais. Essa política de alianças teria o propósito de garantir um “acúmulo de forças” necessário para a luta por uma alternativa democrática e popular.

---

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Ver Oliveira, F.Op. cit., pg. 19-20.

Nesse momento o PT enfrenta uma profunda desarticulação dos seus núcleos de base, que ou desapareceram ou encontravam-se funcionando precariamente. Dessa forma novamente o PT enfrenta a questão de qual a melhor forma de organizar os núcleos, justamente o instrumento de relação do partido com os movimentos sociais. Essa relação sofre uma mudança na medida em que o partido elabora um programa de ação frente aos movimentos populares que não mais se sustentasse no mero apoio a suas lutas, mas agora admite ser importante que o partido combata o espontaneísmo e que articule a organização das massas com sua direção na luta social.<sup>213</sup> Todavia essa tentativa de atuação do partido nos núcleos enfrenta um grande entrave na medida em que os núcleos que ainda funcionavam se deturparam tornando-se alavancas para a máquina partidária.

O questionamento ao 5º Encontro Nacional foi feito em duas frentes. Internamente algumas tendências viram a estratégia democrática e popular como “uma proposta bem comportada de administração do capitalismo”. No âmbito externo foi questionado pela prática partidária que se voltava cada vez mais para as vitórias eleitorais, colocando o partido “diante do clássico dilema dos partidos socialistas: negar o capitalismo e, simultaneamente, administrá-lo”.<sup>214</sup>

O 6º Encontro Nacional realizado em 1989 ocorreu logo após grandes vitórias eleitorais do partido em 1988. Nestas eleições municipais os partidos de esquerda, entre eles o PT, foram favorecidos devido ao fracasso da política econômica do governo Sarney, a explosão da inflação e a recessão econômica no país. Diante deste cenário o PMDB que se apresentava agora como o partido da situação, enfraqueceu-se enquanto o PT obteve importantes vitórias onde foram conquistadas as prefeituras de importantes capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória. Esse

---

<sup>213</sup> *Resoluções do 5º Encontro Nacional*. Op. cit. pg. 349.

<sup>214</sup> Ozaí, Antonio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1998.



sucesso eleitoral do partido às vésperas de sua primeira eleição presidencial direta em 1989 colocava o PT como um importante ator no cenário político do país. Este crescimento eleitoral do partido a partir da segunda metade da década de 80 estaria relacionado com o fracasso político e econômico do governo Sarney e ao fato de que o PT teria ampliado seu discurso e teria sido percebido por grandes partes do eleitorado como uma alternativa política desvinculada ao status quo.<sup>215</sup>

A partir dessas vitórias, o partido cada vez mais participa do jogo institucional burguês, levando ao desaparecimento de seu caráter combativo em substituição a um caráter mais moderado que pudesse ser absorvida por uma maior quantidade de setores sociais. De modo que a posição anterior de oposição ao Estado muda para uma posição favorável a institucionalidade e a negociação política.<sup>216</sup>

O objetivo do partido e tarefa fundamental nessa nova orientação é a conquista de um governo democrático popular, que:

“(...) impulsionará as mudanças reclamadas pela maioria, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais que levarão ao socialismo”.<sup>217</sup>

Esse governo teria como objetivo a “construção de um poder alternativo fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical de liberdade”.<sup>218</sup> Tal poder deveria estimular a criação de novas esferas públicas de participação política e a afirmação da cidadania, respeitando e resguardando os direitos das posições minoritárias e assumindo a noção de

---

<sup>215</sup> Cf. Amaral Oswaldo M. E. Op, cit.

<sup>216</sup> De acordo com Ozaí, A. *Partido de Massas e Partido de quadros: A sociodemocracia e o PT*. Op. cit.

<sup>217</sup> *Resoluções do 6º Encontro Nacional*, 1989, pg. 385.

<sup>218</sup> Idem, pg. 397.

pluralidade de sujeitos políticos, estimulando a diversidade. Além disso, tal governo não estaria a serviço apenas dos trabalhadores, mas também deveria servir aos interesses dos setores populares, pequenos produtores e pequenos proprietários.<sup>219</sup> Nesse sentido o caráter classista do partido se alarga no sentido de abranger outros setores da sociedade. Desta forma podemos perceber que a política de “acúmulo de forças” antes direcionada para a construção de uma hegemonia do movimento operário vai sendo aos poucos direcionada para o fortalecimento da disputa eleitoral, além de ser cada vez mais alargada na medida em que passa a englobar outros setores da sociedade.

Nessas resoluções o PT coloca que o socialismo que almeja é um socialismo democrático, dessa forma, coloca a necessidade de se lutar pela democracia para se chegar ao socialismo, daí a ênfase dada a conquista de um governo democrático e popular, uma vez que para o PT “não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia”.<sup>220</sup>

Em relação a institucionalidade, o PT assume uma posição menos combativa, centralizando sua luta no campo democrático institucional. Assim, coloca que a conquista do Executivo colocará ao PT e às forças democráticas e populares “a possibilidade de iniciar em acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais” criando com isso as condições para conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.<sup>221</sup> Deste modo, o PT coloca que no atual contexto brasileiro a luta institucional precisa ser assumida com:

“(…) espírito ofensivo e corajoso, abandonando qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva no partido diante da ação eleitoral, através

---

<sup>219</sup> Idem, pg.398.

<sup>220</sup> *Resoluções do 6º Encontro nacional*. Op. cit , pg.402.

<sup>221</sup> Idem, pg.397.

de vias legais, na disputa por hegemonia mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia”.<sup>222</sup>

Além disso, nessas resoluções se retira a concepção de um enfrentamento violento com o regime. Segundo a nova orientação a vontade política do PT e seus propósitos programáticos vão no sentido de “conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada do poder por meio de golpe de mão, de um putsch da vanguarda”.<sup>223</sup>

Nesse momento o que pode ser notado é que o partido assume um “realismo político” pautado na necessidade de assegurar a governabilidade de um provável governo democrático e popular. Tal necessidade explica que embora o partido mantivesse a retórica socialista, prevalecesse a opção por um programa nitidamente de reformas.<sup>224</sup>

Em 1989, durante a eleição presidencial, o PT, então com Lula candidato, teve um bom desempenho, entretanto não alcançou a vitória. Tal fracasso, de acordo com Ozaí, se deu devido a subestimação do poder da classe dominante que utilizou campanhas anticomunistas para atingir o PT que estava aliado ao PC do B. Além disso, também contribuiu a ilusão petista de que a classe dominante respeitaria o jogo eleitoral, além da ampla política de alianças realizada pelo PT que resultou em um moderamento de seu programa.<sup>225</sup>

As resoluções do 7º Encontro Nacional de 1990 foram elaboradas após a derrota nas eleições de 1989, e reafirmam a nova linha política elaborada no 5º a 6º Encontros. Nesse momento a corrente majoritária, a ART apresenta seu pior

---

<sup>222</sup> Idem, pg.399.

<sup>223</sup> *Resoluções do 6º Encontro nacional*, pg.402.

<sup>224</sup> Ozaí, Antonio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. Op. cit., pg 89-90.

<sup>225</sup> Conforme desenvolve Ozaí, A. *Partido de massas e partido de quadros: A socialdemocracia e o PT*. Op. cit

resultado, elegendo 56% dos delegados, todavia ainda sustenta uma maioria frente a divisão existente entre os outros grupos.<sup>226</sup> Nessas resoluções ressalva-se o caráter democrático do projeto partidário. Além disso, expressa claramente a sua composição heterogênea que resulta na falta de uma “filosofia oficial” permitindo que “as distintas formações doutrinárias convivam em dialética tensão sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta”. O que uniria as diferentes tendências no partido seria o projeto comum genérico de uma nova sociedade que favoreça o fim de toda exploração.<sup>227</sup> Entretanto, essa idéia de sociedade continua formulada em abstrato, deixando que cada tendência conceba de acordo com suas concepções que tipo de sociedade seria esta.

A perspectiva de vitória na eleição presidencial de 89 levou o partido a enfatizar mais que nos outros Encontros a sua relação com a institucionalidade. Assim, nessas resoluções, coloca-se que o objetivo da institucionalidade está na ocupação de espaço para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado com todas as suas limitações e características a serviço dos setores oprimidos da sociedade.<sup>228</sup> Desta maneira essa nova política petista deixa claro o fim da linha política de confronto imediato com o Estado, uma vez que mediatiza este confronto colocando que o PT deve usar da proposição de políticas e tomar iniciativa no debate “respeitando a autonomia das instituições”. Além disso, coloca que o PT da década de noventa é uma instituição pública e, como tal, deve ser tratado em seus aspectos positivos de consolidação de um projeto da classe trabalhadora nos limites que a institucionalidade coloca “.<sup>229</sup>

---

<sup>226</sup> Cf. Lacerda, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party Unity Issue*. Dados. [online]. 2002, vol.45, no.1 [cited 04 August 2004], p.39-76. Available from World Wide Web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0011-5258.

<sup>227</sup> Ver *Resoluções do 7º Encontro Nacional*, 1990, pg. 430.

<sup>228</sup> Idem, pg. 450.

<sup>229</sup> Idem, pg.450-1.

A relação do partido com os movimentos sociais novamente é destacada, colocando novamente a necessidade de uma melhor estruturação dos núcleos, e dando relevante importância a formação dos militantes.

Ao chegar ao fim da década de oitenta o processo de formação do PT apresenta-se praticamente acabado, pois neste momento já podem ser apontadas as principais diretrizes que nortearão o partido no transcorrer dos anos noventa. No momento em que o PT emerge da insatisfação dos trabalhadores do movimento sindical e outros movimentos sociais, ele surge como a possibilidade de superar as contradições as quais a esquerda brasileira carregara até então. Assim, se podemos dizer que existe uma novidade<sup>230</sup> no surgimento do PT, ela se encontra justamente nisto, de surgir como um partido extremamente vinculado aos movimentos sociais em um momento em que o movimento operário internacional entra em refluxo. Todavia esta novidade não se apresenta como a solução as diversas questões pelas quais a esquerda brasileira enfrentou e o PT enfrenta, de fato, essa novidade somente proporciona ao PT a possibilidade da superação destas questões e a sua conformação como um partido efetivamente da classe operária que vise a construção de sua hegemonia político cultural, enquanto potencial, um “vir a ser”. Entretanto no transcorrer dos anos 80, período de sua conformação enquanto partido, esse potencial é soterrado pelo mesmo fator que proporcionou seu

---

<sup>230</sup> O PT afirma-se como uma novidade na história da esquerda Brasileira, basta ver as *Resoluções do 1º Encontro Nacional de 1981*, assim como autores Azevedo, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995. ; Gadotti, M. Otaviano, P. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989; Kcek, M. *A lógica da diferença: o Partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Atica, 1991.; Meneguello, R. *PT: A Formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Tais afirmações estabelecem tal novidade no vínculo operário do partido. Nesse sentido concordamos com Francisco de Oliveira em *Qual é a do PT?* In: Sader.(org). *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Neste artigo, Oliveira nega esse caráter, pois os que o defendem não levam em consideração as demais organizações de esquerda que estabeleceram tal vínculo ainda que mais tarde se desligassem.

surgimento, o espontaneísmo das massas<sup>231</sup> e seu imediatismo. Tal espontaneísmo não permitiu que o partido superasse o imediatismo de suas análises, impedindo que se realizasse uma profunda análise histórica da realidade brasileira e conseqüentemente a elaboração de um projeto político consistente capaz de elevar a consciência política do movimento social e conduzir o processo e construção de uma hegemonia operária forte o suficiente para polarizar com a hegemonia burguesa.<sup>232</sup> Ao contrário, ao estabelecer que o programa do partido fosse construído através do movimento espontâneo das massas, o PT, refém de um movimento social sem cultura política, se torna incapaz de elaborar um programa político consistente. Somado a isto, o partido na ânsia de exorcizar o passado cai na tentação de desconsiderá-lo mesmos em seus aspectos positivos. Essa combinação levará ao PT a reviver os dilemas históricos da esquerda brasileira e mundial.

O PT não consegue superar o dilema entre ser um partido que atua no nível eleitoral e ser um partido militante, ou seja, entre manter um discurso revolucionário e uma prática institucional. Na medida em que o sucesso eleitoral do partido aumenta, cresce a máquina partidária levando a burocratização do partido. Por outro lado esse crescimento revela a contradição entre manter um conteúdo programático classista e a necessidade de ampliar a base eleitoral através de um abrandamento do conteúdo programático para torná-lo mais abrangente. Na prática isto pode ser

---

<sup>231</sup> Quanto ao caráter espontaneísta que o PT absorver do movimento das massas ver Antunes. *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC*. Campinas:Ensaio/Unicamp, 1992. A respeito da espontaneidade das greves do ABC paulista ver também Chasin em: *As máquinas param: germina a democracia*. In revista ensaio n° 7. São Paulo: Ed, escrita, abril 1980. e Frederico. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a reconstrução*. Vol 3. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.

<sup>232</sup> Como ressalta Silva em sua análise a respeito da política de formação do PT, o partido teve dificuldades de instituir-se como “partido educador”. A sua ação política íntera e a relação com a sociedade não foi organizada suficientemente com intencionalidade educativa, apesar de seus propósitos de transformação social basearem-se na participação. (...) Além disso, as atividades de formação política atingiram proporcionalmente ao total um número pequeno de militantes e, ainda de forma descontínua em termos de conteúdos e de participantes. Ver Silva, Carmem Sílvia Maria da. *Contribuições para uma análise da política de formação do PT*. Dissertação de mestrado em História e Filosofia da Educação. PUC-SP, 1996, pg 147.

notado na sensível queda no número de núcleos de base e principalmente, no fato de que aqueles que ainda funcionavam apresentarem uma dinâmica interna muito diferente do que costumava ser nos primeiros anos do PT, pois a maioria atuava

apenas em épocas eleitorais ou em momentos para elegerem delegado



---

<sup>233</sup> Cf, Marossi, Tânia Maria. Op. cit., pg.109. Na análise de Marossi sobre os núcleos de base petistas, a autora determina a desconstrução dos núcleos durante os anos 80 como “conseqüências de um determinado tipo de participação institucional que vão provocar no PT, prioritariamente, as inflexões em sua organização de base. Inicialmente a participação institucional ocupava um lugar secundário no projeto petista de transformação social”.



---

<sup>234</sup> Cf. Przeworski, Adam. *O capitalismo e a social-democracia*. São Paulo: companhia das Letras, 1989, pg. 125.

e no partido uma fase de polêmica interna entre as tendências, principalmente no interior da própria corrente majoritária, a ART. Tal tensão seria resultado do crescimento da participação do partido do âmbito eleitoral somada ao desgaste que a direção eleita vinha sofrendo desde 90. A burocratização do partido, agravada com a ampliação da importância dos mandatos parlamentares com suas estruturas de assessorias próprias e conseqüente autonomização em relação as instâncias de direção partidária será motivo de conflito interno na medida em que algumas tendências apontam esse aumento da institucionalização do partido como contraditória a tradição petista de ser expressão das lutas sociais. Além disso, com a aplicação da regulamentação das tendências e o uso universal da representação proporcional na competição interna, a ART obrigou as demais tendências a dirigirem mais fortemente seus recursos para a ocupação de espaços dentro do partido. Isso levou tais grupos a se preocuparem mais com sua inserção no partido e com a disputa pelos rumos do partido, enfraquecendo a corrente majoritária até então, a ART.<sup>235</sup>

Na senda do aumento do papel institucional do partido, apesar de manter uma retórica socialista, muito mais para o público interno, prevalece a opção por um programa político nitidamente de reformas. Sem dúvida numa sociedade como a nossa até mesmo as reformas se revestem de uma certa radicalidade, todavia ao aceitar o caminho eleitoral como o principal, nega a possibilidade de transformação revolucionária da sociedade. Desta forma o partido fracassa ao tentar compatibilizar sua função institucional com a exigência de se constituir como partido estratégico, socialista, dirigente e militante. Ao contrário, acaba transformando a luta pela

---

<sup>235</sup> Lacerda, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party Unity Issue*. Op.cit.

construção da hegemonia da classe trabalhadora em uma luta pelo aparelho do Estado.

## **Capítulo 4**

### **O PT dos anos 90**

Os anos noventa foram marcados por diversas mudanças político-econômicas no âmbito internacional e nacional. No âmbito internacional, como já vimos na primeira parte deste trabalho, temos a derrocada dos países socialistas e a emergência de uma “crise” no pensamento da esquerda marxista, além da expansão das idéias neoliberais por todo o globo. No Brasil a grande mudança político econômica que marcará essa década é a chegada do ideário neoliberal, ainda que com uma década de atraso em comparação com os demais países, que com a adoção da liberalização comercial abrupta e desregulada impulsionará um complexo de reestruturação produtiva no país.

Frente a esta nova conjuntura, marcada pelo recuo político ideológico da esquerda internacional, pelas derrotas políticas do PT em 1989 e mais tarde em 1994 e pelo recuo dos ímpetus classistas de parcela do sindicalismo brasileiro, encontraremos no decorrer desta década uma nova ofensiva do Capital, que ancorada às políticas neoliberais impulsionará uma reorganização da produção de caráter erosivo ao mundo do trabalho. Será diante deste novo contexto político-econômico que o programa petista enfrentará a necessidade de dar respostas às novas questões que emergirão. Nesse sentido, as mudanças no cenário político-econômico e as mudanças referentes a ampliação do partido no campo institucional serão responsáveis por transformações dentro do partido tanto em sua análise da realidade brasileira quanto na determinação de suas tarefas frente à sociedade.

### **1.1- Políticas neoliberais e reestruturação produtiva no Brasil: a crise das formas representativas do sindicalismo**

A implantação de políticas neoliberais trouxe para o Brasil diversas mudanças políticas, econômicas e sociais. O neoliberalismo penetra no Brasil basicamente por

dois caminhos. O primeiro, de raiz econômica, através da renegociação das dívidas externas, que trouxe como parte desta renegociação a aceitação de certas condições como políticas e reformas econômicas de caráter neoliberal. Em segundo lugar, de raiz política, através da adesão crescente das “elites” econômicas e políticas ao ideário neoliberal.<sup>236</sup>

O começo da implantação de políticas econômicas de corte neoliberal se dá primeiramente a partir da eleição de Collor em 1989 e tem continuidade com a eleição de FHC em 1994 e 1998, através principalmente da implementação do plano Real. O “sucesso” inicial destas políticas foi notável, através da redução das altas taxas de inflação concomitantemente com a produção de um crescimento imediato e simultâneo da produção e do consumo.<sup>237</sup> Esse “sucesso” teve como base uma política de estabilização econômica ancorada na ajuda econômica externa, politicamente orientada. Dessa forma o fluxo de capital deslocado para o Brasil a partir dos anos noventa cresceu enormemente. Todavia tais políticas de estabilização produziram uma deteriorização da balança comercial e fez da entrada imediata de capitais uma condição essencial para a sua sustentação. Assim uma das principais características desse processo político e econômico é a sua completa independência frente a base produtiva.<sup>238</sup> Além disso, apesar desse aumento de capital presente no país, os compromissos com a estabilidade econômica, sustentada pela necessidade de um equilíbrio fiscal, gerou a diminuição dos gastos públicos com salários e políticas públicas em prol do cumprimento do pagamento dos juros ao capital externo que aqui investidos sustentam tal estabilidade econômica.

---

<sup>236</sup> Conforme Fiori, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>237</sup> Ver Fiori, J.L. *Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

<sup>238</sup> Cf. Fiori, J.L. *Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Op. cit.

O “sucesso” inicial das políticas neoliberais antes de comprovarem a eficácia do ideário neoliberal foi muito mais resultado da coincidência de tais políticas de estabilização com uma recessão mundial acompanhada de baixas taxas de juros que os países centrais ofereciam, o que proporcionou que os capitais internacionais fossem atraídos aos países periféricos, como o Brasil, que ofereciam altas taxas de juros.<sup>239</sup> Assim o eixo desta política econômica, ou seja, o fluxo constante de capitais externos, preserva o caráter associado da nossa economia, mas agora com uma maior internacionalização essa dependência é ainda maior. Esse aumento da dependência externa se aprofunda na medida em que a economia nacional se abre cada vez mais, e o Estado é afastado do setor produtivo, ocasionando a quebra ou a internacionalização das empresas nacionais. De modo que as próprias elites políticas e econômicas que no passado erigiram o Estado desenvolvimentista como sua maior criação, agora passam a atacá-lo em nome das reformas neoliberais exigidas, reafirmando mais uma vez o seu caráter associado em detrimento de uma alternativa de cunho nacional.<sup>240</sup>

Todavia após anos de políticas de estabilização no mundo não se conseguiu reverter as tendências recessionistas, reicentivando assim os investimentos na base produtiva. Como conseqüência dessa queda da taxa de investimentos e do próprio crescimento econômico das nações, apesar do aumento da lucratividade e da diminuição dos gastos com salários e políticas públicas, gerou-se um aumento do desemprego tanto nos países periféricos como nos centrais. Entretanto, mesmo com o agravamento das questões sociais, o discurso neoliberal persiste com força, fundamentado na concepção de que o processo de globalização visto apenas pelo seu aspecto econômico, é irreversível, justificando assim a aplicação de certas

---

<sup>239</sup> Fiori, J.L. Em *busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Op. cit.

<sup>240</sup> Fiori, J. L. *Os moedeiros falsos*. Op. cit



soluções pelos governos nacionais. Daí a inquestionabilidade das políticas neoliberais apesar dos seus efeitos sociais nocivos. Contudo o que se pretende velar com tal discurso é o papel do poder político nas transformações econômicas mundiais, pois todo o comando das economias nacionais obedece a uma estratégia global, deixando os governos nacionais prisioneiros de uma estreita margem de mobilidade. Dessa forma, tais governos se tornam obcecados por alcançar a “credibilidade” dos capitais externos a fim de prolongar por mais algum tempo tal situação.<sup>241</sup>

Assim passado o “sucesso” inicial do neoliberalismo do Brasil, o que se viu durante os anos noventa foi a contínua busca pela “credibilidade” dos mercados apesar do agravamento das questões sociais que tais políticas engendraram. No entanto tal modelo político econômico neoliberal antes de ser o grande e único culpado de todas as mazelas sociais, carrega em si apenas mais uma forma histórica de manutenção do *status quo* dos interesses das classes dominantes.

No âmbito econômico, essa ofensiva cada vez maior em alargar a abertura comercial, aumentando o vínculo do capitalismo brasileiro com a mundialização do Capital, levará as corporações transnacionais instaladas no Brasil a criar condições de competitividade no cenário internacional. Para isso ocorrerá um impulso para a instauração de uma reestruturação na produção, capaz de elevar os patamares de valorização do capital no país. A principal característica deste novo complexo de reestruturação produtiva esta em ser erosivo sobre mundo do trabalho. A partir do momento de sua implementação, o Brasil passa a incorporar os principais problemas sociais característicos dos países de capitalismo avançado. Surge como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade do

---

<sup>241</sup> Fiori, J. L. *Os moedeiros falsos*. Op. cit.

emprego, além de um aprofundamento da exclusão social que agora incorpora a imensa parcela de marginalizados com relação à legislação trabalhista.<sup>242</sup>

Esse dismantelamento da classe trabalhadora também terá repercussões no âmbito subjetivo da classe. Isso ocorre a partir da diminuição da resistência da classe operária, adquirindo uma feição de cariz neocorporativista.<sup>243</sup> Assim, essa posição político ideológica de parcela das lideranças sindicais reafirmará ainda mais a reestruturação produtiva, contribuindo para a constituição nos pólos mais desenvolvidos do sindicalismo brasileiro de propostas de “novas relações de trabalho”, da parceria entre o capital e o trabalho, onde a perspectiva de classe se estreita. Como coloca Alves :

“(…) surge um defensismo de novo tipo, não mais centrado na resistência ou na influência defensiva, mas na influência propositiva, como denominaremos mais adiante. Uma nova estratégia sindical que assume um cariz reativo, com implicações estratégicas no campo da subjetividade operária, tendo em vista que conduz a uma rendição ideológica do trabalho no plano do controle da produção”.<sup>244</sup>

Assim, é no vácuo deixado pelo recuo da esquerda internacional e pelo abrandamento das posições de classe do sindicalismo brasileiro que o Capital avança com toda sua força para consolidar sua hegemonia, através das políticas neoliberais que ampliam a mundialização do capital e a reestruturação produtiva, o que eleva a novos patamares a valorização do Capital. É diante deste cenário de

---

<sup>242</sup> “A precariedade e a insegurança penetram no núcleo “integrado” da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantém vínculo “formal” de emprego”. Alves, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Boitempo: São Paulo, 2000, p.248.

<sup>243</sup> Alves, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Op. cit

<sup>244</sup> Idem, pg. 192.

crise do mundo do trabalho e ofensiva do Capital que o PT desenvolverá o seu programa político nos anos 90.

## **1.2- Congressos e Resoluções dos Encontros (1991-2001): uma esquerda em crise**

O 1º Congresso do partido realizado em 1991 dará o tom das mudanças que o partido desenvolverá ao longo desta década.<sup>245</sup> Diante do novo cenário mundial, marcado pela desintegração do bloco de países socialistas, o PT coloca que tal cenário exige novas tarefas ao partido, necessitando-se repensar e alterar sua estrutura interna e o modo e mecanismos de como o PT se relaciona com a sociedade brasileira, os movimentos sociais e com os outros partidos. Nesse sentido, elabora uma crítica aos regimes socialistas que apesar de enfrentarem positivamente o capitalismo, não conseguiram dar repostas as questões da democratização das relações. Assim, representaram uma derrota do socialismo real, uma vez que foram eliminadas as conquistas estabelecidas com a revolução de 17 no plano da democracia e centraram o crescimento do poder no novo Estado e no partido. Deste modo, a análise petista coloca que foi a ausência de democracia na concepção dos PCs no poder que levou a economia de seus países a entrarem em colapso. Quanto ao apoio que o PT deu a tais países durante sua trajetória, o partido coloca que errou, pois se posicionou como se o “socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade”.<sup>246</sup>

---

<sup>245</sup> De acordo com Baia, no período que se estende de 1988 até este momento em 1991, marcado pelo impacto da derrota presidencial em 1989 e pelo esgotamento do “socialismo real”, avançam dentro do partido as correntes moderadas e reformadoras, e o partido caminha para rupturas com os paradigmas clássicos da esquerda. Baia, Paulo Fernandes. *A economia política do PT: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. PUC-SP, 1996, pg. 135.

<sup>246</sup> Ver *I Congresso*, 1991, pg. 495.

Com isso o PT elabora uma crítica a forma como a economia e a política foram desenvolvidas pelos países de socialismo real e a rejeita, colocando que o PT busca um socialismo diferente deste.<sup>247</sup>

Conjuntamente a esta análise sobre o colapso do socialismo real, o PT desenvolve uma investigação sobre a nova ordem mundial que se estabelece no horizonte. Segundo tal análise, esta nova ordem política econômica e militar capitalista torna insustentáveis as condições de vida da maioria da população do planeta. Além disso, na América Latina o neoliberalismo apareceria como um projeto de ajuste do capitalismo no continente que implicaria na destruição da estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia.<sup>248</sup>

Na perspectiva desta análise conjuntural da realidade mundial, este congresso enfoca principalmente a questão da democracia, colocando que o partido tem como compromisso a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica que tenha como exigência fundamental a democratização do poder.<sup>249</sup> Assim, rejeita-se completamente o termo "ditadura do proletariado", ressaltando em seu lugar a democracia como um valor universal e a afirmação do "Estado de direito" no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas.<sup>250</sup>

Nesse momento, o PT coloca que diferentemente do período anterior a 87, quando a disputa por hegemonia era colocada como uma política de acúmulo de forças, pois não se colocava na realidade a possibilidade de tomada do poder, agora passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal, a gestão das administrações, a luta pela democracia no Estado e por reformas sociais, assim

---

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> Idem, pg. 488.

<sup>249</sup> Idem, pg. 489.

<sup>250</sup> Ozaí, Antonio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. Op cit., pg. 91.

como a organização e crescimento das organizações sociais.<sup>251</sup> De modo que, a conquista da presidência da república proporcionaria condições para governar e cumprir seu programa. Para alcançar esse objetivo seriam necessárias mudanças na forma de intervir e de se relacionar com a sociedade, assim como uma política de alianças. Dessa maneira, a política de alianças desenvolvida em 87 é não apenas reafirmada como radicalizada.<sup>252</sup>

Quanto ao projeto petista de transformação social, nota-se que sua característica de confronto imediato com a ordem, presente na década de 80, já não é mais possível de ser reconhecida, uma vez que a idéia de hegemonia é entendida como a construção de um grande movimento social por reformas no país, considerado essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características “a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil”.<sup>253</sup> Ainda nesta perspectiva, modernizar o país é entendido como “distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares”. Além disso, coloca que a proposta que o partido apresenta está em “recuperar o papel de planejamento econômico e orientação social do mercado”.<sup>254</sup> Para o partido o mercado, desde que sob controle democrático e estratégico e orientado socialmente é compatível com sua concepção de socialismo. Nesse sentido, o PT perde sua combatividade ao colocar a conquista do governo como essencial, levando a um caráter mais moderado, tanto no sentido de afastar a noção de socialismo enfatizando em seu lugar a democracia, como ao se posicionar como um partido que atua dentro da ordem institucional. Além disso, ao propor a permanência do mercado

---

<sup>251</sup> *I Congresso*. Op. cit. pg. 505.

<sup>252</sup> *Idem*, pg.511.

<sup>253</sup> *Idem*, pg.512.

<sup>254</sup> *Idem*, pg. 512.

em sua concepção de socialismo enfrenta uma questão polêmica, pois como afirma Mandel:

“Um maior nível de responsabilidade social livremente aceita pelos indivíduos e, ainda, ao mesmo tempo, um arcabouço social permeado pela competição por remuneração financeira e ganhos materiais - representa o cúmulo da utopia!”<sup>255</sup>

Quanto a organização dos movimentos sociais o partido enfatiza a necessidade de combinar suas lutas por reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva negociação e ação na frente institucional e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados e desorganizados da sociedade.<sup>256</sup> Concomitantemente, ao repensar sua atuação na sociedade, o partido coloca a necessidade de se lutar pelo pluralismo, pois entende que a diversidade de desejos e idéias é eminente a condição humana. Assim, entende que o partido deve repensar sua atuação na sociedade levando em conta:

“(…) as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação de maiorias sociais em minorias políticas”.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> Mandel, E. *Socialismo X mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991, pg. 91.

<sup>256</sup> Conforme podemos verificar no documento: “O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor e contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania”. / *Congresso*, Op. cit, pg.506.

<sup>257</sup> / *Congresso*, Op. cit. p.507.

O discurso petista relacionado aos movimentos sociais que antes estruturava suas frentes de ataque em dois grandes movimentos, sendo o primeiro e mais importante o movimento sindical e depois genericamente vinha os demais movimentos, agora centra-se na necessidade do partido aprimorar suas relações com todos os movimentos, englobando em seu programa as diversas lutas particulares destes movimentos. Essa busca de alargamento da sua base social se fundamenta na frustração do partido com a atuação do movimento sindical, que antes de expressar as limitações contemporâneas deste movimento, reflete a própria dificuldade do partido atuar frente a este movimento e elevar a sua consciência política, até porque o partido preso em seu espontaneísmo nunca se preocupou em atuar no movimento para estimular sua consciência.

As tensões entre as tendências no interior do partido que se acirraram, principalmente a partir de 1990, chegam ao seu ápice no 8º Encontro Nacional, quando se concretiza a fragmentação da corrente majoritária, a Articulação<sup>258</sup>. Dessa fragmentação nasceram diversas tendências que irão ao longo dos anos noventa disputar a direção do partido. Para facilita

ho em 1999, que lançou chapa própria: Fiel ao PT das Origens). Composto principalmente pelas correntes Força Socialista, Tendência Marxista e O Trabalho. Formado majoritariamente por marxistas de diversos matizes. Principais lideranças: Luiz Eduardo Greenhalgh (Dir. Nac. até 1997), Markus Sokol (Dir. Nac.), Ronald Rocha (Dir. Nac.), Jorge Almeida (Dir. Nac.) e Edmilson Rodrigues (prefeito de Belém eleito em 1996).

<sup>258</sup> Ver Ozaí, Antonio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. op. cit. Ver também Lacerda, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party*. Op. Cit.

**Democracia Socialista (DS):** tendência interna de origem trotskista, sempre definiu sua política como de "disputa de rumos", procurando firmar o PT como partido revolucionário e estratégico na luta pelo socialismo. Em 1993 integrou-se à chapa Uma Opção de Esquerda, eixo da guinada à esquerda do partido, junto com a Articulação de Esquerda e grupos regionais. Em 1995 e 1997, compôs as chapas Socialismo e Democracia e Luta Socialista, respectivamente. Em 1999, apresentou-se com chapa própria: Nosso Tempo. Principais lideranças: João Machado (Dir. Nac.), Joaquim Soriano (Dir. Nac.), Heloísa Helena (Dir. Nac. a partir de 1995 e senadora por Alagoas eleita em 1998) e Raul Pont (Dir. Nac., prefeito de Porto Alegre eleito em 1996).

**Articulação de Esquerda:** grupo formado pela cisão da corrente majoritária em 1993. Constituído por setores que pretendiam compor uma nova hegemonia no PT, inclinada à esquerda, diante do que consideravam o "eleitoralismo" predominante na direção de 1990-93 e em outros setores da Articulação. Principal facção da chapa Uma Opção de Esquerda. Em 1995 integrou a chapa Socialismo e Democracia, à exceção dos setores agrupados em torno de lideranças como Rui Falcão (dep. est. por São Paulo eleito em 1990 e 1994, presidente interino do partido durante a licença de Lula para a campanha presidencial de 1994) e Cândido Vacarezza (Dir. Nac. a partir de 1995). Tais lideranças passaram a fazer composições com a ala direita nos Encontros de 1995, 1997 e 1999. Em 1999, a corrente integrou a chapa Socialismo ou Barbárie. Principais lideranças que continuaram na corrente: Arlindo Chinaglia, exceto em 1999 (eleito por São Paulo em 1990 deputado estadual e em 1994 e 1998, federal, Dir. Nac. a partir de 1995), Sonia Hypólito (Dir. Nac.), Adão Pretto (dep. fed. pelo Rio Grande do Sul) e Luciano Zica.



**Articulação Unidade na Luta:** por vezes tido como o grupo mais pragmático do partido, principal facção da ala direita, é o setor que agrega os políticos mais conhecidos do PT, os quais constituíam o núcleo dirigente da antiga Articulação. Teve chapa própria em todos os Encontros analisados. Mantém uma política de aliança sistemática com a corrente Democracia Radical. Principais lideranças: Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu (dep. fed. por São Paulo e presidente nacional do partido desde 1995), Aloízio Mercadante (Dir. Nac., dep. fed. por São Paulo 1991-94 e 1999-), Vicente Paulo da Silva (presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores), Marco Aurélio Garcia (Dir. Nac.), Eduardo Suplicy (senador por São Paulo) e Benedita da Silva (Dir. Nac., vice-governadora do Rio de Janeiro eleita em 1998).

**Democracia Radical:** grupo situado mais à direita no partido e defensor decidido de alianças na direção do centro do espectro político-ideológico brasileiro. Alia-se sistematicamente à Articulação Unidade na Luta na disputa interna, embora apresente chapa própria em todos os Encontros analisados. Originário, sobretudo das tendências Nova Esquerda e Vertente Socialista, que existiram na passagem da década de 80 para a de 90. Principais lideranças: José Genoíno (dep. fed. por São Paulo, Dir. Nac.), Marina Silva (Dir. Nac. 1993-97, senadora eleita pelo Acre em 1994), Eduardo Jorge (dep. fed. por São Paulo, Dir. Nac. até 1995) e Tarso Genro exceto em 1999 (Dir. Nac., prefeito de Porto Alegre eleito em 1992).<sup>259</sup>

Com a orientação política das principais tendências já destacada, podemos agora compreender melhor as disputas políticas em cada Encontro, e assim delinear a postura que o partido assume ao longo desta década.

---

<sup>259</sup> Lacerda, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party Unity Issue*. Op. cit.

Na disputa interna das tendências durante o 8º Encontro Nacional, a esquerda agrupada em duas chapas (Na luta PT e Uma opção de Esquerda) conseguiu 55,59% dos delegados e, por conseguinte a maioria na direção nacional.

No 8º Encontro Nacional o PT lança as premissas do programa político que se desenvolve até sua maturação em 2001. Nele são colocadas as necessidades de se estabelecer um governo democrático popular que proporcione a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo. Tal modelo de desenvolvimento deveria ter como centro a incorporação dos milhares de brasileiros marginalizados político e economicamente. Para a construção deste modelo econômico, o PT coloca a necessidade de uma melhor distribuição de renda acompanhada de uma expansão da produção de bens de consumo de massa, democratização da sociedade, reforma agrária e uma política de apoio e estímulo a pequenos empreendimentos e a economia informal. Para dar sustentação a este modelo e assim proporcionar a retomada do crescimento econômico, o Estado exerceria um importante papel de regulamentação da economia, além de ser indispensável para a implementação das reformas necessárias para a construção desse novo modelo econômico. Um aspecto muito significativo desta resolução esta no desaparecimento da menção aos núcleos de base ou qualquer outra forma do partido interagir com os movimentos sociais, apesar de enfatizar que a força do partido está estruturada nesses movimentos. Em relação a questão do socialismo a falta de uma teoria estratégica no partido se torna cada vez mais latente na medida em que toda a ação política do partido se limita a conquista do poder executivo.

Em 1994, no 9º encontro Nacional, o enfoque recai novamente sobre a elaboração da campanha eleitoral de Lula a presidência, o que forjou uma unidade

em suas hostes.<sup>260</sup> Nesse momento o PT coloca que “mobilizar a militância em torno da campanha é mais significativo, politicamente, do que uma luta econômica ou parcial, ainda que sob formas radicalizadas”.<sup>261</sup>

Na perspectiva dos anos anteriores, ressalta a importância da conquista do governo para a construção da hegemonia e o desenvolvimento de um modelo econômico diferente do até então desenvolvido. A particularidade desta resolução está na maior valorização das reformas para a construção do seu programa do que anteriormente. Deste modo, esta resolução será marcada por uma análise do cenário eleitoral, assim como a determinação do melhor caminho a seguir.

De acordo com a prioridade do PT no momento, a conquista do governo estabelece-se como ponto estratégico à necessidade de se construir um mais amplo leque de alianças possível em torno do programa de governo, uma vez que a crise nacional exige uma soma de esforços e uma luta conjunta de quem pensa diferente, mas tem unidade em torno da proposta de mudanças.<sup>262</sup> Assim a questão da construção da hegemonia do movimento dos trabalhadores na sociedade teria como eixo central a necessidade da eleição de Lula a presidência do país.

O socialismo cada vez mais é afastado do projeto petista, que apesar de manter sua defesa, coloca que não é questão fundamental na campanha, nem em disputa.<sup>263</sup> Novamente o imediatismo petista, sua falta de um projeto estratégico limita o partido a propor medidas meramente conjunturais.

Deste modo, com o governo federal no horizonte de suas aspirações, o PT procura elaborar seu programa de maneira a oferecer uma grande aceitação na sociedade. Nesse sentido, o partido procura aumentar seu leque de alianças com os

---

<sup>260</sup> Ver Ozaí, Antonio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994):*

*permanências e descontinuidades*. Op. cit

<sup>261</sup> 9º Encontro Nacional, 1994, pg. 577.

<sup>262</sup> Idem, pg. 590-1.

<sup>263</sup> 9º Encontro Nacional, op. Cit, pg. 598.

demais partidos desde que estes possuam um programa semelhante. Quanto à crítica da ordem econômica, ela permanece moderada na medida em que permanece na superficialidade, ou seja, critica-se a forma de desenvolvimento econômico, deixando sem críticas a estrutura do sistema econômico. Com isso, a proposta petista se recobre de moderamento no sentido em que ao colocar a questão apenas na forma de desenvolvimento não se coloca no horizonte a perspectiva de mudança radical da sociedade, uma vez que a solução dos problemas estaria dentro da própria ordem capitalista, da forma como o capitalismo é administrado. As raras menções a palavra socialismo tornam-se assim mera retórica.

Após a esquerda petista se manter como maioria na direção nacional em 93 e 94, surgiram sérias divergências dentro da própria ala esquerda, e não foi possível que ela se estabilizasse como um novo núcleo dirigente durante seu mandato. Além disto seu mandato foi agravado pelas críticas ao modo como foi conduzida a campanha eleitoral de 1994. Assim a inexistência de uma maioria de esquerda favoreceu o avanço da ala direita do partido, permitindo que esta retomasse o controle da direção nacional. Frente a possibilidade de perder o controle da direção nacional os grupos de esquerda (Na luta PT e Uma opção de Esquerda) reuniram-se em uma mesma chapa, conquistando a maioria dos votos. Todavia, a ala direita fechou um acordo com a chapa de centro - que tinha como principais lideranças Vladimir Palmeira, Jaques Wagner e Tilden Santiago - e certas lideranças egressas da Articulação de Esquerda – como Rui Falcão e Candido Vacarezza. Essa aliança permitiu que apesar de não obter a maioria de votos, a ala direita pudesse reconstituir seu papel de núcleo dirigente.<sup>264</sup>.

---

<sup>264</sup> Ver Lacerda, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party Unity Issue*. Op. cit.

As Resoluções do 10º Encontro Nacional realizado em 1995 é marcado pela derrota petista nas eleições para o governo federal em 1994 para FHC e pela ascensão da ala direita como maioria na direção nacional. Tal derrota foi como uma “ducha de água fria” para o PT que até o último momento acreditava em uma vitória, principalmente porque até dois meses antes do pleito Lula aparecia liderando as pesquisas.<sup>265</sup> Nesse momento, o PT elabora uma análise desse novo governo, colocando este como responsável pelo agravamento da situação econômica e social da realidade brasileira devido à ofensiva neoliberal.

Diante de tal quadro, o PT coloca a necessidade de uma atualização e reelaboração de seu projeto. Nessa perspectiva, coloca a necessidade de apresentar a sociedade a existência de um “modo petista de governar”, caracterizado por seu empenho em radicalizar a participação democrática com experiências como o orçamento participativo.<sup>266</sup> Assim, o PT enfatiza que seu modo de governar apresenta novas formas de pensar o governo das cidades e estados, negando o modelo neoliberal, se posicionando como um projeto alternativo para a sociedade.

Deste modo, volta a afirmar o seu caráter democrático e a centralidade da disputa da hegemonia no enfrentamento do projeto neoliberal, afirmando desse modo uma política de alianças em torno do programa de oposição a FHC e sua política econômica. Contra tal projeto o PT coloca que a alternativa para o país deve ser desenvolvida através de três pontos principais: uma nova política econômica com reformas sociais, a defesa da nação e a defesa da democracia.<sup>267</sup> Assim, o

---

<sup>265</sup> Apesar da derrota para o cargo presidencial, o partido somou inúmeras vitórias na medida em que elegeu governadores no Espírito Santo e Distrito Federal, e passa a ter 5 senadores e na Câmara aumentou sua representação de 35 para 50 deputados. Cf. Amaral, Oswaldo.M.E. Op. cit.

<sup>266</sup> Proposta de colocar nas mãos da população a decisão de onde e como aplicar os recursos públicos.

<sup>267</sup> *Resoluções do 10º Encontro Nacional*, 1995, pg. 618.

projeto petista mais uma vez centra-se na questão da democracia, distanciando-se de uma perspectiva de transformação social radical, o socialismo, pois coloca como tarefa imediata do partido a reorientação geral da política econômica no sentido de impedir a recessão, a defesa do salário e do emprego, a redução dos juros e a articulação da estabilidade econômica à retomada do crescimento em novas bases.<sup>268</sup>

A respeito da relação do partido com os movimentos sociais, o PT coloca que estes ao se oporem ao projeto neoliberal se colocam como fator fundamental na organização de uma reação, daí a importância do partido vincular-se a eles e contribuir para sua luta. Tal vínculo deveria ser direcionado no sentido de que as ações do partido nos movimentos estabeleçam uma adequação entre as políticas setoriais e a política geral do partido. Sublinha a necessidade de que o partido seja capaz de propor aos movimentos, objetivos que mesmo não fazendo parte das suas reivindicações específicas, possam ser capazes de articular suas necessidades com a necessidade do conjunto dos setores democráticos e populares.<sup>269</sup> Nesse sentido, nota-se uma profunda mudança de seu programa em relação a década de 80, quando a autonomia do movimento era defendida enfaticamente, adotando um programa onde o movimento deve seguir a política do partido para que seu projeto político institucional possa ser realizado. Sem dúvida o partido avança no sentido em que não mais estimula o espontaneísmo das massas, propondo em seu lugar uma direção política, todavia o partido longe de procurar realizar essa direção política estimulando as lutas dos movimentos sociais, acaba submetendo os movimentos às lutas institucionais do partido. Nesse sentido apesar de um discurso que ressalta a importância dos movimentos sociais no partido, cada vez mais essa relação baseia-

---

<sup>268</sup> Idem, pg. 619.

<sup>269</sup> *Resoluções do 10º Encontro Nacional*. Op. cit, pg. 640-2.

se apenas num discurso retórico, pois, a hegemonia proposta pelo PT se afasta da centralidade dos trabalhadores, direcionando-se na busca de criar um grande consenso entre as diferentes classes sociais.

A disputa política dentro do 11º Encontro Nacional realizado em 1997 veio reafirmar a maioria da ala direita. A ala esquerda apresentou-se em apenas uma chapa e alcançou o maior número de votos, todavia a ala direita, apresentada em três chapas (Nova democracia, Articulação Unidade na luta e Democracia radical) teve somado os votos 51,10% do total, atingindo assim a maioria.

As resoluções de 1997 no 11º Encontro Nacional refletem uma maior análise petista da conjuntura política do momento. Coloca-se que o ajuste neoliberal continua avançando conjuntamente com a inserção do país à economia mundial e a desarticulação do Estado nacional. Nesse sentido, a política econômica centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical promove um brutal processo de endividamento externo e interno, fragilizando as finanças públicas e expondo o país a ataques especulativos. Conseqüentemente se agrava a exclusão social com a desarticulação da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições do trabalho. De frente a este cenário, o PT se coloca em oposição ao governo FHC e sua política econômica, afirmando que este modelo se mostra incapaz de viabilizar o “crescimento sustentável e enfrentar a pobreza”, e ressalta a necessidade de articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas para a construção de um bloco de disputa e lançar as bases para um caminho alternativo para o país.<sup>270</sup>

---

<sup>270</sup> Ver *Resoluções do 11º Encontro Nacional*, 1997, pg. 652.

Nesse momento, fica clara a ênfase na questão democrática e a defasagem ao socialismo, pois se entende que apenas a revolução democrática é capaz de acabar com a exclusão, as desigualdades sociais e o autoritarismo, oferecendo uma alternativa concreta e progressista. Diante deste quadro, o PT coloca o compromisso do partido em construir uma perspectiva histórica anticapitalista, baseada numa nova relação entre ética, política e economia, comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.<sup>271</sup> Deste modo, nota-se que por não elaborar uma estratégia, o partido se torna vítima de sua tática no sentido em que a revolução democrática é vista como meio e fim para o partido.

O modelo de desenvolvimento alternativo deveria ser orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorizasse as condições básicas da subsistência e cidadania. Assim, pretende-se impulsionar uma “economia do suficiente e do solidário”. Além disso, ressalva-se que o combate a exclusão e a miséria exigem uma política ativa de emprego, com redução da jornada de trabalho e ampla política de rendas centrada na valorização do salário.<sup>272</sup> Nesse sentido, nota-se claramente que as propostas petistas não só perderam seu teor de combatividade e de enfrentamento como também qualquer perspectiva de superação da ordem do capital, visto que suas propostas longe de se oporem à ordem a afirmam, na medida em que não se contesta a contradição entre capital-trabalho, mas ao contrário busca-se uma “melhor” relação entre eles.

Em relação aos movimentos sociais o PT reafirma sua política do ano anterior, priorizando os movimento de oposição ao governo FHC e sua política, procurando unificar a luta dos diversos movimentos junto aos partidos de esquerda através da frente de oposições. De modo que o grande desafio do partido é articular

---

<sup>271</sup> Idem, pg. 654.

<sup>272</sup> *Resoluções do 11º Encontro Nacional*. Op. cit , pg. 654-5.



a resistência popular à perspectiva de um novo governo comprometido com um desenvolvimento alternativo. Assim, reafirma seu discurso societário global, além de mais uma vez colocar a luta do movimento popular submetida às lutas do partido.

Além disso, cada vez mais se vê diluída a noção de luta de classes na medida em que o PT propõe “democratizar as relações e trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais”.<sup>273</sup> Assim a noção de antagonismo entre a classe detentora dos bens de produção e a classe detentora da força de trabalho é substituída pela concepção de que o problema encontra-se num melhor acordo entre as classes. De modo que o PT coloca em seu programa que “o mundo do trabalho merece uma verdadeira política de emprego e renda, apoiada na valorização salarial e nas políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte”.<sup>274</sup> Sem dúvida diante das altas taxas de desemprego a luta por uma política de empregos se faz necessária, todavia o PT ao diluir a contradição entre capital-trabalho desliza para uma apologia do sistema de trabalho assalariado, buscando aperfeiçoá-lo, e não combatê-lo.

O Encontro extraordinário realizado em 1998 realiza-se no sentido de reafirmar o projeto desenvolvido em 97 e principalmente de desenvolver a candidatura de Lula a presidência. Afirma-se que a força da campanha esta na frente de oposições e na sua ampliação para setores de oposição ao neoliberalismo, em um programa capaz de mobilizar a militância e os movimentos sociais e ampliar seu apoio a setores médios da sociedade. De acordo com isto, neste momento a plataforma de governo será elaborada pelo conjunto dos partidos da frente. Assim, o PT coloca que seu programa não se confunde com o programa da frente, mas suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil

---

<sup>273</sup> Idem, pg.659.

<sup>274</sup> Idem.

e o mundo que o PT deseja ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo.<sup>275</sup> Todavia a transformação que o partido almeja esta longe de ser uma transformação socialista, mas sim:

“(...) deve dirigir aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e soberano, orientado para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais”.<sup>276</sup>

Entretanto o partido não consegue elaborar um programa político consistente na medida em que apresenta respostas genéricas e simplesmente não menciona o que um eventual governo Lula faria para contornar a crise no país. No lugar de apresentar propostas mais concisas, o partido opta por enfatizar a sua credibilidade e capacidade administrativa, levando o partido a “abandonar temas mais ideológicos como o socialismo, que simplesmente não é mencionado em nenhum momento no programa de 98”. Os temas que ganham importância em 1998 são os referentes a inclusão social e o crescimento econômico, “apresentados como objetivos em si, completamente desvinculados de um horizonte socialista”.<sup>277</sup>

Em 1999 o PT realiza seu II Congresso Nacional, estabelecendo as diretrizes para a elaboração de seu programa político. Na disputa política neste Congresso, a ala direita novamente salientou a sua maioria, com 54,49% dos delegados, distribuídos em três chapas, sendo que a tese guia pertencia a tendência Articulação Unidade na Luta. A esquerda apresentou-se dividida em três chapas - o que não

---

<sup>275</sup> Ver *Encontro Nacional Extraordinário*, 1998, pg. 675.

<sup>276</sup> *Idem*, pg. 677-8.

<sup>277</sup> Cf. análise Amaral, Oswaldo, M.E., *op.cit.* pg.102.-103. Segundo o autor ocorre uma “ampliação do discurso petista às custas da desideologização do seu programa”.

fazia desde 95 - e conquistou ao todo apenas 32,77%. Assim, a disputa neste congresso parece mostrar a estabilização da atual maioria como núcleo dirigente do partido.<sup>278</sup>

Um aspecto essencial deste Congresso é a total falta de menção ao socialismo. Em seu lugar o partido procura ressaltar o seu caráter de partido da ordem, que de forma alguma busca o “assalto ao poder” por meio de revolução violenta.<sup>279</sup> A grande estratégia do partido esta na realização de uma “revolução democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento”.<sup>280</sup>

Nesse momento o partido realiza uma autocrítica as formulações programáticas de 89,94 e 98, ressaltando, que o erro cometido nessas formulações está na falta de esclarecimento de suas propostas. Assim apenas reafirma as propostas anteriores de revolução democrática ancorada sobre três eixos fundamentais, o social, o democrático e o nacional, que se traduzirão em um conjunto de reformas políticas e econômicas radicais.<sup>281</sup> Além disso, ressalta a luta do partido em construir um modelo econômico alternativo baseado num amplo mercado interno de bens de consumo de massas. Nesse sentido, novamente enfatiza a necessidade de uma política de rendas, uma valorização dos salários e a democratização das relações de trabalho.<sup>282</sup> Esse modelo deverá buscar o pleno emprego através da expansão da economia e de políticas ativas, concomitantemente com uma redução da jornada de trabalho. Como podemos perceber o alvo do PT esta no abrandamento da concentração de renda e na busca por “relações puras” de mercado, e não na extinção da contradição capital-trabalho.

---

<sup>278</sup>Lacerda, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party Unity Issue*. Op. cit.

<sup>279</sup> *II Congresso*, 1999, pg 2.

<sup>280</sup> Idem

<sup>281</sup> *II Congresso*, op. Cit. pg. 4.

<sup>282</sup> Idem, pg. 6.

Novamente a democracia é elevada como a máxima do partido, valorizando ainda mais a necessidade da participação de toda a sociedade no controle do Estado. Assim seria necessária a construção de meios de controle pela cidadania, organizada e ativa, buscando combinar a democracia representativa com a democracia direta. Toda a luta do partido estaria voltada contra o modelo econômico neoliberal do governo FHC, de modo que as manifestações sociais contra o governo deveriam ser multiplicadas, assim como a luta institucional nos parlamentos e nos governos estaduais e municipais de oposição deveria aprofundar suas denúncias.<sup>283</sup> Nesse sentido reafirma-se a importância das eleições municipais de 2000 e as de 2002, como momentos que proporcionariam a extraordinária oportunidade para derrotar FHC e sua política econômica. O eixo da política de alianças do partido estaria no enfrentamento ao projeto neoliberal e da proposição de um novo modelo econômico que gere trabalho, emprego e renda. De modo que a luta do partido se resumiria na conquista do poder executivo tendo como base os movimentos sociais, desde que esses também centrassem sua luta contra o governo de FHC, e os demais segmentos da sociedade que se mostrassem contrários a política do governo. Como podemos perceber diluiu-se completamente a noção de construção de uma hegemonia da classe trabalhadora, colocando em seu lugar a necessidade de se organizar um grande movimento social que tenha como núcleo a oposição ao modelo econômico neoliberal do governo FHC, e não a centralidade da contradição capital-trabalho existente no sistema capitalista. A própria revolução democrática proposta pelo partido longe de propor a construção de uma hegemonia da classe trabalhadora, propõe um grande consenso democrático entre todos os setores da sociedade civil. Como consequência a própria proposta petista alternativa a política

---

<sup>283</sup> Idem, pg. 11.

econômica do governo, ao centrar-se especificamente ao modelo neoliberal e não a própria estrutura do sistema econômica, limita-se a propor apenas uma nova forma de administração da economia, e não a transformação radical de suas bases, daí o próprio desaparecimento da noção de socialismo.

As Resoluções do Encontro Nacional do PT em 2001, o último documento aqui analisado, encerra em si o complexo de mudanças ocorridas nesses 20 de existência do partido, além de aprofundá-las ainda mais em vistas das perspectivas das eleições em 2002. O documento todo é permeado por uma única questão: a necessidade de ganhar a disputa eleitoral em 2002. Nesse sentido o PT coloca que: “a grande tarefa das forças de esquerda é a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento que promova a superação do neoliberalismo”.<sup>284</sup> Assim o sentido de uma vitória em 2002 estaria na derrota do neoliberalismo. No lugar do modelo econômico neoliberal o PT incentivaria o crescimento da economia como condição necessária para enfrentar a questão do desemprego e da precarização das relações de trabalho, associada com políticas de emprego e redistribuição de renda e riqueza.<sup>285</sup> Centrado unicamente na disputa eleitoral, a política de alianças do partido cada vez mais se amplia incorporando até mesmo setores representativos do grande empresariado, diluindo assim o grau de importância de alianças com outros partidos de esquerda e com os próprios movimentos populares. Afinal como o próprio PT coloca ao final de sua proposta de alianças: “O PT não pode se dar o luxo de desperdiçar uma oportunidade histórica de ganhar as eleições de 2002 e iniciar a grande transformação do país”.<sup>286</sup>

Com a forte convicção de que nesse momento as condições para ganhar as eleições estão fortemente colocadas, o esvaziamento do discurso centrado nos

---

<sup>284</sup> *Resoluções do XII Encontro Nacional do PT*, 2001, pg 9.

<sup>285</sup> *Resoluções do XII Encontro Nacional do PT*, pg. 22.

<sup>286</sup> *Idem*, pg. 21.

trabalhadores é ainda maior. No lugar de construir uma hegemonia de classe o partido coloca como necessário a construção de um “novo contrato social”<sup>287</sup>, cabendo ao Estado representar esse interesse coletivo através da sua permanente disposição ao diálogo. Nesse momento podemos afirmar a completa dissolução da luta de classes no programa do partido, uma vez que se dilui a noção da existência de interesses antagônicos dentro da sociedade. Ao velar a existência de interesses antagônicos no interior da estrutura societal capitalista, o PT deixa de lado que em uma negociação, os setores da burguesia, ainda que em número menor, encontram-se mais organizados que os trabalhadores, levando assim sempre a melhor na negociação.

Em relação a sua proposta econômica alternativa, o partido segue a orientação das suas resoluções precedentes de estimular o crescimento econômico do país associado com uma política de distribuição de renda e riquezas que permita integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado, ou seja, não se busca a superação do mercado, mas sim a sua ampliação. Além disso, em relações as reformas que o partido considera fundamentais para a implementação de seu modelo econômico alternativo, o PT procura ao máximo tranquilizar os grandes empresários nacionais e internacionais afirmando que estas serão realizadas respeitando sua proposta de negociação democrática entre todos os setores, em busca de uma grande consenso. O que fica pouco claro é quando a burguesia brasileira se tornou tão nacionalista e democrática a ponto de que as reformas progressistas propostas possam ser feitas sem resistências, apenas através do diálogo. Assim o que se percebe é que o PT com a exaltação da luta

---

<sup>287</sup> Idem, pg. 38.

institucional como a esfera mais importante acaba confundindo a insígnia do poder com o próprio poder.

Deste modo, preso a uma análise imediato-taticista que não lhe permite pensar além da ordem burguesa, acaba privilegiando seu campo de alianças aos movimentos sociais, ou seja, retira do movimento social a sua característica fundamental de agente da ação transferido-a para o partido.

O que fica evidente na evolução do discurso petista nos anos 90 é que o ato de administrar levou o partido a negociar, a modificar a sua orientação e a assumir uma postura mais pragmática no sentido de conquistar postos na institucionalidade burguesa. Os militantes envolvidos na administração incorporaram uma “ética da responsabilidade, em substituição ao principismo da ética da convicção”. Nesse processo as posições anti-estatistas foram sendo substituídas por uma posição mais afeita à institucionalidade e a negociação política. Esta prática fortaleceu “o poder de pressão do aparato institucional-parlamentar condicionando cada vez mais a atuação partidária”.<sup>288</sup> Todavia essa exaltação à luta no âmbito parlamentar teve como consequência um alargamento dos limites de classe as quais o partido representa. Esse processo que já podia ser percebido ao longo dos anos 80 adquiriu nos anos 90 a sua plenitude quando o partido já não mais se dirige aos trabalhadores, mas sim ao “povo”, conceito que neste momento já se apresenta desprovido de qualquer noção de conflito de classes. No lugar de construir uma hegemonia de classe o partido se esforça agora por ser o catalisador de um “novo pacto social” entre as diferentes classes sociais, o qual o partido representaria na medida em que conquistasse o poder do Executivo. Assim, ao limitar toda a luta do partido à conquista do poder executivo o partido acaba reduzindo seus esforços à

---

<sup>288</sup> Ver Ozaí, Antonio. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades*. op. cit Pg. 100-101.

busca de credibilidade no caso de um eventual governo petista. Essa busca de credibilidade, típica dos governos que dentro do neoliberalismo procuram manter “calmos” o mercado de capitais, levou a um abrandamento do discurso político do partido, que a todo o momento ressalta o seu total respeito as regras democráticas estabelecidas. Essa luta pelo governo a todo custo é típico de um partido não possui qualquer tipo de projeto estratégico. Um partido que ao longo de sua existência foi marcado pela recusa ao desenvolvimento teórico, e tornou-se, portanto incapaz de apreender a essência do processo histórico, acabou perdendo-se nos meandros fenomênicos e fugazes. Como consequência dessa falta de compreensão do mundo, o partido tornou-se incapaz de elaborar um programa político que calcado em uma análise concreta da realidade estabelecesse as tarefas políticas necessárias frente aos problemas nacionais, e como consequência acabou preso a uma prática marcada pelo taticismo, oriunda de uma completa falta de estratégia política. Assim, marcado por uma ação política pragmática, o partido adota um discurso conciliatório, onde o antagonismo entre o Capital e o trabalho é reduzido a meras diferenças conjunturais, cabendo ao partido lutar por uma melhor relação entre eles.

Uma vez o âmbito da institucionalidade exacerbada e a luta de classes dissolvida, o partido se afasta do espontaneísmo característico da sua relação com os movimentos sociais, entretanto não para elevá-los a um novo patamar de consciência, mas sim para subordiná-los as lutas concernentes aos interesses do partido - cargos parlamentares. Desta forma, preso a luta parlamentar como a principal luta do partido, acaba abandonando a real fonte de seu poder, os movimentos de massas, e com isso desloca o eixo da luta da centralidade do trabalho para a centralidade da política.



Apesar de existirem dentro do partido tendências componentes da ala mais à esquerda, elas não conseguiram impedir as mudanças propostas pelas tendências majoritárias Articulação na Luta e Democracia radical, que compõem a ala mais à direita do partido. Por vezes a esquerda conseguiu maior número de delegados eleitos e até mesmo a maioria do diretório nacional, como em 1993, todavia devido a própria heterogeneidade das tendências de esquerda dentro do partido - que dificultou a elaboração de uma proposta política que fosse além de meras enunciações de princípios gerais -, elas nunca foram capazes de se constituir num bloco homogêneo capaz de enfrentar o avanço da ala mais à direita do partido, que, aliás, apesar de divididas em varias tendências conseguiram manter sua unidade de propostas e assim compor o núcleo dirigente.

## **Considerações Finais**

A análise do processo histórico político que resultou na constituição do programa do PT atualmente nos mostra claramente o profundo reflexo da “crise do marxismo” na esquerda brasileira e suas determinações na elaboração do programa petista. Esse reflexo pode ser percebido já com as inúmeras dissidências que fragmentaram o PCB nos anos 60, refletindo no Brasil, o que no âmbito mundial já vinha acontecendo com a emergência de inúmeras críticas a experiência soviética e as aproximações a revolução chinesa e outras experiências. O surgimento do PT significou na realidade brasileira o auge desta repulsa à experiência soviética, que em 1991 com o I Congresso alcança seu ápice – refletindo o que no âmbito mais geral da esquerda marxista da Europa ocidental já estava ocorrendo com a emergência da “esquerda democrática”.

As críticas realizadas pelo PT nos anos 90 ao regime socialista da URSS vão na mesma direção das críticas realizadas pela “esquerda democrática”, principalmente no que diz respeito ao total repúdio pelas teorias que direcionaram a revolução de outubro, sem que fossem realizadas críticas concretas a estas. Tal repúdio acrítico e suas conseqüências podem ser observados na particularidade do repúdio petista ao programa político do PCB. Isso pode ser constatado a partir da análise documental do PCB e do PT onde se percebe que apesar do PT repudiar qualquer semelhança com a esquerda tradicional, o PCB, é possível apontar diversas semelhanças entre o programa político dos dois partidos assim como rupturas de análises entre eles.

O PT dos anos 80, recém criado, ainda muito relacionado com as experiências grevistas dos anos anteriores, emerge da insatisfação dos trabalhadores do movimento de massas. Nesse momento, tal semelhança se manifesta não apenas no caráter de confrontismo com o Estado, combatividade de

posições, repúdio a alianças, exaltação do caráter classista centrado nos operários, rejeição à ação institucional, mas principalmente e positivamente na concepção de que os movimentos sociais são os agentes responsáveis pela transformação social.

O PT definirá seu programa político através do movimento espontâneo do movimento popular, ou seja, longe de procurar elevar a consciência deste no sentido de uma compreensão mais complexa da sociedade que possibilitasse uma ação mais precisa, o PT se torna vítima do espontaneísmo das massas populares, inclinando-se às suas concepção calcadas em uma apreensão imediata da realidade. Esta característica petista é resultado da própria gênese de sua formação, ou seja, as greves do ABC, em especial a de 1980, e os diversos agrupamentos que se aglomeraram ao seu redor. Tal característica será fundamental no processo de construção do PT, pois impedirá qualquer tentativa de se estruturar um partido que a atue frente ao movimento espontâneo das massas no sentido de retirá-las de sua consciência espontânea estruturada na imediaticidade da suas vidas cotidianas, e elevá-las a uma consciência mais complexa da realidade, que possibilite uma ação teleológica na direção de transformar a sociedade.

Durante os anos 80, período de construção do partido, o espontaneísmo limitará toda luta do partido ao âmbito sindical, na qual os operários se engajam para obter do Estado as medidas necessárias para remediar os males de sua situação, o que não se mostra capaz de suprimir tal situação, uma vez que falta aos operários dessa luta uma consciência política que permita compreender o real caráter do regime capitalista, ou seja, a submissão do trabalho ao capital. Nessa perspectiva, como coloca Lênin, “o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta justamente na subordinação á ideologia burguesa” uma vez que “o sindicalismo é

justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia”.<sup>289</sup> Assim, o incentivo a espontaneidade do movimento, tal qual o PT coloca, acarreta em um incentivo a subordinação à ideologia burguesa, visto que a luta sindical é meramente econômica e imediata, e como tal, procura apenas melhorar a condição de vida e de trabalho através de melhores acordos na venda do trabalho do operário aos seus patrões. Conseqüentemente, qualquer diminuição do elemento consciente no movimento acarreta em uma influência da ideologia burguesa sobre o operariado.<sup>290</sup> Nesse sentido, todo este culto ao espontaneísmo das massas somada a própria constituição heterogênea do partido levará o PT a não conseguir desenvolver um projeto político socialista baseado em uma ação teleológica. Essas questões resultarão na fragilidade do programa político do PT, pois impedirão a todo o momento que o partido construa um programa que vá além de propostas de princípios gerais e que se constitua como *o momento da tomada de consciência*, e como conseqüência estabeleça as tarefas políticas concretas necessárias diante das questões nacionais.

Nesse momento, ainda que espontaneamente, pois ainda mantinha-se no plano da imediaticidade, o PT consegue elaborar uma análise da realidade que lhe permite enxergar a necessidade de ampliar o leque de alianças do partido no sentido de viabilizar a realização da revolução democrática, aproximando-se assim da política exercida pelo PCB no passado. Além disso, o PT da mesma maneira que o PCB em 1958, já desde de 1987 começa a sublinhar a positividade da ação institucional. Nesse aspecto, o PT realiza um avanço frente ao seu programa dos anos 80 no sentido em que se afasta do confrontismo imediato se aproximando de uma ação mais mediada frente ao Estado. Todavia sem um programa político

---

<sup>289</sup> Ver Lênin, V. *Que Fazer*. Op. cit., pg. 32.

<sup>290</sup> Como desenvolve Lênin em *Que fazer*, op. cit.

estratégico – resultado tanto da sua exaltação ao espontaneísmo quanto de sua constituição heterogênea - torna-se vítima do taticismo político, ou seja, atua de maneira meramente pragmática.

Ao realizar um repúdio ao programa pecebista sem uma crítica consistente, o PT acaba reproduzindo os mesmos erros realizados pelo PCB, *todavia de maneira mais empobrecida*. Isso ocorre, pois ao abandonar a questão do socialismo e retomar a questão da democracia como elemento estratégico de ação, reproduz a necessidade de uma aliança com os “setores progressistas da burguesia”. Todavia o PT retrocede quando elimina a “etapa democrática burguesa” como elemento tático-estratégico, ou seja, o que para o PCB era uma *conditio sine qua non* para se chegar ao socialismo, para o PT se transforma em sua estratégia. Desta forma, o PT se afasta da perspectiva de transformação revolucionária da sociedade na direção do socialismo, colocando o centro da sua ação na luta pela cidadania e pela ética na política com o objetivo de instaurar uma economia social de mercado. Assim não consegue enfrentar o dilema da particularidade histórica brasileira, e de como nesse contexto insere-se a questão democrática, na medida que acaba assumindo o papel que deveria ser da burguesia, o de realizar a revolução democrática burguesa, sem ir além dela, isto é, eliminando o projeto socialista.

Nessa perspectiva, ao diluir sua estratégia em sua tática, o PT se torna vítima de um taticismo que o levará a atuar de forma politicista, ou seja, cada vez mais tentará subordinar os movimentos sociais que lhe sustenta às lutas institucionais do partido. Assim, o PT como o PCB, quando não percebeu o esgotamento da frente ampla, acaba retirando da classe trabalhadora a sua centralidade na disputa pela hegemonia, transferindo-a para as instituições. Desse modo, reproduz a crítica elaborada por Mészáros em relação à cisão entre o braço político e sindical, pois o

partido passa a subordinar o movimento sindical para favorecer o âmbito político-institucional.

Ao enfatizar em seu programa a subordinação dos movimentos sociais a institucionalidade, coloca como primordial a necessidade de democratizar as instituições e alargar os direitos. Entretanto, na busca por um alargamento da democracia, o PT não percebe que a democracia dentro do sistema capitalista apresenta-se de maneira formal, ou seja, mesmo o Estado democrático sustentando a igualdade entre os homens, quando nos remetemos à sociedade civil percebemos que tal igualdade não existe na materialidade, percebemos que na realidade a sociedade é formada por classes sociais antagônicas. Todavia ao distanciar-se da noção de luta de classes e apresentar um discurso de apelo societário global, o partido se distancia justamente de sua força principal de luta: os movimentos sociais.

Preso a uma análise teórica imediatista, por não se constituir como um partido mediativo, o PT não consegue perceber as complexas mediações que perpassam a sociedade. Desta forma, não entende que a estrutura capitalista tem como característica vital de sua constituição a necessidade de uma organização política democrática dentro de limites restritos. De modo que enquanto o PT enfatizar a democracia dentro da institucionalidade, o PT não romperá com o que Marx aponta como a essência do Estado burguês, a emancipação política.<sup>291</sup> Nesse sentido ao centrar sua luta pela democracia nesse molde, o PT apresenta-se como um defensor da democracia burguesa, uma vez que esta se fundamenta justamente na democracia enquanto abstração. Além disso, mesmo que o partido assumindo o poder executivo buscasse então viabilizar propostas mais à esquerda, ele seria impedido pelas fortes pressões do capital tanto nacional quanto internacional, e uma

---

<sup>235</sup> Cf. Marx, K. *A questão Judaica*. Op. cit.

vez que se distanciou do movimento social, perdeu a única coisa que poderia lhe dar sustentação: a força das massas.

Assim, cada vez mais o PT se afasta de uma orientação política de esquerda que visa uma transformação radical da sociedade e se aproxima da ideologia burguesa, substituindo a luta pelo socialismo pela luta pela mais plena efetivação da democracia burguesa. Ao se subordinar ao imediatismo e a mera enunciação de princípios gerais – consequência de um partido que procura engendrar as diversas compreensões de mundo de seus inúmeros grupos constitutivos -, o PT perde a noção de teleologia e, portanto não consegue estabelecer um projeto político de transformação social que calcado em uma análise complexa da realidade permita compreender as contradições estruturais do sistema, possibilitando determinar de que maneira a ação do partido, baseada nos movimentos sociais, deve ser realizada para superar tais contradições. Na falta de uma tal pré-ideação o partido permanece no seu imediatismo e, portanto não consegue elaborar um programa político que vise superar a ordem do capital, mas apenas que proponha uma outra forma de administrá-lo.

De modo que o projeto do PT, direcionado apenas para a conquista do aparato institucional, reduz-se a uma proposta política de controle, redução e de reforma dos aspectos mais nocivos do sistema capitalista sem que os seus fundamentos sejam golpeados. Desta forma, configura-se com um projeto sócio-político sem perspectiva de transformação radical da sociedade, e acaba limitando-se a desenvolver um projeto político que se apresenta compatível com a ordem burguesa, sem que sejam afetadas substancialmente as estruturas básicas do sistema capitalista.



Ao se afastar das formulações da esquerda comunista sem estabelecer uma crítica que visasse manter os aspectos positivos e superar os negativos, e consequentemente ao preservar o seu caráter imediatista, o PT não consegue estabelecer as mediações necessárias entre uma teoria revolucionária e a particularidade da realidade brasileira, o que impede que o programa político petista seja capaz de proporcionar respostas concretas a situações concretas.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Boitempo: São Paulo, 2000.
- AMARAL, Oswaldo M. E. *As mudanças no PT: um estudo dos programas de governo de 1989 e 1998*. Dissertação de mestrado PUC-SP, 2002.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Um mapa da esquerda na Europa ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC*. Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BAIA, Paulo Fernandes. *A economia política do PT: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. PUC-SP, 1996.
- BERBEL.M. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação de Mestrado, SP, FFLCH, Dept. De História, USP, 1991.
- BLACKBURN, R. (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2ªed. trad: Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOBBIO, N. *As Ideologias e o Poder em Crise*. Brasília: Unb, 1990.

- \_\_\_\_\_,\_\_\_\_. *Direita e esquerda: razões de uma distinção política*. São Paulo: Fundunesp, 1995.
- \_\_\_\_\_,\_\_\_\_. *A sucessão na crise e a crise da esquerda*. São Paulo: Ensaio, nº017/18.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CASTANEDA, J. G. *Utopia desarmada*. São Paulo: Cia. das letras, 1994.
- CERRONI, U. *Para uma teoria Del partido político*. In: Teoria marxista del partido político. Cordoba: Ed. Passado y Presente, 1971.
- CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COSTA,J.B.A. *O imaginário político do Partido dos Trabalhadores:o petismo, o sistema representativo e o poder local*.Tese de Doutorado,PUC-SP, 1998.
- COUTINHO, C.N. *Democracia e Socialismo*.São Paulo: Cortez, 1992.
- DEL ROIO, Marcos. *A crise do movimento operário*. FREITAS, M.C.(org). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996, p.273-284.
- \_\_\_\_\_,\_\_\_\_. *Política operária: Há futuro?*. Organizações&Democracia, nº2, 2001.
- FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. 2ºed.São Paulo:T. A.Queiroz, 1982.
- \_\_\_\_\_,\_\_\_\_. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, J. L. *Em Busca do dissenso Perdido: Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- \_\_\_\_\_,\_\_\_\_. *Brasil no Espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_,\_\_\_\_. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREDERICO, C. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a reconstrução*.

Vol 3. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A Vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 2 .

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 3.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARNECKER, M. *O sonho era possível*. São Paulo, 1994.

HOBSBAWM, E. J. *Estratégias para uma esquerda racional*. Trad: Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KECK, M. *PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

KOSIC, K. *Dialética do concreto*. 6ed. Trad: Célia Neves. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, V.I. *Que Fazer*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. Dos taticas de la socialdemocracia en la revolucion democratica. in: Obras escogidas. Moscou: Instituto de marxismo-leninismo del cc del PCUS, 1960.

\_\_\_\_\_. La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo. in: Obras escogidas: Moscou: Progreso, 1961.

\_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Estampa, 1975.

- LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- LUKÁCS, G. *Estética: a peculiaridade de lo estético*. Barcelona: Grijacbo, 1966.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_. *La crisis de la Filosofía burguesa*. Buenos Aires: Siglo Veinte.
- MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Socialismo X Mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MAROSSE, Tânia Maria. *Utopia e realidade: os núcleos de base do partido dos trabalhadores na cidade de São Paulo nos anos 80*. Dissertação de Mestrado PUC-SP, 2000.
- MARX, Karl. *A Questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1991.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Para a Crítica da Economia Política*. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes, 1985.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1984;
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada: política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Sociologia política Marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAZZEO, A.C; Lagoa, M.I., *Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no Século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

- MENEGUELLO, R. *PT: A Formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. In: Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.
- OZAÍ, A. *Partido de massas e Partido de quadros: A Social-democracia e o PT*. São Paulo: CPV, 1996.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_. *História das tendências no Brasil*. São Paulo: Proposta.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1998.
- PÉRICAS, L. B.; BARSOTTI, P(orgs.). *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.
- PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.
- PRZEWORSKI, Adam. *O capitalismo e a social-democracia*. São Paulo: companhia das Letras, 1989.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- \_\_\_\_\_, \_\_\_. *História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990.
- SADER, Emir(org). *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens e Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SEGATTO, J.A. *Breve História do PCB*. São Paulo: LECH, 1981.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_. *Reforma e Revolução: As vicissitudes políticas do PCB; 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, Carmem Sílvia Maria da. *Contribuições para uma análise da política de formação do PT*. Dissertação de mestrado em História e Filosofia da Educação. PUC-SP, 1996, pg 147.
- TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade*. Maceió: Edufal, 1997.
- WOOD, E M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

## **Periódicos**

- CHASIN, J. *As máquinas param: germina a democracia*. In revista ensaio nº 7. São Paulo: Ed, escrita, abril 1980.

CHASIN, J. A *“politização” da totalidade: oposição e discurso econômico*. In:

Temas de Ciências Humanas, Vol 2,1977.

GUTIERREZ, a; MARTUSCELLI, D; CORRÊA, F. *PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil*. In: Revista Idéias-Revista do Instituto de Filosofia e ciências humana sda UNICAMP, ano 9 ,2002.

OZAÍ, A. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores: uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT*. In: Revista Espaço Acadêmico, Ano II, nº22, março de 2003.

LÊNIN, V. *Carta a um camarada*. In: Escrita Ensaio, nº 8, 1981.

BORGES, Maria Angélica. *Particularidade e objetivação do Capitalismo*. In: *Escrita*. Ensaio, nº 8, 1981.

### **Revistas Eletrônicas**

LACERDA, Alan Daniel Freire de. *The Brazilian Workers' Party (PT) and the Party Unity Issue*. *Dados*. [online]. 2002, vol.45, no.1 [cited 04 August 2004], p.39-76. Available from World Wide Web:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=en&nrm=iso)

[52582002000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0011-5258.

TONET, Ivo. *Socialismo e Democracia*. Revista Práxis:

<http://rvpraxis.hpg.ig.com.br/revista/8/democracia.html>

TONET, Ivo. *Utopia mal armada*. Revista Práxis:

<http://www.rvpraxis.hpg.ig.com.br/revista/3/utopia.html>



## **Documentos**

CARONE, Edgar. O PCB vol.2 e vol.3, Difel, 1982.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT(org.). Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, Belo Horizonte, 24 a 28 de novembro-1999. Publicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Resoluções do XII Encontro Nacional do PT, Recife, 14,15 e 16 de dezembro de 2001.Publicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.